

(Página deixada propositadamente em branco)

(Página deixada propositadamente em branco)

**Euro-Atlântico:
Espaço de Diálogos**
Isabel Maria Freitas Valente
José Blanes Sala
(Coord.)

CULTURA E SOCIEDADE NA EUROPA PÓS 1945

**Maria Manuela Tavares Ribeiro
Maria Fernanda Rollo
Isabel Maria Freitas Valente
Alice Cunha
(Org.)**

Imprensa da Universidade de Coimbra
Editora da Universidade Federal do ABC
2021

(Página deixada propositadamente em branco)

Ficha Técnica

Coleção: *Euro-Atlântico: Espaço de Diálogos*, Coordenada por Isabel Maria Freitas Valente e José Blanes Sala

Título nr. 12: *Cultura e Sociedade na Europa pós 1945 / Culture and Society in Europe after 1945*

Organização: Maria Manuela Tavares Ribeiro; Maria Fernanda Rollo; Isabel Maria Freitas Valente; Alice Cunha

Conselho Editorial: Alexandra Aragão; Carlos Eduardo Pacheco Amaral; Joel Carlos de Souza Andrade; Manuel Lopes Porto; Maria Manuela Tavares Ribeiro; Regina Coelli Gomes Nascimento; Sidney Jard da Silva

Formatação e revisão gráfica: Eliane Cristina da Silva Nascimento

Edição Brasileira: Editora da Universidade Federal do ABC - EdUFABC
ISBN: 978-65-990173-9-1

Edição Portuguesa: Imprensa da Universidade de Coimbra - IUC
ISBN: 978-989-26-2137-1

Depósito legal: 429108/17

Ano de Edição: 2021

DOI: <https://doi.org/10.14195/978-989-26-2139-5>

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Todos os textos recebidos foram objeto de apreciação no âmbito processo de seleção e revisão por arbitragem científica.

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem a prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.

Apoio institucional:



C E I I O
CENTRO DE ESTUDOS
DE LINGUÍSTICA E
LINGUÍSTICA
DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

(Página deixada propositadamente em branco)

ÍNDICE

Nota Introdutória

Maria Manuela Tavares Ribeiro

Maria Fernanda Rollo

Isabel Maria Freitas Valente

Alice Cunba 9

A Europa das Capitais

Cristina Robalo Cordeiro 11

As respostas dos intelectuais à União Europeia de Haia: Cultura Europeia e Diversidade Cultural

Isabel Baltazar 19

A Guerra Fria e a integração da Europa do Sul

Luís Nuno Rodrigues 51

Os impactos do fim da Segunda Guerra no Brasil. Algumas considerações

Maria Emilia Prado 71

Uma miragem na distância. O exílio português no Brasil e nos Estados Unidos e a campanha a favor de Norton de Matos

Heloisa Paulo

Alberto Pena-Rodríguez 89

Da relação da Arte com a sua época, na Europa pós 1945

António Pedro Pita 107

Nota Biográfica dos Autores 123

(Página deixada propositadamente em branco)

NOTA INTRODUTÓRIA

A introdução da cultura como vetor de unidade e de aproximação dos povos no pós Segunda Guerra Mundial está associada ao movimento “da promoção de ideia europeia”. Relembre-se o discurso de Winston Churchill na Universidade de Zurique em 19 de Setembro de 1946 e o Congresso de Haia de 7 a 10 de maio de 1948. A afirmação da relação entre unidade política e cultura surge de forma expressiva no Congresso de Haia, contempla e destaca a cultura como eixo no processo de cooperação europeia. Nos anos 50, no curso da construção política da Europa, o Conselho da Europa, criado em 5 de Maio de 1949, tinha três áreas prioritárias: a reconciliação, a reconstrução e a educação. Desenvolvem-se redes culturais e círculos cujo denominador comum é a união, o ideal de paz, a liberdade de expressão, a diversidade.

Nos fins dos anos 1970, a cultura é pensada como um sector socioeconómico, entre outros, e em 1980-1992 há, em matéria cultural, uma tomada de consciência política. A legitimidade institucional em matéria cultural vai sendo progressivamente afirmada.

A cultura é, pois, um instrumento importante para construir um espaço público europeu, que possa coexistir com os espaços públicos nacionais. A cultura não se reduz a uma “herança”, ela alimenta-se também do presente e dos projetos do futuro.

Ora, os intelectuais poderão ser os atores para estabelecer o laço necessário entre o cultural, o político, o social, o económico.

Na segunda metade do século XX, a vida cultural da Europa foi sendo marcada por novas divisões sociais. Apareceram novas identidades e, como resultado, desenvolveu-se uma sociedade multicultural. A prática cultural cria experiência social e contribui para a formação de identidade.

Durante o período do imediato pós Segunda-Guerra, a cultura serviu para legitimar a nova ordem política. Também ocorreram importantes mudanças na estrutura económica do desenvolvimento cultural. Foi um tempo de mudança persistente e fundamental, o mesmo é dizer de uma série de mudanças sucessivas – sociais, culturais, económicas, políticas. Alteraram-se também as atitudes face aos processos de mudança:

do trabalho, da família, da demografia, das classes sociais, dos valores, do crescimento urbano, da imigração, do estado-providência.

A mudança social afetava todas as dimensões da vida real. Pese embora as diferenças, as sociedades europeias eram menos diferentes e, assim, a segunda metade do século XX foi um período de convergência. Para isso contribuiu a crescente mobilidade internacional, mais intensa a comunicação, e as transferências sociais e culturais.

A cultura e o debate intelectual refletem desenvolvimentos políticos e sociais; são uma chave para as percepções de mudança do tempo histórico, para a experiência de continuidades e descontinuidades. Assim se compreende que uma história cultural da sociedade europeia a partir de 1945 deva ter uma abordagem ampla e interdisciplinar.

Uma análise dos desenvolvimentos culturais na Europa pós 1945 permite compreender os conflitos de ordem social, de carácter económico e as atitudes de ordem política. No âmbito temático, “Cultura e Sociedade na Europa pós 1945”, reúnem-se nesta obra textos de carácter teórico, empírico, comparativo, que permitem uma reflexão e análise entre outros, sobre os seguintes temas: Discursos políticos democráticos e anti-democráticos; cultura europeia e diversidade cultural; o impacto da Segunda Guerra no Brasil – repercussões sociais, económicas e culturais; a análise historiográfica sobre a estratégia, segurança, diplomacia cultural nos países da “Europa do Sul” e a posição dos Estados Unidos; a centralidade política e cultural da Arte num contexto múltiplo e controverso; o papel fundamental da cultura na construção institucional da Europa.

Aos Autores, pela sua frutuosa colaboração, o nosso sentido agradecimento.

As Coordenadoras

A EUROPA DAS CAPITALAIS

Cristina Robalo Cordeiro

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2994-7364>

Resumo

Nascida em 1983 de uma conversa amigável entre Melina Mercuri, então ministra grega da Cultura, e o seu homólogo francês Jacques Lang, a ideia de "Capitais Europeias da Cultura" assume inicialmente todos os aspectos de uma utopia. Substituir os diversos nacionalismos, representados pelas capitais políticas, por um espírito de concórdia e de partilha cultural: foi essa, com efeito, a intenção primeira dos fundadores. No entanto, desde 1984, o processo de implementação do projeto revestiu-se de grande complexidade administrativa e política: seria preciso esperar até 2014 para que a sua regulamentação se estabilizasse. O excessivo peso da organização da competição não deve, no entanto, fazer esquecer a inspiração original. Por isso é bom reler o *Banquete* de Platão para encontrar no idealismo de Sócrates uma das fontes místicas da construção europeia.

Palavras-chave: Melina Mercuri; Jacques Lang; Regulamentação; Política; Idealismo.

Abstract

Born, in 1983, of an unformal conversation between Melina Mercuri, at the time Greek minister of Culture and her French homologue, Jacques Lang, the idea of "European Capitals of Culture" has, at its beginning,

all the features defining a utopia. If replacing the various nationalisms, symbolized by the political European Capitals, by a spirit of concord and cultural sharing was the primordial intention of the two friends, the implementation of their project revealed itself a complex administrative and political process: the final set of organizing rules had to wait until 2014 to be achieved. But the intricacy of the regulation must not obliterate the simplicity of the original intuition. So it is opportune to read the *The Banquet* of Plato in order to rediscover in the Socratic idealism one the mystic sources of the European construction.

Keywords: Melina Mercoury; Jack Lang; Regulation; Politics; Idealism.

Não sendo historiadora de profissão, é-me difícil, senão impossível, abordar um tema como o que hoje aqui nos é proposto, com pretensão de objectividade e mais ainda de serenidade. Pois a Europa é uma *paixão*, nos dois sentidos do termo: um objecto de desejo e uma causa de dor, ora mais um, ora mais outro. As circunstâncias imediatas que nos rodeiam (a aproximação das eleições europeias, o grotesco espectáculo do Brexit, as pressões da Rússia e da China) deixam-nos a todos partilhados entre a tentação e a recusa do desespero.

Pela minha modesta parte (mas, para falar verdade, enquanto cidadã europeia e eleitora, não tenho de me sentir juridicamente inferior a nenhum membro da Comissão ou do Parlamento Europeu...), esforço-me por encontrar na Cultura, na ideia de Cultura, os recursos morais que me permitam ainda acreditar na Europa institucional. Entre a intenção primeira de um projecto e a sua realização final, quantas mediações e obstáculos! A experiência da alteração, talvez inevitável, de uma Ideia à medida que ela se vai concretizando, incitar-nos-ia a não ultrapassar nunca o estádio da utopia. Como a Europa era bela na cabeça de Victor Hugo ou de Giuseppe Mazzini! Mas não haverá uma certa pusilanimidade em preferir o sonho à sua realização? Não devemos, ao invés, admirar a tenacidade dos operários da União Europeia, a combatividade dos que vieram *depois* dos profetas?

A história do conceito das Capitais Europeias da Cultura pareceu-me fornecer um bom exemplo desta luta obstinada a que obriga a realiza-

ção de um projecto envolvendo três dezenas de países (entre os quais figuram os candidatos à adesão). É claro que ter sido chamada a interessar-me de perto por esta questão me torna mais sensível a esta vertente da construção europeia, de sucesso incontestável, e cuja popularidade não é suplantada senão pela do Programa Erasmus.

Para me orientar no dédalo dos factos, decisões e resoluções, que não posso aqui evocar na sua totalidade (trata-se, com efeito, de uma crónica rica já de mais de um terço de século), procurarei distinguir, ou opor, a génese ao desenvolvimento, a intuição original à materialização consecutiva. Será assim passar da mística à política para tentar contudo, num terceiro momento, reencontrar a inspiração onde tudo pode de novo reviver.

A eclosão do projecto das cidades, mais tarde designadas “capitais” europeias da cultura, pode ser datada e localizada de forma muito precisa, a 27 de Novembro de 1983, num restaurante do centro de Atenas. Melina Mercouri, a célebre actriz e cantora que se tornou ministra da cultura da República helénica (Estado que exercia então a presidência semestral da Comunidade), jantava com o seu homólogo francês, Jack Lang. No calor da conversa, que interrogava a forma de aproximar os europeus entre si, emerge do espírito de Melina o que se aparenta com uma fantasia, uma extravagância: instituir o título de capital cultural, mas dotando-o da mobilidade de uma “coroa” circulando do Norte ao Sul, do Leste ao Oeste europeus, um pouco segundo o modelo da chama olímpica que dá a volta às nações. Jack Lang, inicialmente perplexo, deixa-se tomar pelo entusiasmo da sua amiga e promete dar sequência, institucional e técnica, ao “sonho de Melina”¹.

Este breve episódio, anedótico ou lendário, é mais ou menos tudo o que sabemos do ponto de partida de uma aventura na qual, desde então, cerca de 60 cidades embarcaram já, com maior ou menor sucesso. É curioso, e talvez de lamentar, que Melina Mercouri não tenha deixado um documento explicando ou desenvolvendo a sua visão. Mas o

1 Sub-título do livro de Renaud Denuit, *Capitales européennes de la culture : un rêve de Melina*, editado na coleção L'Académie en poche, édition Académie royale de Belgique, 2018.

que importa é que se tenha tratado de uma iluminação nascida não da cabeça fria de um alto funcionário de Bruxelas, mas do coração ardente de uma mulher, de uma artista e de uma Grega.

Permito-me substituir a ausência de um texto por ela redigido por algumas notas recapitulativas. Em primeiro lugar, biográficas: o avô de Melina havia sido presidente da Câmara de Atenas, estando a preocupação municipal por assim dizer na família. Nascida em 1920, tinha 24 anos no momento da libertação da sua cidade natal. Exilar-se-á durante os 7 anos do “regime dos coronéis” (1967-1974) em Paris – e recordemos que Hitler perguntava em Agosto de 1944 ao general Von Choltitz se a Cidade das Luzes, farol da cultura europeia, já estava a arder, em conformidade com as suas ordens. Próxima do meio intelectual e artístico, a sua carreira no cinema e no teatro e as suas *tournées* internacionais de cantora levam-na a conhecer a maior parte das cidades europeias.

Mas é preciso que Melina Mercouri se torne ministra em 1981 e que encontre Jack Lang para que, de todos estes elementos, surja a invenção que tudo virá a explicar mas que nada deixava prever: fazer da cultura, e não da economia, o verdadeiro cimento do edifício europeu, convidando as cidades, e em definitivo os seus habitantes, a tomar consciência da sua ligação histórica, patrimonial e artística à Europa. Era uma espécie de revolução, ou pelo menos uma mudança radical. Às capitais da Europa deveria assim suceder a Europa das capitais.

Até então, a história diplomática e militar do Velho Continente poderia esquematizar-se nas relações, alianças e conflitos entre as grandes capitais políticas, e antes de mais Viena, Paris, Londres, Berlim. Em Agosto de 1914, os comboios a abarrotar de soldados alemães tinham a inscrição *Nach Paris*, enquanto nos comboios repletos de soldados franceses se lia *À Berlin*, tão verdade é que é preciso atingir o inimigo na sua cabeça, no símbolo da sua identidade. No fim do Séc. XX importava ligar as capitais não pelo que tinham de pior, a sua vontade de dominação, mas pelo que tinham de melhor, a sua participação e pertença à civilização europeia. Além disso, era chegado o momento de dar aos Europeus a consciência da sua identidade, fundada na tripla raiz da ciência grega, do direito romano e da esperança cristã.

Face à mundialização do modelo cultural americano, face à emergência de novos impérios, a Europa, não sendo já, desde 1945, o centro do mundo, podia, depois dos últimos sobressaltos da descolonização, afirmar livremente os seus valores próprios, exaltar o seu património artístico, dar nova vida às suas regiões durante muito tempo desprezadas, sendo a progressiva concretização do projecto de Melina Mercouri concomitante com o movimento de regionalização administrativa que modificou profundamente o rosto dos territórios. A Europa, e nesta palavra devemos ler o espírito europeu, tornou-se o denominador comum das capitais da cultura, que deixaram progressivamente de ser escolhidas de entre as grandes metrópoles passando a sê-lo no seio das cidades de média, ou pequena, dimensão, o que contribuiria para reduzir o complexo de inferioridade de que sempre, e em qualquer país, sofreu a província.

É aliás cada vez menos certo, e por todas as razões, que um Artur Corvelo precise de trocar Oliveira de Azeméis por Lisboa, quanto mais não seja porque a sua cidade é hoje considerada como a capital do hóquei em patins... Se me permito esta alusão à personagem d' *A Capital* d'Eça de Queirós, é porque ela relewa de um tipo que assombra a literatura desde que as cidades existem: o do provincial envergonhado. Não evocavam as *Bucólicas* de Virgílio a humildade beócia do rural comparando a sua aldeia a essa "Urbem, quam dicunt Romam"? Ora, o pastor Tityrus ressuscitado poderia hoje aspirar a ver a cidade de Mântua elevada ao nível de capital cultural, desde que não passasse o tempo a ver criticado o trabalho do comité de preparação da candidatura...

Um outro aspecto da ideia que devemos a Melina Mercouri merece ser considerado na medida em que se prende com o domínio da utopia, introduzindo uma variante decisiva. Em vez de, segundo a tradição, concebermos em abstrato uma cidade ideal, construída a partir de um terreno virgem, peguemos numa cidade existente, histórica, necessariamente imperfeita, e encorajemo-la a corrigir-se, a melhorar, com vista à felicidade do maior número e, uma vez mais, em solidariedade com todos os Europeus. Eis a imaginação ao poder, mas a um poder limitado, e talvez, estimulado pelas limitações do real... e pelas exigências muito precisas de um regulamento. E é, precisamente, o regulamento, a la-

boriosa afinação do regulamento do concurso, que me servirá de transição para o político.

Pois se a concepção da ideia se fez no entusiasmo de um jantar partilhado por dois amigos visionários, a sua aplicação exigiria anos de transações, de *trials and errors*, de processos e procedimentos no decurso dos quais a contribuição de Jack Lang foi decisiva, pelo menos na primeira fase. Paremos um instante no ano de 1984, em que foi instaurado formalmente no Luxemburgo, e sob a presidência do mesmo Jacques Lang, um Conselho Cultural ao lado de outras formações oficiais do Conselho da Europa (Negócios Estrangeiros, Agricultura, Economia e Finanças, etc.). Sem esta nova estrutura, a iniciativa dos dois ministros, grega e francês, não teria tido um quadro onde se inscrever. Mas por uma feliz ironia da História, 1984 é também o título do célebre romance distópico publicado em 1949, que o autor, George Orwell, quisera inicialmente intitular *The last man in Europe*, o que nos relembra que *le pire n'est pas toujours sûr...* Cabia sem dúvida por direito, *noblesse oblige*, a Atenas ser, em 1985, a primeira das cidades europeias da Cultura, antes de Florença e de Amsterdão, duas metrópoles que não eram capitais políticas. Notemos, e sempre sob o sino de uma História providencial, que Berlim-Oeste foi capital europeia da cultura em 1988, alguns meses antes da Queda do Muro, devendo a relação de causa a efeito ser não exagerada, mas tão-só sugerida: pois não é certo que a cultura traz um vento de libertação? Ao invés, Glasgow e Liverpool deixaram uma lembrança um pouco amarga: se as duas cidades, escolhidas (como era ainda possível na altura) pelo governo britânico (o de Margaret Thatcher, para a primeira em 1990, o de Tony Blair para a segunda, em 2008), se as duas cidades tiraram partido do seu título para se transformarem de forma notável, reduziram a quase nada a dimensão europeia dos dois eventos, deturpando assim a intenção dos iniciadores.

A principal dificuldade na designação das melhores cidades candidatas foi de natureza política, pois se, desde muito cedo, ficou estabelecida uma ordem de rotação entre os países, cabia aos respectivos governos nacionais atribuir o título a uma cidade da sua escolha, no seu território, limitando-se o Conselho e o Parlamento Europeu a aquiescer. É

Michel Rocard, então deputado europeu e presidente da comissão para a Cultura, quem, em 27 de Abril de 2004, denuncia o eleitoralismo municipal que, prescindindo de uma competição entre as cidades, tornava irrisório o papel do júri europeu. Dois anos mais tarde, o Parlamento e o Conselho adoptaram uma decisão que definia claramente as regras: «Candidaturas apresentadas com, pelo menos, 6 anos de antecedência; pluralidade das candidaturas na sequência de um concurso instituído pelo Estado de cada país; constituição de um júri de 6 peritos nacionais e de 7 peritos europeus para supervisionar a fase de selecção; reforço dos critérios de selecção; publicitação dos trabalhos dos júris; designação da cidade vencedora, sob recomendação da Comissão, à luz dos pareceres do Parlamento europeu e do júri²». Mas só no primeiro semestre de 2014 foi aprovada a última decisão atribuindo à Comissão a função de organização dos concursos e de protecção do espírito europeu que deve presidir à preparação das candidaturas.

É flagrante o contraste entre a simplicidade da intuição de Melina e a complexidade do processo jurídico que se lhe seguiu. Foi precisa muita energia, e em particular por parte da Comissão, para que os egocentrismos nacionais, refletidos nas políticas governamentais, cedessem perante o espírito fundador: fazer das cidades laureadas símbolos da diversidade, sim, mas também, ou mais ainda, da unidade da cultura europeia, nosso bem comum. É verdade que os custos financeiros e os interesses económicos regionais fazem correr os maiores perigos à dignidade da causa cultural: cidades vizinhas tornam-se cidades rivais, as paixões municipais exaltam-se, os patrimónios tornam-se praças-fortes levantadas umas contra as outras, e todos os meios são bons para vencer e levar a taça para casa!

E se as Capitais da Cultura aproximam os Europeus, também acontece que abram, entre as cidades concorrentes, abismos de despeito e de ciúme. Um amigo belga dizia-me recentemente, com um leve sorriso, que desejava a Mons, nomeada capital da cultura em 2015 em detrimento da sua cidade natal, o destino de Sodoma e de Gomorra... Melina

² *Idem*, p. 42.

Mercouri, que nos deixou em 1997, vislumbrara muito para além destas mesquinhas, mas sem dúvida inevitáveis, *querelles de clocher*. Grega e ateniense, buscava a sua inspiração no idealismo de Platão, o do *Banquete*. Talvez entrevisse nestas celebrações da Capital Cultural uma espécie de festim onde cada Europeu teria o seu lugar, como os amigos de Sócrates reunidos na casa de Agatão.

E este regresso a Platão deveria ajudar-nos a retomar o contacto com o que o pensamento de Melina tinha de mais elevado. A sacerdotisa Diotima de Mantineia revela ao Sócrates do *Banquete* o segredo do Amor, filho do expediente e da pobreza. Melina, num restaurante de Atenas, confia a Jack Lang o cuidado de dar vida à sua ideia capital, que precisa, também ela, de protecção. Numa passagem do Diálogo, Diotima ensina a Sócrates que, apaixonados pela imortalidade, os homens são geradores, segundo o corpo ou segundo a alma, os primeiros fazendo crianças, sendo os outros poetas e praticantes das artes ou, para utilizar a linguagem (um pouco cinzenta) dos nossos dias, agentes ou produtores de bens culturais. Mas, diz ainda, e cito-a, em adaptação livre, “a sabedoria mais elevada e mais bela manifestação do pensamento é a que se aplica às Cidades e à ordem económica. O seu nome é temperança e justiça”.

Talvez sejamos levados a idealizar uma Capital da Cultura, vendo nela uma cidade harmoniosa em todas as suas dimensões, materiais e espirituais, mesmo se Jack Lang nos vem lembrar a necessidade da política, que é luta e desacordo. Seja como for, numa hora onde falta o entusiasmo, é bom reler *O Banquete* para mergulhar de novo na mais tonificante fonte do espírito europeu e melhor servir, na nossa cidade, a causa da Cultura e da União Europeia.

**AS RESPOSTAS DOS INTELECTUAIS À UNIÃO
EUROPEIA DE HAIA: CULTURA EUROPEIA E
DIVERSIDADE CULTURAL**

Isabel Baltazar

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2464-8886>

Resumo

A experiência da segunda guerra leva ao despontar de movimentos culturais a favor de uma Europa Unida que vinham dar resposta ao apelo político de Winston Churchill sobre a necessidade dos *Estados Unidos da Europa*. O *Congresso para a Europa Unida* realizado em Haia ficaria, para sempre, marcado como um dos momentos fundamentais para impulsionar a União Europeia, a tal ponto que ficaria conhecido como o *Congresso da Europa*. Contou com a participação de cerca de oitocentas personalidades de grande importância, representativas dos vários países e áreas políticas, além das figuras mais proeminentes do pensamento europeu – escritores, eclesiásticos, cientistas e economistas. O Comité Cultural presidido por Salvador Madariaga, tendo como relator Denis de Rougemont, foi fundamental para pensar a Europa, conjugando a unidade na diversidade, ultrapassando os nacionalismos e criando uma comunidade espiritual ou uma união de culturas.

Palavras-Chave: Europa; Cultura; Diversidade; Congresso Haia.

Abstract

The experience of World War II led to the emergence of cultural movements in favor of a United Europe that came to respond to Winston Churchill's political appeal about the need for the United States of Europe. The United Europe Congress held in The Hague would forever be marked as one of the key moments in boosting the European Union, to the point that it would be known as the European Congress. Some 800 prominent personalities from various countries and political areas participated, as well as the most prominent figures in European thought - writers, ecclesiastics, scientists and economists. The Cultural Committee chaired by Salvador Madariaga, and Denis de Rougemont, was fundamental in thinking about Europe, combining unity in diversity, overcoming nationalism and creating a spiritual community or a union of cultures.

Keywords: Europe; Culture; Diversity; The Hague Congress.

1. O “Congresso da Europa” em Haia (7-11 maio de 1948)

Anteriormente, o Congresso de Montreux, convocado pela União Europeia dos Federalistas, serviu para dinamizar e organizar as ações a favor da Europa Unida e o plano dos Estados Gerais da Europa. Na mesma altura, Winston Churchill continuaria o seu apelo aos Estados Unidos da Europa. Curiosamente, seriam duas tendências diferentes – federalista e unionista – a darem origem ao Congresso da Haia¹.

Na sequência da variedade de ações em prol da Unidade Europeia surgiu, por necessidade prática, uma organização com a finalidade de conjugar esforços: o Comité Internacional de Coordenação dos Movimentos para a Unidade Europeia. Embora aparecesse em 1947, só no ano seguinte se realizou uma reunião com o objetivo de congregar os vários esforços federalistas. Este *Congresso para a Europa Unida* realizado em Haia ficaria, para sempre, marcado como um dos momentos fundamentais para impulsionar a União Europeia, a tal ponto que ficaria co-

¹ Para dar conta da atmosfera deste Congresso, discursos e discussões lá ocorridas, servimo-nos, antes de mais, dos fundos da documentação diplomática portuguesa.

nhecido como o *Congresso da Europa*. Reuniu cerca de vinte movimentos federalistas coordenados pela dinamização do polaco Józef Retinger.

Contou com a participação de cerca de oitocentas personalidades de grande importância, representativas dos vários países e áreas políticas, além das figuras mais proeminentes do pensamento europeu – escritores, eclesiásticos², cientistas e economistas³. Saliente-se a presença de numerosos políticos, entre os quais, dezasseis antigos presidentes do Conselho e vários ex-ministros, sendo de destacar a presença de figuras como Winston Churchill, a quem coube a presidência de honra, De Gasperi, Paul-Henri Spaak, Robert Schuman, Jean Monnet, Paul Reynaud e Léon Blum. Lá estaria, também, uma delegação alemã dirigida por Konrad Adenauer, presidente da ala política democrata-cristã.

Para preparar este Congresso, formaram-se três comissões executivas – política, económica e cultural – e comissões nacionais responsáveis pela nomeação de delegados dos parlamentos, partidos, sindicatos, religiões, ligas feministas, universidades e intelectuais. A coordenação agrupava a União Europeia dos Federalistas (Brugmans), a United Europe Committes (Churchill), a Liga Económica de Coordenação Europeia (Van Zeeland), o Conselho Francês para a Europa Unida (Dautry), as Novas Equipas Internacionais (Bichet) e a União Parlamentar Europeia (Coudenhove- Kalergi).

A comissão política do Congresso era presidida por Paul Ramadier, socialista francês, e propunha a criação de uma Assembleia Parlamentar Europeia com representantes dos parlamentos nacionais. Alguns federalistas, como Paul Reynaud, queriam, no entanto, ir mais longe e criar um verdadeiro parlamento europeu eleito por sufrágio direto. Havia, ainda, um Comité Económico e Social, presidido pelo belga Paul Van Zeeland, e um Comité Cultural cuja presidência cabia a Salvador Madariaga, ten-

2 É de referir que o próprio Papa Pio XII envia um seu representante a este Congresso para demonstrar a adesão da Santa Sé à ideia de uma União dos Povos.

3 Este Congresso realizado em Haia faz-nos lembrar o não menos significativo Congresso de Viena (1929), de onde sairia o pioneiro manifesto a favor da unidade europeia – o Manifesto de Viena. Aquele encontro, como este que tratamos, teve uma influência extraordinária e a presença da “fina flor” do pensamento europeu, demonstrado o interesse dos intelectuais pela ideia europeia e a sua adesão à União da Europa.

do como relator Denis de Rougemont. Este último reconheceria que o congresso no plano político tinha como objetivo a paz, economicamente a prosperidade dos seus estados e, culturalmente, a união na diversidade, ultrapassando os nacionalismos e criando uma Comunidade Espiritual. Era esse o sentido do texto final, escrito, também, por Denis de Rougemont onde se procurava conciliar as tendências federalistas com as unionistas, propondo, apenas, a criação de uma Assembleia Europeia que estudasse a via para alcançar os fins comuns a todos.

O que se pretendia era criar uma Europa Unida não pela força, nem pela resistência, mas pela harmonização de vontades livres, como reconhecia Aron. Uns escolhiam a via política, como Michel Debré, propondo a criação de uma república federativa europeia e uma constituição europeia. Na mesma linha se situava o discurso de Churchill:

“Devemos proclamar a missão e concepção de uma Europa Unida, cujo conceito moral granjeará o respeito e a gratidão da humanidade e cujo poder físico será tal que ninguém ousará molestar o seu tranquilo percurso... Espero ver uma Europa em que os homens e mulheres de todos os países darão a mesma importância ao facto de serem europeus como ao facto de pertencerem ao seu torrão natal e em que para toda a parte que forem neste vasto domínio possam pensar verdadeiramente Aqui estou em minha casa”⁴.

Outros, de uma forma mais “lírica” e sonhadora, como seria próprio de intelectuais, falavam de uma União de Culturas. A esse propósito, vale a pena referir o sentimento de Madariaga quando dizia:

“Esta Europa tem de nascer. E nascerá quando os espanhóis disserem a *nossa Chartres*, os ingleses a *nossa Cracóvia*, os italianos a *nossa Copenhaga*; quando os alemães disserem a *nossa Bruges* e recuarem horrorizados perante a ideia de alguma vez levantarem a mão agressora contra ela. Então, a Europa viverá, porque será então que o Espírito que conduz a História terá pronunciado as palavras criadoras: *Fiat Europa*”⁵.

4 Discurso de Winston Churchill pronunciado a 19 de Setembro de 1946, em Zurique, in *60 Anos de Europa. Os Grandes Textos da Construção Europeia*, Lisboa, Parlamento Europeu, 2008, p. 1

5 *Idem, ibidem.*

Embora fosse comum a defesa da unidade da Europa, esta era entendida a níveis diversos de aprofundamento. Se uns faziam a apologia da criação de uns verdadeiros *Estados Unidos da Europa*, optando pela via da federação política, outros, mais cautelosos, entendiam ser possível essa *União Europeia*, sem transferências de soberania por parte dos Estados, querendo, sobretudo, alcançar um bom nível de cooperação interestadual. A primeira, a corrente federalista, pretendia realizar um federalismo imediato; a segunda, a corrente pragmática, optava pelo método dos “pequenos passos”, através de um entendimento progressivo entre os Estados, cuja via seguida não seria a integração mas a cooperação. Afinal, o que estava em causa, era a opção entre manter a soberania dos Estados, seguindo o método funcionalista, ou aprofundar a via supranacional pelo método federalista.

Das discussões entre os que acreditavam nas virtualidades do federalismo e os que pretendiam alcançar resultados mais realistas, conseguiu chegar-se a uma solução de compromisso. Esta passava por encontrar um meio-termo entre as duas grandes teses apresentadas, fundado no desejo de todos em “Construir a Europa”. Federalistas e Pragmáticos estavam reunidos por uma causa comum: a Unidade Europeia. Parecia que era difícil conseguir conciliar o, aparentemente, inconciliável: a supranacionalidade com a inviolabilidade das soberanias nacionais. Acabaria por ser aprovada, por unanimidade, uma Moção Final propondo a criação de uma Assembleia Europeia⁶. Esta ficaria responsável por fazer avançar o projeto europeu, definindo a sua natureza, confederal ou federal, que refletisse a sensibilidade da opinião pública europeia, e criasse um tribunal para a defesa dos Direitos do Homem. As resoluções deste Congresso ficariam registadas num manifesto, intitulado *Mensagem aos Europeus*, que dizia:

6 É de referir que a criação de uma Assembleia Europeia contou, desde o início, com a oposição da Grã-Bretanha, apresentada por Ernest Bevin, Ministro dos Negócios Estrangeiros.

“A Europa está ameaçada, a Europa está dividida, e a mais grave das ameaças advém das suas divisões. Empobrecida, cheia de barreiras que impedem os seus bens de circular, mas não a protegem, a nossa Europa desunida avança à sua perdição.

Nenhum dos nossos países pode pretender, sozinho, a uma defesa séria da sua independência. Nenhum dos nossos países pode resolver, sozinho, os problemas que a economia moderna lhe coloca. Se não existir uma união livremente consentida, a nossa anarquia presente expor-nos-á amanhã à unificação forçada, quer pela intervenção de um domínio do exterior, quer pela usurpação de um partido do interior.

A hora a que assistimos exige se empreenda uma acção à medida do perigo iminente. Todos juntos, no futuro, podemos edificar com os povos associados ao nosso destino, a maior formação política e a mais vasta união económica do nosso tempo. Nunca a história do mundo assistiu a tamanha união de homens livres [...].

Nós europeus querendo dar voz a todos os povos deste continente, declaramos solenemente essa vontade comum nos cinco artigos seguintes, que resumem as resoluções adoptadas pelo nosso Congresso:

- 1.º Queremos uma Europa Unida onde circulem livremente os Homens, as ideias e os bens.
- 2.º Queremos uma Carta dos Direitos do Homem, garantia da liberdade de pessoas, reunião e expressão, assim como a livre oposição política.
- 3.º Queremos um tribunal de justiça capaz de aplicar as sanções necessárias para que seja respeitada a Carta.
- 4.º Queremos uma Assembleia Europeia, onde estejam representadas as forças vivas de todas as nações.
- 5.º E tomamos de boa fé o compromisso de unirmos todos os nossos esforços... pela paz e pelo futuro desta e das próximas gerações”⁷.

As resoluções da Comissão Política, presidida por Paul Ramadier, antigo Presidente do Conselho francês, insistiam na necessidade de partilha da soberania e na necessidade de integrar a Alemanha nesta Europa Unida, a fim de evitar a sua ameaça. No entanto, foi apenas proposta a criação de uma Assembleia Europeia, composta por representantes dos parlamentos dos Estados, contra a proposta de sufrágio universal, proposta por Paul Reynaud, também antigo Presidente do Con-

⁷ “Manifesto aos Europeus”, in Denis de Rougemont, *Ving-buit siècles d'Europe*, Paris, Payot, 1961, pp. 409-410.

selho francês. Embora os poderes da Assembleia ficassem bem aquém dos desejos dos federalistas, o Congresso de Haia teve o mérito indiscutível de estabelecer “uma espécie de programa mínimo de organização europeia, enunciar os seus objectivos gerais e sugerir os meios de realização”. Mas mostrou muita prudência no plano institucional a tal ponto que Paul Ramadier afirmaria: “Nós vimos em Haia que a ideia reaccionária da soberania nacional acabaria por não ser defendida por ninguém”. Vinte anos mais tarde, Denis de Rougemont constataria:

“Tudo saiu do Congresso de Haia em Maio de 1948: as primeiras instituições europeias, parlamentares, jurídicas, culturais, técnicas, os princípios gerais do Mercado Comum, mas também a recusa de dotar essas instituições de um poder de decisão política imposta por vontade popular, quando se sentia que tal seria possível. Reunido numa atmosfera de entusiasmo e fervor, o Congresso de Haia teve igualmente como efeito alertar a imprensa e a opinião pública quanto à importância do problema europeu”⁸.

Estavam criadas as bases para uma futura união política europeia. A fim de harmonizar a dispersão de movimentos a favor da União da Europa foi, ainda, decidido criar o Comité para a Europa Unida, embrião do futuro Movimento Europeu⁹.

Em termos de resoluções concretas foi decidida a criação do Conselho da Europa que conjugasse a defesa dos Direitos do Homem num tribunal próprio com uma Assembleia Europeia que tratasse das outras matérias relevantes. A nível da economia comum falou-se da necessidade de criar instituições próprias a esse fim, que coordenassem não só as políticas económicas dos vários Estados como, também, abolissem os entraves à liberdade de comércio, como, por exemplo, as restrições às importações e exportações e os direitos alfandegários. Finalmente, a nível cultural, foi proposta a criação de um Centro Europeu de Cultura

⁸ Pierre Gerbet, *La construction de l'Europe*, Paris, Imprimerie Nationale, 1994, p. 61.

⁹ Esta referência já foi feita a propósito do historial sobre a União Política da Europa.

que viria a instituir-se a partir de 1949, em Genebra, sob a direção de Denis de Rougemont¹⁰.

Embora seja de reconhecer a ambiguidade dos resultados, demonstrada até pelo uso indiscriminado de expressões como “união” e “federação”, Haia teve o mérito indiscutível de difundir os valores democráticos contra qualquer forma de totalitarismo, de esquerda ou de direita, e de criar uma opinião pública europeia consciente das questões a resolver no âmbito político e económico da Europa, e favorável à Unidade Europeia. Embora não tivesse chegado a propor um governo ou autoridade europeia foi, no entanto, um momento determinante na defesa da Ideia Europeia e um momento de viragem na Europa, já que dele emergiu um programa de ação, inscrito num *Manifesto Europeu*. Teve, também, o mérito de verdadeiramente criar o Movimento Europeu, a partir do qual surgiriam instituições relevantes para a Construção Europeia: o Centro Europeu da Cultura, o Conselho da Europa e o Tribunal dos Direitos do Homem, além de estar na génese das Comunidades Europeias.

Para os federalistas, o Congresso poderia ter ido mais longe não fossem os Ingleses:

“Um desejo evidente de êxito, nascido do sentimento geral da gravidade do que estava em jogo, teria, sem dúvida, levado o Congresso muito mais longe, se não tivessem sido os Britânicos. Antes de Haia, muitos pensavam que o conflito principal oporia os trabalhistas aos conservadores. É conhecer mal os Ingleses. O único conflito profundo que dividiu o congresso foi a oposição surda entre a frente comum dos insulares e as iniciativas dispersas (no plano tático) dos continentais. A oposição pode resumir-se em duas réplicas que anotei durante os debates da comissão política – Harold Macmillan: *Lembrem-se do vosso provérbio francês hâte toi lentement*; Paul Reynaud: *Curioso slogan para propor a alguém que está prestes a afogar-se*”¹¹.

10 Ver o documento sobre as resoluções adotadas no Congresso da Europa, em Haia: Comité Internacional de Coordenação dos movimentos para a Unidade Europeia, *Résolutions*, Paris-Londres, 1948.

11 Denis de Rougemont, *L'Europe en Jeu: trois discours suivis de documents de La Haye*, Neuchâtel, Éditions de la Baconnière, 1948, pp. 134-135.

Todos tinham o mesmo objetivo. Todos divergiam nos métodos a seguir. Para alguns, devia constituir-se um laço federal que pressupunha transferências de soberania, “unindo na diversidade”. Outros, mais radicais, propunham uma Assembleia europeia eleita por sufrágio universal.

Curiosamente, a Europa acabaria por se erguer pelas duas vias: da cooperação e da integração. A primeira, realizada a três níveis – económico, político e de defesa – e a segunda edificaria a Europa através, finalmente, do sonhado “laço federal” proposto pela primeira vez na Sociedade das Nações e concretizado pela Declaração de Robert Schuman de 9 de maio de 1950. Era ainda um embrião mas já o princípio da aplicação da supranacionalidade, que, para os europeístas era um prenúncio, e para os mais entusiastas, já o início dos *Estados Unidos da Europa*.

2. Reflexos na Imprensa

Tal como acontecera no período entre as duas guerras, a ideia de Europa continua a afirmar-se a seguir à Segunda Guerra, quer a nível do pensamento quer a nível da ação política. Esta última, não fica, no entanto, ao nível das ideias; desta vez, será o início de um processo de verdadeira construção europeia. Mas não pode haver nenhuma construção sem alguma ideia preliminar; por isso, também, a construção europeia, agora no horizonte, precisa e vive de uma(s) ideia(s) de Europa.

Curiosamente, com Haia encontrámos dois tipos de notícias: as que falam da verdadeira realidade da Europa e, as outras, e para nós, as mais interessantes, que continuam a pensar a Europa¹². Serão estas as escolhidas para análise e reflexão.

a) O Congresso da Europa

Na verdade, embora Haia ficasse conhecido como o “Congresso da Europa”, muitos outros congressos tiveram, igualmente, como preocupação a Europa. Um deles ficaria conhecido como Congresso de Mon-

¹² Pela vastidão dos artigos de imprensa encontrados para o período em estudo, seleccionámos, apenas, aqueles que apresentavam um pensamento sobre a Europa.

treux, durante o qual se agitou a ideia federalista, apresentada pelos movimentos europeus. Curiosamente, um português seria testemunha dos trabalhos desse congresso, cujas reflexões apresentaria ao *Diário de Notícias*. Trata-se de Armando Marques Guedes, protagonista desse evento, relatado na edição de 3 de setembro de 1947. Ao congresso dos federalistas mundiais sucedia-se este, o dos federalistas europeus. O que é e o que pretende este movimento federalista? Já Einstein dizia que “a bomba atômica e outras armas de destruição e de morte constituíam e constituem ameaça de tal monta e gravidade para a civilização e até para a própria existência da humanidade, que uma única solução existe para assegurar a sobrevivência duma e doutra: – a fundação do Estado Universal”¹³. Citando o autor da teoria da relatividade, Marques Guedes questiona-se sobre a pertinência das soberanias nacionais face ao surgimento de um Superestado Universal. Primeiro, o caminho seria o federalismo regional, depois o continental, até serem eliminados os conflitos de soberanias, a nível político, e os de mercado, a nível económico:

“Será isto um sonho côr-de-rosa, uma segunda edição da República de Platão, um novo ciclo do reinado das utopias? Em grande dose – ai de nós! – assim é. Não estamos por ora a caminho de um federalismo, mas, porventura, de dois federalismos europeus. Em torno da Rússia *de gré ou de force*, vai-se nucleando um federalismo, do Mar do Norte ao Mar Negro. No Ocidente, apenas se esboça timidamente uma outra federação por ora fortemente contida pelas ameaças e pelos *vetos* do Kremlin e minada pela acção das *quinta-colunas* comunistas”¹⁴.

Mesmo chegando aos federalismos continentais, como o europeu, as guerras seriam inevitáveis. Mas a ideia de federalismo não deve ser abandonada, como uma espécie de aspiração para onde podem convergir todos os esforços.

13 “Uma ideia que se agita em Montreux – em que consiste e o que pretende o movimento federalista”, *Diário de Notícias*, 3 de setembro de 1947, pp. 1 e 2.

14 *Idem, ibidem.*

“Elaborando a União Europeia”

É sob o título “Elaborando a União Europeia” que o jornal *A Voz* vai descrever os acontecimentos de Haia. O Congresso, dividido em dois grupos, parece evidenciar as próprias divisões sobre qual deve ser o futuro europeu. Churchill apela a uma consolidação da Europa antes de ser iniciada a federação europeia; Henri Brugman protagoniza o grupo dos que pretendem a federação imediata. Ambas as posições mereceram aplausos por parte do Congresso, o que significa que a União Europeia se encontra dividida sobre o rumo a tomar:

“Paul Ramadier, antigo presidente do Conselho de França e presidente da Comissão política do Congresso, apoia o plano de Churchill apresentado ontem no discurso de abertura do Congresso. O discurso de Brugman pede uma Federação completa da Europa, como essencial para a salvação do continente. O discurso de Brugman foi quase tão aplaudido como o de Churchill. Henri Brugman nesse discurso pede a criação de uma Europa *supranacional* em que a soberania nacional seja definitivamente abandonada a favor de uma realização revolucionária do continente numa vasta escala”¹⁵.

Estas duas posições iriam revelar-se-iam nas diferentes comissões do Congresso – política, económica e cultural –, o que se torna muito interessante para mostrar que os projetos em torno de uma Europa Unida pretendem edificar uma Europa no seu todo (Ocidental e Oriental) e não, apenas, na sua faceta política. Mas a ideia de federação, conceito eminentemente político, é aquela que mais se discute e projeta para a opinião pública, desenvolvida pela comissão política do Congresso. Esta pretende erguer uma Europa unida no seu todo geográfico, como pode entender-se pela moção apresentada por Duncan Sandys, que pretende unir os “povos de todos os países europeus, incluindo os cidadãos das nações atrás da cortina de ferro”¹⁶. Por isso, todos estão, à partida,

15 “Elaborando a União Europeia. O Congresso de Haia parece estar dividido em dois grupos com critério diferente acerca da Federação”, *A Voz*, 9 de maio de 1948, pp. 1 e 5.

16 *Idem, ibidem*.

convidados a estarem representados em Haia, só pelo facto de pertencerem a uma civilização cristã, razão tão invocada por Churchill¹⁷. Mas esta razão mostrava-se frágil: “Se, como Churchill propôs, se pretende unir aqueles que defendem a civilização cristã contra as forças subversivas tirânicas que a ameaçam, o que interessa saber é o grau de resistência que as forças cristãs oferecem às anti-cristãs dentro de cada nação, afim de se saber o valor que a união e concerto delas no plano europeu poderá assumir. Viu-se porém que o congresso pensou em coisas muito diferentes e até opostas”¹⁸.

“Uma Europa Unida é necessidade vital”: o discurso de Winston Churchill

O *Diário Popular*, de 7 de maio de 1948, iria reproduzir extratos significativos do discurso de Churchill em Haia. Na sessão inaugural do Congresso afirmaria que a união da Europa era vital para si própria e para o mundo. E o presidente do Congresso continuaria o seu discurso, perante 800 delegados dos países da Europa Ocidental, dizendo:

“Desde que falei sobre o assunto em Zurique no ano de 1946 e desde que foi lançado o movimento britânico para a unidade europeia, em Janeiro de 1947, os acontecimentos precipitaram-se para além das nossas expectativas. Esta causa é ou de importância vital ou de carácter meramente académico. Nesta última hipótese seria melhor abandoná-la. Mas, trata-se de uma necessidade vital para a Europa e para o Mundo nesta hora sombria para que a luz se torne mais brilhante e a esperança mais forte nos corações e nos pensamentos dos homens e das mulheres de muitos países. É por isso que é indispensável que aconteça. Os grandes governos ligaram-se com todo o seu potencial efectivo. [...] Trata-se de um movimento de povos e não de partidos. A Europa não pode unir-se sob o domínio de qualquer nação. A União deve pertencer a todos”¹⁹.

17 Ver o artigo sobre “O Congresso de Haia”, *Novidades*, 12 de maio de 1948, pp. 1 e 3.

18 *Idem, ibidem*.

19 Discurso de Winston Churchill, “Uma Europa unida é necessidade vital para todo o mundo nesta hora sombria”, reproduzido no jornal *Diário Popular*, 7 de maio de 1948, pp. 1 e 4.

Outro jornal, *A Voz*, de 8 de maio de 1948, reproduziria, também, as passagens essenciais do discurso de Churchill, completando o que já havia sido objeto das referências citadas no parágrafo anterior. Sobre a autoria da ideia da união europeia, refere o nome de Henrique de Navarra. No Congresso, estão reunidos os chefes políticos de todos os países livres da Europa, estadistas de todos os partidos políticos, figuras proeminentes de todos os credos, escritores eminentes, enfim, representantes de todos os povos ali presentes. A herança cultural e espiritual da Europa e os Direitos Humanos são as prioridades a salvaguardar, estes últimos a considerar na Carta dos Direitos Humanos que se iria elaborar. A Unidade da Europa é o objetivo prioritário:

“O nosso objectivo é nada menos toda a Europa. Exilados ilustres da Checoslováquia, de quase de todos os países da Europa Oriental e da Espanha, encontram-se entre nós: pretendemos a participação de todos os povos do continente europeu cuja sociedade e forma de vida não estejam em desacordo com a Carta dos Direitos Humanos e a sincera expressão de uma democracia livre. [...] O nosso objectivo não pode deixar de ser senão uma Europa Unida e olhemos para o futuro com confiança, para o dia em que isso seja possível. A princípio preocupei-me com a ideia de que os Estados Unidos da América considerassem com hostilidade a ideia de se organizarem os Estados Unidos da Europa. Rejubilome, porém, pelo facto de a grande República, numa época em que tem o comando do Mundo, já ter manifestado a sua opinião... Em vez de mostrarem ressentimento pela criação duma União Europeia, os Estados Unidos saudaram com entusiasmo a ideia e procuram ardentemente auxiliar a ressurreição do que se chama o Velho Mundo e que se encontra agora em perfeita união com o Novo Mundo”²⁰.

O projeto da União Europeia estava de acordo com os princípios da Organização das Nações Unidas, e a criação de uma nova Europa concorria, afinal, para a mesma paz. O Congresso serviu para dar uma voz à Europa e seria, apenas, o primeiro passo de uma Europa que desejava estar unida e, por isso, precisava de constituir outra Assembleia Europeia que desse continuidade a esta, e correspondesse, afinal, aos desejos de uma grande parte da Humanidade.

20 Discurso de Winston Churchill em Haia, *A Voz*, 8 de maio de 1948, p. 1 e 6.

Ainda os Estados Unidos da Europa?

Mesmo no rescaldo do Congresso em Haia, o jornal *Sol* publicaria um artigo de Albert Mousset sobre os *Estados Unidos da Europa*. O seu autor vai mais longe e, na linha de Victor Hugo, considera a Europa Unida como o princípio de uma federação mundial. Evocando o escritor de *Os Miseráveis*, quando há um século falava dos Estados Unidos da Europa e da paz do mundo como uma realidade para o século XX, o autor citado interpreta os recentes acontecimentos a essa mesma luz. Entusiasma-se, por isso, com o facto de estar na moda a ideia federal e que ela tenha passado das elites para a sociedade em geral. Uns, como Churchill, acreditam na unidade europeia, outros, ainda mais otimistas, creem na federação planetária, aplaudida pelo sr. Bevin, desenvolvida em Montreux, e que daria origem à Carta Mundial, da autoria de professores de Chicago, Harvard e Stanford. Será possível tal realidade ou puras especulações de espírito? – interrogava o autor. Para serem mais do que utopias precisariam, segundo Mousset, que os povos se abrissem à universalidade e não à união de interesses. São necessárias novas solidariedades, a começar pela própria solidariedade europeia. No entanto, “mesmo utópicas as campanhas federalistas, são feliz augúrio: mostram que o mundo procura o seu caminho na boa direcção”²¹.

b) Reflexões sobre Haia: Augusto de Castro

Portugal acompanha, de perto, aquilo que se vai passando na Europa. Os jornais são uma prova disso mesmo e vão muito para além das simples notícias. Um cronista que se destaca é Augusto de Castro, então, diretor do Diário de Notícias, que impressiona pela profundidade dos seus editoriais que, em grande número, são sobre a Europa, muito antes do Congresso, em Haia, o que mostra que a sua preocupação não é, meramente, circunstancial. Também, depois de Haia, o escritor

²¹ Albert Mousset, “Estados Unidos da Europa ou Federação Mundial?”, *Sol*, 15 de maio de 1948, pp. 1 e 11.

continuará a debruçar-se sobre a situação europeia, numa sequência de editoriais sobre o assunto.

“Quando se olha a Europa”: antes de Haia

Uma reflexão do *Diário de Notícias*, de 31 de dezembro de 1941, procura descrever a Europa a seguir à Primeira Guerra, tendo a impressão de se viverem tempos não de paz, mas, de angústia da guerra. Parece até que a *Nova Europa*, tão falada para designar outra Europa é, apenas, uma Europa que se prepara para uma nova guerra, embora disfarçada de intenções de paz e de reorganização económica e militar:

“É preciso considerar, antes de mais nada, se se quiser dar ao problema a sua realidade política e não apenas uma solução ideológica, que a paz não é somente arrumação geográfica. Paz significa, acima de tudo, segurança e confiança. A ordem é também um facto moral. A normalidade material supõe um mínimo de tranquilidade nos espíritos”²².

A paz a construir terá de ser diferente daquela alcançada a seguir à guerra; há que criar outra, mais sustentável do que a paz falida de 1918. A solução apresentada tem a ver com a consideração dos aspetos da arquitetura europeia: condições históricas, étnicas, físicas, económicas e políticas. Augusto de Castro parece não acreditar na unidade europeia. Pelo menos no sentido da ausência de pluralismo cultural. A pluralidade da Europa foi sempre uma realidade: pluralidade de raças, de povos e de civilizações. E, por isso mesmo, graças à pluralidade, a Europa, o mais pequeno continente, expandiu-se. A pluralidade é, assim, um problema, quando se pretende criar à força uma unidade europeia e uma riqueza, numa Europa tão diversa que se abre à universalidade. A Europa é multiforme:

²² Augusto de Castro, “Quando se olha a Europa”, *Diário de Notícias*, 31 de dezembro de 1941, p. 1.

“Há uma Europa oriental e uma Europa insular. Há uma Europa ocidental e há uma Europa marítima e atlântica, de que a civilização portuguesa é o tipo definido. Basta considerar a nossa existência nacional. A nossa história é muito mais universal do que europeia. Com excepção da nossa situação peninsular, Portugal não tem problemas exclusiva e propriamente europeus. Em contraposição, não há problema algum de expansão universal de índole intercontinental a que possamos considerar-nos estranhos. Essa multiformidade de território e de alma, essa fermentação de raças são condições da constituição histórica europeia – e significam, certamente, a maior dificuldade duma paz continental que procure restituir à Europa o seu carácter, a sua prosperidade, a sua acção e a sua fecunda projecção no mundo [...]. Seja qual for a solução da guerra, seja quem for o vencedor, a solução da paz europeia terá de ser procurada, para ser real, nas próprias raízes da Europa. Essa é a magnitude, a ansiedade do problema. A paz é, a despeito de tudo, o maior problema da guerra”²³.

E essa ideia de Europa seria retomada cerca de um ano antes de Haia quando, em editorial publicado no *Diário de Notícias*, de 24 de agosto de 1947, escreve sobre “A única Europa”. Perante os perigos que a ameçam, “comprimida entre dois poderosos antagonismos que lhe são, um, espiritualmente hostil e o outro geograficamente estranho, a Europa, hoje cada vez menos senhora dos seus destinos, atravessa uma das mais graves crises da sua existência”²⁴. Que futuro para a Europa? Parece iminente um conflito perante a oposição de dois imperialismos no Mundo. O equilíbrio conseguido no passado só foi possível graças ao poder das forças internacionais. Geograficamente a Europa já é um problema, para não falar das várias idiosincrasias espirituais e políticas. E no Mundo há, ainda, a considerar as forças antieuropeias e extraeuropeias, que rivalizam com uma Europa enfraquecida, mas que continua a ser uma terceira força ideológica, geográfica e histórica. No seu seio, um bloco ocidental continua a manter as tradições continentais e a servir de referência à ordem mundial. Assim, e por paradoxo, a Europa aparece como vítima e como árbitro internacional: “Mas para isso será preciso que exista uma política europeia. É essa política que a Améri-

23 *Idem, ibidem.*

24 “A única Europa”, *Diário de Notícias*, 24 de agosto de 1947, p. 1.

ca pede em vão à Europa. Ela é talvez a última contingência e a última probabilidade de Paz”²⁵.

Perante a situação europeia, que a todo o custo procura reorganizar-se, constituiu-se até uma Conferência Internacional para a Reconstrução Europeia, “Conferência dos Dezasseis”, no seio da qual já se pensa na criação de uma união aduaneira europeia. No entanto, adverte o articulista de que é necessário cuidado para não avançar depressa demais, acabando por cair em utopias já repetidas no passado e que podem, ainda mais, paralisar a Europa. A “Única Europa” possível é, para o autor, partir da sua pluralidade, condição histórica e geográfica da sua existência:

“O que importa é criar uma unidade moral ocidental e só depois será possível caminhar para uma solidariedade e um entendimento económicos compatíveis com as indispensáveis autonomias e diversidades nacionais. É mesmo do inteiro respeito dessas diversidades e da sua independência que poderá advir a possibilidade de uma verdadeira política ocidental. Para isso, será indispensável, antes de mais nada, excluir do espírito que preside às relações internacionais dos Estados e dos Povos, que verdadeiramente queiram formar uma estabilidade ocidental, qualquer propósito claro ou oculto, directo ou indirecto, de interferências ideológicas. É preciso separar, para as finalidades de Governo, política nacional – de política internacional. Estabelecida essa primeira condição, a identidade incontestável duma civilização latino-ocidental fornecerá facilmente o fundamento para a constituição duma frente única de cultura e de solidariedade política. A indiscutível interdependência de interesses geográficos e económicos fornecerá, igualmente, a base duma política económica, em que os recursos, as necessidades de cada um possam harmonizar-se com os recursos e as necessidades comuns”²⁶.

É esta a única Europa capaz de resultar, conduzindo à sua própria restauração; só depois pode esperar e aceitar a ajuda americana, que não contribui para a sua identidade, mas tão só para a sua reconstrução económica, como aliás foi reconhecido pelo próprio sr. Marshall. Para essa política ocidental europeia muito contribuirá a restauração da

25 *Idem, ibidem.*

26 *Idem, ibidem.*

Inglaterra e da França, travões essenciais a qualquer ameaça exterior, particularmente asiática. Só assim será possível conter a crise europeia; só assim será eficaz a ajuda americana. A “Única Europa” chama-se Europa Ocidental.

Uma posição “reservada” em relação aos Estados Unidos da Europa: durante Haia

Um editorial do *Diário de Notícias*, escrito dois dias após Haia, tem uma posição bem mais moderada em relação aos *Estados Unidos da Europa*. O seu diretor, Augusto de Castro, um atento observador dos acontecimentos europeus, e autor de outros escritos não jornalísticos sobre esta temática²⁷, mostra muita cautela quando se pronuncia sobre ideias demasiado otimistas em relação ao futuro da Europa. As suas palavras parecem fazer transparecer um certo realismo que contrasta com o excesso de otimismo dos que esperam demais da construção europeia:

“Foram anunciados mil, afinal, pelas últimas notícias, são apenas oitocentos os homens de Estado agora reunidos na Haia no chamado Congresso da União Europeia. Discurso do Sr. Churchill, excelente. Outros ótimos discursos. Mas já, na primeira sessão, os federalistas, partidários da Federação Europeia, se pronunciaram contra os defensores (entre os quais é desde já necessário incluir o sr. Churchill, como o sr. Bevin) de um programa mais realista e modesto, procurando apenas reunir as soberanias do Ocidente em torno dum entendimento imediato de defesa e cooperação internacionais”²⁸.

Mostrando a sua incredulidade sobre esta forma tão “rápida” de construir a Europa, Augusto de Castro acaba por ir apresentando, também, a sua própria forma de pensar a Europa: uma Europa Unida seria, sem dúvida, uma “necessidade vital”, como afirmara Churchill, mas essa sal-

²⁷ Veja-se a obra de Augusto de Castro, *Imagens da Europa: Vistas da minha Janela*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1936.

²⁸ Augusto de Castro, “Haia ou Bizâncio”, *Diário de Notícias*, 9 de maio de 1948, p. 1.

vação só poderia ser efetiva se construída com base no realismo e não na excessiva ambição, que acabava por ser uma utopia:

“Para atingir o resultado, que constituiria talvez a salvação da Europa e marcaria, de todas as formas, uma renovação de esperanças e de segurança no mundo, preferiu-se ao processo mais lento, mas incomparavelmente mais eficaz, das negociações diplomáticas normais, pelo menos até se concluir a fase preparatória – preferiu-se à acção directa e limitada dos governos responsáveis a espectacular oratória e vasta publicidade duma super-assembleia de estadistas de todos os graus. Mil ou oitocentos ou mesmo setecentos homens para representar dezasseis nações afigura-se-nos ligeiramente excessivo. O Mundo verga ao peso de tantos salvadores”²⁹.

Num discurso, como se vê, pautado pela ironia, o autor que pensa a Europa mostra não acreditar num “milagre” europeu, ainda por cima tão cheio de espetáculo, dando, ou querendo dar, a impressão de que se trata de uma vontade quase de massas, muito para além das próprias vontades estaduais. Mas, afinal, parece haver tudo menos o essencial: o empenho dos governos representados! Interroga-se o editorialista se “seriam todos estadistas” os que estavam em Haia e, nesse caso, seriam certamente demais; se não eram, já que se tratava de uma questão política a ser discutida, de que valiam os outros, os espectadores?

No entanto, esta posição não revela antieuropeísmo ou falta de simpatia pelo princípio de uma Europa Unida. Revela, antes, uma certa prudência perante uma ideia que sendo boa, quando partindo da União Ocidental, se desenvolve num projeto de União Europeia, lançado por Churchill, mas sofrendo aparentemente de excesso de ambição ou de otimismo. A Europa estava, então, cheia de palavras, de discursos, de ideias, mas de poucas ações concretas que congregassem, efetivamente, a paz. E, por isso, era inviável a Europa esboçada em Haia, tal como o tinha sido em Genebra:

29 *Idem, ibidem.*

“Para quê continuar a iludir as realidades? Para quê repetir processos de direcção internacional cujo malogro três anos de mal-entendidos, de erros, de conduta, de falência total de objectivos transformaram em três anos de dramáticas decepções? Porque não encarar os acontecimentos de face e os problemas praticamente, num espírito realista – único que os pode resolver? As mesmas causas produzem inevitavelmente os mesmos efeitos. Oitocentos ou mil homens, estadistas ou não estadistas, não representam coisa alguma – ou representam demais. Ou não resolvem coisa alguma ou resolvem demasiado”³⁰.

Com palavras tão claras e expressivas ouvia-se um pensador português a falar da Europa. Um português que, por acreditar nela, não concordava com os métodos usados para fazer a União. Considerava, até, “perigoso” que um programa de salvação da Europa se transformasse num projeto federal: “Nada mais perigoso do que submergir esse programa internacional, mínimo e imediato, na utópica e emaranhada concepção duma Federação de Estados, contrária, pelo menos por agora, a todas as tradições históricas, leis geográficas e aspirações da Europa”³¹.

Não há na Europa uma unidade original: só pela força pode ser encontrada. A ideia federativa, já apresentada por Carlos Magno, Napoleão ou Hitler, poderá vir a constituir uma fase possível da evolução da Europa. Mas o momento atual não se coadunava com tal projeto, que era, por isso, utópico: “O sonho será porventura tentador e magnífico. Mas, admitindo mesmo o discutível princípio, o facto é que, na melhor das hipóteses, longos anos ou mesmo séculos nos separam ainda dessa plena unidade dum Continente, organicamente transformado”³².

Com tão lúcidas palavras, Augusto de Castro mostra ser possível acreditar numa União Europeia. Mas o caminho para lá chegar terá de ser outro, numa Europa de diversidades que não é possível ignorar para unir. Numa Europa que nunca esteve tão longe de estar constituída, é impossível inventar um todo, ainda por cima, constitucional. A Federação é uma ideia impossível de realizar nos tempos mais próximos. Por isso, termina com um conselho:

30 *Idem, ibidem.*

31 *Idem, ibidem.*

32 *Idem, ibidem.*

“O que é preciso ó mil estadistas da Europa, é agir – e não falar. Do que se trata é de criar um núcleo de defesa ocidental que acuda às necessidades vitais da convalescença e defesa dum Ocidente empobrecido e ameaçado e que não pode viver indefinidamente numa espécie de hospício americano. E isso é imediato, é urgente, é claro e seria talvez mais fácil se se soubesse bem o que se quer e se quisesse bem o que se precisa. As altas concepções poderão vir depois. Os bons tenores poderão talvez cantar no fim. Por agora, limitemo-nos à tarefa calma, discreta – que só governos responsáveis podem levar a cabo – de arrumar, na medida do possível, esta desmantelada casa da Europa e de salvar e pôr de pé, sem riscos de tropeçar na primeira volta da estrada, um Ocidente indispensável à sobrevivência do Mundo civilizado”³³.

Considerações sobre a Europa: após Haia

Três editoriais do jornal *Diário de Notícias*, escritos com um intervalo de três dias, fazem uma série de considerações sobre o estado atual e futuro da Europa. O primeiro, intitulado “Os cinco técnicos”, fala da ideia de uma União Ocidental, ou seja, de uma solidariedade entre as nações do Ocidente, um novo projeto que alguns pareciam acreditar levar ao ressurgimento europeu, embora numa parte bem restrita da Europa. Parece apontar para uma defesa comum do Ocidente, embora cheia de fragilidades, devido aos ímpetos nacionalistas que persistem e às ideologias nacionais e internacionais.

Esta parece ser a Europa possível. Para isso se realiza, à data, o Congresso da União Parlamentar Europeia, em Interlaken, que discute um novo projeto europeu. A ideia a discutir prendia-se com a criação de um governo central da Europa Unida, a ser preparada por juristas de cinco países. Para Augusto de Castro, o assunto é alarmante:

33 *Ibidem*.

“O projecto da pretendida União, conforme as notícias publicadas, parece que, além de conter a indicação dos órgãos executivos e legislativos do novo super-Estado, prevê a extensão dos seus poderes, a sua jurisdição e função políticas, abrangendo além do domínio da acção diplomática e consular e organização de forças de defesa internacional... Lê-se isto e pasma-se que pela cabeça de cinco técnicos tenha passado, como uma concepção possível, mesmo em sonho de uma noite de Verão, à beira dum lago, esta peregrina imagem duma organização internacional destinada, a nestas bases, governar o Ocidente”³⁴.

O autor considera, assim, não exequível a ideia de unir as dívidas públicas de dezasseis países, e de todos os que viessem a associar-se:

“Esta ideia extraordinária, nascida à beira dum lago suíço, afigura-se-nos de tal maneira ingénua ou maliciosa que roça as fronteiras do inverosímil. Imaginem que alguém queresse aplicar num mesmo prédio, aos inquilinos de todos os andares, a mesma regra – e que ao sujeito económico, razoável, do segundo andar, se iriam fazer pagar as dívidas de jogo do vizinho do rés-do-chão; que se punha tudo em comum, considerando tudo o mealheiro, penosamente defendido, duns, e as contas por liquidar da mercearia e do alfaiate dos outros locatários. Temos a impressão – e ousamos exprimi-la – de que os cinco técnicos não aplicariam, de bom grado, entre eles, este sistema da chamada *administração colectiva* que desejam propor como medida internacional”³⁵.

Augusto de Castro não só não acredita nesta Europa, como desconfia, à partida, das intenções dos autores do Plano de Interlaken. A projetada União aplicar-se-ia, também, aos territórios ultramarinos, o que potencializa o seu perigo para as nações envolvidas. Além de envolver a necessária alienação de soberania, os cinco com territórios ultramarinos, entre os quais Portugal, ficariam duplamente prejudicados:

“Talvez fosse bom fixarmos todos, antes de mais nada – e duma maneira precisa – que União Ocidental ou Federação ou Império não significa espoliação e que a casa de cada um, enquanto existir, é a casa de cada um. Só depois disto bem entendido é que podemos entender-nos”³⁶.

34 “Os cinco técnicos”, *Diário de Notícias*, 1 de setembro de 1948, p. 1.

35 *Idem, ibidem*.

36 *Ibidem*.

O seu discurso não é, apenas, crítico porque entende que é necessário qualquer espécie de União da Europa, para a salvaguardar e preservar a paz no Mundo. E essa solidariedade europeia implica cedências de soberania da parte dos Estados. No entanto, devem circunscrever-se, na sua opinião, ao estritamente necessário para salvaguardar o bem comum: é esse o custo de qualquer cooperação ou associação. Não implica a organização de um superestado, nem a continuação de Estados livres e autónomos. As individualidades próprias de cada um devem manter-se, muito concretamente aquelas relacionadas com o pluralismo histórico-cultural da Europa: “Cautela! Não arranjem um Programa de União que venha a ser de Desunião Ocidental. Porque, no que diz respeito a desunião, a que há, louvado Deus, já chega”³⁷. As utopias podem ser perigosas para a Europa.

Portugal já tinha sido referido no editorial anterior, a propósito das suas colónias ultramarinas, mas será objeto de atenção especial no seguinte: “Portugal na *União do Ocidente*”. Referia-se a um artigo de Duff Cooper, antigo embaixador da Grã-Bretanha, próximo de Churchill, publicado em *Le Monde*, que parte do princípio evidente da existência de dois impérios: Os Estados Unidos e a Rússia. O perigo eminente de eclodir um conflito mundial exigia uma terceira força, sendo assim, era desejável a União da Europa Ocidental. Esse terceiro império criaria as condições de estabilidade necessárias para a Paz no Mundo. As tentativas feitas até esse momento centraram-se na aliança franco-inglesa, “primeira pedra do grande edifício a construir”³⁸. Duff Cooper defende que a ideia deveria ser retomada, prolongando as negociações políticas com outros países do Ocidente, nomeadamente com o Benelux e com Portugal: “Portugal que é nosso mais velho aliado, deveria vir no alto da lista. Com Portugal, seguir-se-á o resto da Península Ibérica”³⁹. Seguir-se-iam Itália, Grécia, Turquia e Egito e as monarquias escandinavas. Des-

37 *Ibidem*.

38 “Portugal na *União do Ocidente*”, *Diário de Notícias*, 4 de setembro de 1948, p. 1.

39 *Ibidem*.

ta União inicial poderia resultar uma união mais alargada que se relacionasse com os continentes africano e asiático:

“Esta associação – porque não baptizá-la de Império do Ocidente, que conviria melhor do que União Ocidental? – tornar-se-ia o mais poderoso dos três blocos que se partilham a terra. A sua superioridade sobre os seus outros dois competidores afirmar-se-ia tanto na superfície dos seus territórios como no número dos seus habitantes e na riqueza das suas matérias-primas”⁴⁰.

Augusto de Castro concorda com a solução proposta pelo antigo embaixador inglês em Paris. Essa parece ser a via para constituir uma verdadeira política de unidade ocidental, a única capaz de “salvar o mundo”:

“Tal é a corajosa tese de Duff Cooper. Pela primeira vez, nos últimos tempos, a grande ideia de uma verdadeira política de unidade ocidental – única, na verdade, que pode salvar o Mundo – é posta com a clareza, o desassombro e a largueza de vistas de uma expressão política. Pela primeira vez se sai da nebulosa dos discursos, das promessas retóricas, do palavreado oficial, das reticências ideológicas – para encarar publicamente o problema nas suas realidades vivas, nas suas possibilidades continentais e, sobretudo, na grandeza do seu pensamento europeu e construtivo”⁴¹.

Em conclusão, a única solução objetiva encontra-se numa solidariedade europeia, fundamentada politicamente em critérios objetivos e não demagógicos. Essa via seria a Associação Ocidental de Estados, já ambicionada, segundo aquele editorial, por Salazar, que defendia as imensas possibilidades do Ocidente. Mas nesse novo império permaneciam intactas as soberanias nacionais. Tratava-se, antes, de construir uma verdadeira, e possível, unidade ocidental a partir de ações políticas concretas. Portugal, como reconhecia Duff Cooper, pela sua posição geográfica, devia desempenhar um papel impulsionador nessa associação. O seu imenso império e a ligação ao Atlântico atribuíam-lhe um papel

40 *Ibidem.*

41 *Ibidem.*

inquestionável na constituição de uma ligação Euro-África, base do renascimento económico do Ocidente.

Finalmente, o editorial sobre “A organização do Ocidente” completa esta trilogia sobre a solidariedade europeia a construir. Evocando a ideia latina para fundamentar uma consciência comum ocidental, Augusto de Castro defende a sua necessidade para a defesa e sobrevivência do Ocidente. Face aos dois imperialismos presentes – anti e extraeuropeus – é necessário criar um novo equilíbrio. Trata-se de uma evidência política e que, por isso, não precisa de demonstração. No entanto, parece que nem os espíritos europeus mais ilustrados conseguem vislumbrar a solução:

“A vida internacional, como toda a vida espiritual, está a ressentir-se deste clima ardente de arena e de feira. Em cada canto do Mundo há uma barraca com um Congresso, uma Conferência, um Parlamento, uma Assembleia de doutos salvadores dos povos – e um ruído ensurdecador de campanhas, de programas, de concepções, de projectos, de guizos de publicidade assola, dum lado ao outro, a Terra. No meio desta barafunda, todas as ideias perdem o pé. E esta grave, justa, razoável e previdente ideia ocidental, está em riscos de ser desfigurada ao ponto de, à força de apregoada, esticada, soprada, inchada ou esvaziada, perder a forma e a configuração políticas que a poderiam tornar, para as contingências do nosso tempo e nas mãos de realizadores conscientes, a única criação verdadeiramente sólida duma possível Paz europeia”⁴².

Nas condições atuais, só seria possível uma União Ocidental através de esforços políticos concretos e não “visionários”. Em primeiro lugar, criando uma consciência ocidental, sem estar fundamentada em ideologias político-partidárias; depois, sem exclusivismos, considerando a amplitude do significado de Ocidente, uma expressão política, mas, também, contendo uma solidariedade geográfica. Embora mantendo a sua soberania, os estados devem ter limites, contra os quais não podem agir, em nome dessa solidariedade, manifestada, por exemplo, na questão da defesa do Ocidente. Mas essa solidariedade deve respeitar as ligações ao ultramar, no caso, por exemplo, de Portugal, e as legítimas aspirações de uma frente euro-africana, e partir da realidade europeia.

42 “A Organização do Ocidente”, *Diário de Notícias*, 7 de setembro de 1948, p. 1.

c) Que Europa?

Uma utopia?

Com toda a convicção, Pinheiro Torres não acredita nos Estados Unidos da Europa: “O malogro da Conferência da Haia mostrou o que já era para nós uma certeza – que os Estados Unidos da Europa são uma utopia; ideia belíssima como todos os ideais, mas que, implica o absurdo desconhecimento dos povos em jogo, da massa que se pretende modelar”⁴³. Afinal, verdadeiramente, os Estados Unidos da Europa parecem não agradar a ninguém. Não agradam à França, que tem medo da Alemanha, à Alemanha que não se quer sentir anexada, nem às pequenas potências que temem perder a sua identidade nacional. Para o autor, tratou-se de um “arranque poético de Mister Churchill” e não satisfaz nenhuma das nações interessadas. Concorde com Salazar quando diz que a Europa federal não tem futuro, acima de tudo, por tornar secundárias as razões fundamentais da vida das nações, tantas vezes defendidas em guerra. Todos os povos têm o direito a disporem de si mesmos, e a tentativa de unir o Ocidente e o Oriente não é exequível, até pelo antagonismo entre civilização cristã e comunismo. O que interessa, acima de tudo, é manter o concerto das soberanias nacionais e não aniquilá-las. É esta a posição de Portugal, “reserva moral do Ocidente”. A civilização ocidental tem características e fundamentos próprios que não podem ignorar-se a favor de uma realidade inventada. Portugal e Espanha podem servir de modelo à Europa, à Europa nova com fundamentos longínquos.

“Os dois polos da Anti-Europa”: Manuel Anselmo

Manuel Anselmo tenta responder às grandes questões europeias: “será possível, hoje, integrar a Europa sem a Rússia?; será possível, hoje, salvar a cultura tradicional portuguesa das influências americanas, an-

43 Pinheiro Torres, “União Europeia”, *A Voz*, 1 de junho de 1948, pp. 1 e 5.

ti-corporativas porque capitalistas?”⁴⁴. O autor não acredita que a Rússia seja capaz de integrar a Europa. Os seus tradicionais valores absolutos não se coadunam com os valores europeus. O nacionalismo da Rússia não poderá abrir-se ao universalismo europeu; ela destruiu os valores da Europa clássica e parece ter seguido os da Ásia. A hegemonia da Ásia sobre a Europa foi o caminho político percorrido, que não permite voltar atrás. A “mística socialista” não se harmoniza com a política europeia. No entanto, entre a Ásia e a América, Anselmo prefere o segundo continente, já que cabe à América ser “herdeira de civilização (não confundir com cultura) que nós, europeus, lá levámos, sobretudo os ibéricos”⁴⁵. A América é, também, herdeira da tradição europeia.

“A Península cabeça da Europa”

No jornal *A Voz*, Manuel Anselmo publicou um artigo intitulado “A Península cabeça da Europa”, defendendo que aquele espaço geográfico foi e continua a ser um reservatório dos valores europeus: “A Espanha é neste xadrez da Europa, uma peça de alto valor. Quis-se, algumas vezes, fingir acreditar o contrário. Mas a verdade breve se fez manifesta e impiedosa – não se pode reconstruir a Europa, nem defender a Europa sem a Espanha. Para o compreender basta ver o mapa”⁴⁶. Com estas convictas palavras, e citando Duff Cooper, o autor considera que qualquer defesa do Ocidente, ou “Império do Ocidente”, terá de ter como cabeça a Península Ibérica:

“Este *Império do Ocidente*, esta muralha de moral e justiça – e de força também – deve abarcar todas as nações de civilização cristã, deve ser a projectada União Europeia, até agora apenas esboçada e pouco mais que teórica. À cabeça dela deve estar Portugal, como diria novamente Camões, se vivo fosse. E com Portugal deve ser admitida nela toda a Península, isto é, Portugal e Espanha”⁴⁷.

44 Manuel Anselmo, “Os dois polos da Anti-Europa”, *A Nação*, 15 de maio de 1948, pp. 1 e 4.

45 *Idem, ibidem.*

46 *Idem, ibidem.*

47 *Ibidem.*

O que interessa na opinião do articulista, que apenas usa como assinatura C. M., é tornar efetiva uma defesa ocidental, como argumentou, em Paris, Caeiro da Mata, ministro dos Negócios Estrangeiros, único na altura a tomar aquela posição quando se falava da União do Ocidente. Uma União que não podia deixar de fora Espanha, essencial a qualquer política europeia: “A Espanha é, na verdade, necessária ao concerto do Mundo. Com Portugal, ela é cabeça da Europa, na expressiva e eterna expressão camoneana”⁴⁸.

“Um Formidável Reservatório Humano”: Bertrand de Jouvenel

Finalmente, seleccionámos uma entrevista feita a Bertrand de Jouvenel, pelo *Diário Popular*, e publicada naquele periódico, a 18 de junho de 1948, já depois de Haia e durante o, ainda, período de balanço sobre o Futuro da Europa. Para os mais otimistas, os resultados ficaram aquém das expectativas, para os moderados, o importante foi ter-se discutido o papel da Europa no Mundo e a sua própria reorganização para se tornar mais eficaz quer interna quer externamente. Para os que não acreditavam na União Europeia, Haia tinha sido a prova de que os Estados Unidos da Europa eram uma utopia. Mas o que é certo é que a Europa existia e, para todos, tinha um papel a desempenhar na vida internacional, fosse pelo repertório cultural e histórico que servia de referência a todo o mundo, ou pela sua, ainda, hegemonia no concerto das nações. A Europa continuava a ser uma referência para o Mundo. A Europa tinha futuro.

É essa a posição de Bertrand Jouvenel, quando, na entrevista publicada pelo periódico referido, afirma: “A Europa é ainda hoje um formidável reservatório humano sem paralelo no mundo”⁴⁹. Uma “entrevista oportuna” feita ao escritor, também homem de ação sempre que as circunstâncias o exigiam, mesmo que tivesse de se disfarçar, depois,

⁴⁸ *Ibidem*.

⁴⁹ Ver “Uma entrevista oportuna – A Europa é ainda hoje um formidável reservatório humano sem paralelo no Mundo, diz-nos o escritor Bertrand de Jouvenel”, *Diário Popular*, 18 de junho de 1948, pp. 1 e 12.

de monge beneditino na Abadia de Pierre-qui-vire para conseguir passar para a Suíça. O autor de *Economia Dirigida* (1928) ocupava-se dos problemas do seu tempo: viajando pela Inglaterra e Estados Unidos escreveria *A crise do Capitalismo Americano* (1933) e passaria a refletir sobre a Europa. Que sentido para a Europa? – eis a interrogação fundamental do escritor e jornalista, que escreve sobre os acontecimentos do seu tempo, marcados por uma Europa que, embora com um património histórico incomparável, está cheia de indefinições sobre o seu futuro. Uma Europa marcada por totalitarismos que alguns, como Jouvenel, ousam questionar: *Quelle Europe?* e *Du Pouvoir* são obras que denunciam as angústias e as sombras de um tempo vivido na Europa que urge ultrapassar.

A referida entrevista que encontrámos ocorreu numa viagem de Bertrand de Jouvenel a Lisboa, motivada pela preocupação do *Diário Popular* em torno da situação europeia⁵⁰. A questão fundamental era que o problema da Europa não era apenas dela própria, mas de toda a civilização mundial. O destino europeu influenciava o destino de toda a humanidade, tornando-se, por isso, um problema universal. Nessa vocação universal, encontrava-se Portugal, um povo com uma “grande missão a cumprir”, continuando o seu passado das descobertas. Embora Europa tivesse uma história gloriosa, “a situação europeia era terrível. Nunca a Europa se viu com tão pouca força para resistir a tão perigosas ameaças do exterior. [...] este continente, velho centro das riquezas mundiais, não pode viver sem as dádivas generosamente oferecidas aliás, dos Estados Unidos da América”⁵¹. Mas o papel que a Europa representa no mundo não acabou, nem estão esgotadas as energias europeias:

50 É de salientar que o *Diário Popular* não só acompanhou as notícias sobre a Europa, como também dinamizou nas suas páginas o surgimento de um movimento português sobre as questões europeias, nomeadamente pelo apoio dado à divulgação da ideia de criação de um Centro de Estudos Europeus em Portugal. Este assunto será tratado na II Parte deste trabalho.

51 Entrevista a Bertrand de Jouvenel, *Diário Popular*, 18 de junho de 1948, pp. 1 e 12.

“Podiam, realmente, as energias europeias ter-se esgotado depois de uma vida intensa no ultramar onde criou tantas nações poderosas e florescentes. Veja, por exemplo, as imensas realizações de Portugal na América do Sul, o Brasil, esse povo magnífico criado pelo povo português! Mas não creio que através dessa extraordinária evolução os europeus consumissem mais energias! Parece-me que, pelo contrário, a Europa ainda hoje é um formidável reservatório humano, sem paralelo no mundo. Simplesmente, as nossas forças paralisaram. Os europeus estão acorrentados”⁵².

Será que a Europa estava, de facto, acorrentada? Embora a parte ocidental permanecesse livre, as “correntes” que a prendiam não eram, como no Oriente, políticas, mas encontravam-se numa “submissão que nos fazia retroceder à época de Bizâncio...[...]. O fim ou continuação do papel da Europa no Mundo depende de nós: permitir-se-á ao homem europeu desdobrar as suas energias ou haverá a intenção de paralisá-lo progressivamente, de maneira a transformá-lo em múmia viva, sacrificado nos seus pequenos ódios e querelas? Eis a questão”⁵³. Uma questão pensada em português sobre a Europa do futuro.

Estes foram os ecos de Haia, recebidos pela imprensa portuguesa. É de salientar a sua quantidade e qualidade, de onde podemos aferir o interesse pela Europa. Além das notícias sobre o Congresso da Europa, que seria normal serem cobertas pelos jornais, o mais interessante são, a nosso ver, as reações em Portugal sobre a Europa. Uma Europa que não está à margem do próprio destino português e, por isso, é objeto de (pre)ocupação. De salientar, também, a diversidade de opiniões sobre o futuro europeu, desde os que acreditam no “sonho” dos Estados Unidos da Europa, aos “profetas da desgraça”, ou seja, os que não acreditam em qualquer espécie de União Europeia. A meio caminho, estão os outros, os que têm consciência da fragilidade da ideia de federação europeia, mas acreditam numa Europa Unida.

52 *Idem, ibidem.*

53 *Idem, ibidem.*

Bibliografia

CASTRO, Augusto de, *Imagens da Europa: Vistas da minha Janela*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1936.

Comité Internacional de Coordenação dos movimentos para a Unidade Europeia, *Résolutions*, Paris-Londres, 1948.

GERBET, Pierre, *La construction de l'Europe*, Paris, Imprimerie Nationale, 1994.

60 Anos de Europa. Os Grandes Textos da Construção Europeia, Lisboa, Parlamento Europeu, 2008.

Denis de Rougemont, *L'Europe en Jeu: trois discours suivis de documents de La Haye*, Neuchâtel, Éditions de la Baconnière.

-----, *Ving-huit siècles d'Europe*, Paris, Payot, 1961.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, *A ideia de Europa. Uma perspectiva histórica*. Coimbra, Quarteto Editora, 2003.

(Página deixada propositadamente em branco)

A GUERRA FRIA E A INTEGRAÇÃO DA EUROPA DO SUL

Luís Nuno Rodrigues

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6306-7358>

Resumo

Este texto consiste numa aproximação comparativa ao tema da Guerra Fria na Europa do Sul, procurando fazer um balanço do modo como a historiografia recente se tem debruçado sobre a “Europa do Sul” no contexto da Guerra Fria e sobre o papel dos seus países (aqui considerados como Portugal, Itália, Grécia e Espanha) neste período da segunda metade do século XX. Concentra-se, em especial, num dos temas que mais tem sido abordado nos últimos anos, a saber, a preocupação dos Estados Unidos com a importância estratégica da Europa do Sul e com a segurança dessa região da Europa face à influência soviética.

Palavras-Chave: Guerra Fria; Portugal; Estados Unidos; Segurança.

Abstract

This text is a comparative approach to the theme of the Cold War in Southern Europe, seeking to take stock of the way in which recent historiography has been focusing on “Southern Europe” in the context of the Cold War and on the role of its countries (here considered as Portugal, Italy, Greece and Spain) in this period of the second half of the 20th century. In particular, it focuses on one of the themes that has been

most discussed in recent years, saber, the United States' concern with the strategic importance of Southern Europe and the security of that region of Europe in the face of Soviet influence.

Keywords: Cold War; Portugal; United States; Safety.

1. A Europa do Sul e a Guerra Fria

O conceito de “Europa do Sul” não é frequentemente utilizado pela historiografia da Guerra Fria, como se pode comprovar pela consulta de uma das mais recentes obras de referência sobre a História da Guerra Fria, *The Cambridge History of the Cold War*¹. Esta obra, publicada em 2010, não dedica nos seus três volumes qualquer capítulo específico à Europa do Sul. O que de mais aproximado podemos encontrar são os capítulos do volume 2, intitulado “The Cold War and the transformation of the Mediterranean, 1960–1975” e do volume 3, com o título de “The rise and fall of Eurocommunism”. É nestes capítulos que mais vezes é utilizada a expressão “Southern Europe” (encontrada apenas 11 vezes nos três volumes). Mas, como os seus títulos deixam antever, nenhum destes capítulos é especificamente sobre o sul da Europa: o primeiro inclui o Magrebe; o segundo, a França.

Se procedermos a uma pesquisa na base de dados Scopus (dados de 2018) encontramos apenas 46 resultados utilizando os termos de pesquisa “Cold War AND Southern Europe”. Se refinarmos um pouco mais esta pesquisa constatamos que na verdade são apenas dois os títulos que tomam a realidade “Southern Europe” como um todo durante o período considerado². Porém, se alargarmos os nossos termos de pesquisa para “Cold War AND Portugal” (ou “Spain”, “Italy” e “Greece”) os resultados são bem mais alargados. Estamos em presença, no entanto, de

1 Melvyn Leffler e Odd Arne Westad (eds.) *The Cambridge History of the Cold War*, Vols. 1-3, Cambridge University Press, 2010.

2 Siria Guerrieri, “Southern Europe in the construction of the Cold War bipolar system. Italy and Greece in the U.S. strategy, 1945-1946”, *Studi Storici*, 54:3, 2013, pp. 623-650; Kim Christiaens, James Mark e José M. Faraldo, “Entangled Transitions: Eastern and Southern European Convergence or Alternative Europes? 1960s-2000s”, *Contemporary European History*, 26:4, 2017, pp. 577-599.

análises que se debruçam sobre um país específico, não sobre a região como um todo, embora muitos dos textos encontrados façam referências e ensaiem comparações com realidades de outros países sul-europeus. Não são, porém, textos que explorem o conceito de “Southern Europe” no contexto da Guerra Fria.

Podemos avançar com algumas explicações possíveis para esta reduzida presença do conceito de “Southern Europe” na historiografia da Guerra Fria. Desde logo, existem dificuldades quanto a uma definição precisa do conceito. De acordo com Baumeister e Sala, trata-se de um conceito relativamente jovem, tanto no “discurso político” como no “discurso científico”. Esta categoria foi praticamente “ignorada pela historiografia” nas décadas iniciais da Guerra Fria, começando apenas a ser utilizada nos anos 1970, no contexto específico dos estudos sobre a transição para a democracia, a integração europeia e também em trabalhos de economia política que chegaram a propor uma “variedade de capitalismo” ou de “estado de bem-estar” característicos do sul da Europa³. A partir do final dos anos 1980, um conjunto de autores como Giulio Sappelli, Roberto Aliboni, John Chipman e Edward Malefakis, ajudaram a melhor definir o conceito de Europa do Sul, fazendo dele uma “área de estudo” nalgumas universidades europeias e norte-americanas. Os seus esforços foram em larga medida comprometidos pela “homogeneização” promovida pela crescente integração europeia, pelos efeitos do Tratado de Schenghen, a partir de 1985, pela introdução do Acto Único Europeu, em 1986, e pela criação do Euro. Conforme escreveu Effie Pedaliu, nos anos 1990 o conceito-chave era já o de uma “ever closer union” e a Europa estava mais preocupado com o alargamento a Leste e com o crescimento económico⁴. Mais recentemente, porém, a propósito da crise financeira e da crise das dívidas soberanas voltou a ouvir falar-se das especificidades da Europa do Sul e dos chamados PIGS, os quatro paí-

3 Martin Baumeister e Roberto Sala (eds.), *Southern Europe, Italy, Spain, Portugal and Greece from the 1950s until the present day*, Campus Verlag GmbH, Frankfurt, 2015.

4 Effie Pedaliu, “The Making of Southern Europe: An Historical Overview”, in AAVV, *A Strategy for Southern Europe*, LSE Ideas, Special Report, SR017, October 2013, p. 8.

ses sobre os quais incide este artigo, existindo já um conjunto considerável de produção académica sobre os efeitos da crise na Europa do Sul.

Uma segunda explicação possível reside na pouca centralidade da região durante a Guerra Fria, um conflito que a generalidade das análises tem remetido para a confrontação entre as duas super-potências, para o papel da chamada Europa Ocidental, do Japão e da China ou, mais recentemente, com a “Guerra Fria Global”, para as periferias Africana e Latino-Americana. Na verdade, foi nestes palcos geográficos que ocorreram os desenvolvimentos mais significativos da Guerra Fria, desde o bloqueio de Berlim, à Guerra da Coreia, passando pela crise dos Mísseis de Cuba e até pela Guerra Civil de Angola. No decurso da Guerra Fria, a Europa do Sul terá porventura adquirido algum protagonismo apenas no período das transições para a democracia, no contexto da ascensão do euro-comunismo, ou mesmo no fim dos impérios coloniais.

Em terceiro lugar, importa também ter presente que durante a Guerra Fria, entre os países da “Europa do Sul”, assistimos a situações históricas muito diversas o que, de certa maneira, constitui um obstáculo à utilização do conceito com um significado mais amplo e integrado. Desde logo, em termos dos regimes políticos vigentes, com Portugal e a Espanha a viverem em ditadura desde o final da segunda guerra até meados da década de 1970, e também a Grécia durante uma parte significativa deste período, embora a Itália fosse sempre um regime democrático; depois, em termos da sua participação na NATO, com Portugal e a Itália a serem os únicos membros fundadores, a Grécia entrando em 1952 e a Espanha apenas em 1982; também no que diz respeito à sua pertença às instituições que precederam a União Europeia, das quais a Itália foi membro fundador, com a Grécia a entrar em 1981 e Portugal e a Espanha apenas em 1986. Quanto à ONU, saliente-se que a Grécia foi membro desde 1945, a Itália, Espanha e Portugal apenas desde 1955. Todas estas especificidades fazem com que este texto se debruce acima de tudo sobre os casos de Portugal, Espanha e Grécia, países relativamente aos quais foi possível detetar mais facilmente um conjunto de características comuns.

Apesar deste panorama, se nos debruçarmos sobre os textos publicados, quer em livros, quer em artigos de revistas indexadas, sobre a

realidade da Guerra Fria em Portugal, Itália, Grécia ou Espanha, e se fizermos um exercício de análise histórica comparada, constatamos que, nos últimos anos, a partir de estudos específicos sobre um determinado país, tem vindo a emergir uma visão bem mais clara e completa daquilo que foi a Guerra Fria nos países da Europa do Sul, sobretudo durante os primeiros anos do conflito bipolar⁵.

Parece assim ser possível identificar quatro temas predominantes na historiografia sobre a Guerra Fria na Europa do Sul que nos permitem distinguir um conjunto de traços comuns relativamente a estes países no que diz respeito à sua inserção no sistema internacional. À cabeça surge a preocupação dos Estados Unidos com a importância estratégica da Europa do Sul e com a segurança dessa região da Europa face à influência soviética. Estas questões constituirão o tema central deste texto. Mas são igualmente de salientar os estudos que nos têm vindo a demonstrar a atenção dos Estados Unidos e também das sociedades da Europa do Sul ao crescimento dos respetivos partidos comunistas, a importância da diplomacia cultural norte-americana na Europa do Sul e os esforços de “americanização” cultural e ideológica, bem como o nexo entre a segurança e o desenvolvimento e, por conseguinte, as preocupações com a recuperação económica dos países da Europa do Sul.

2. “Segurança Internacional” versus “Direitos Humanos”

Uma questão fundamental sobre a qual a historiografia da Guerra Fria na Europa do Sul se tem debruçado é o verdadeiro paradoxo ou dilema com que os Estados Unidos se viram confrontados, nas palavras de Effie Pedaliu, entre “segurança internacional” e “direitos humanos”⁶. Os Estados Unidos foram o país que, no período da Guerra Fria, representou a defesa dos valores do liberalismo democrático, em termos políticos e económicos, mas aceitou integrar e manter na sua esfera de in-

5 Só na base de dados Scopus é possível identificar até 2018 um número superior a 250 títulos sobre a Guerra Fria e um dos países da Europa do Sul.

6 Effie Pedaliu “Human Rights and International Security: The International Community and the Greek Dictators”, *The International History Review*, 38:5, 2016, 1014-1039.

fluência países que não só não aderiram a esses mesmos valores, como foram governados por regimes que frequentemente desrespeitavam os direitos humanos. Falamos neste caso de Portugal, Espanha e Grécia⁷.

Pedaliu considera que o dilema entre direitos humanos e segurança internacional foi frequentemente resolvido a favor deste último termo devido à importância geo-estratégica dos países sul-europeus. Esta autora toma como exemplo a Grécia e o período da Junta Militar (1967-1974), durante o qual foi notória neste país a utilização de “tortura de Estado” como meio de controlo social e político. No entanto, para a maioria dos governos ocidentais e das organizações internacionais, como a NATO ou a ONU, “a localização geoestratégica da Grécia foi considerada uma prioridade mais importante do que o comportamento antidemocrático dos coronéis”. Pedaliu considera igualmente que o mesmo pode ser dito do comportamento do Ocidente relativamente a Portugal e a Espanha, mesmo sendo esta última excluída da NATO. Em geral, os Estados Unidos apresentavam estes três países e seus respetivos regimes como sendo uma “anomalia”, uma espécie de mal menor “no caminho para derrotar um inimigo mortal, a URSS”, que cometia violações dos direitos humanos mais graves e mais frequentes⁸.

O caso português também se encontra suficientemente estudado e os trabalhos António José Telo⁹, Nuno Severiano Teixeira¹⁰ e Luís Nuno Rodrigues¹¹ salientaram a importância estratégica que os Estados Unidos e a NATO atribuíram a Portugal, e em particular aos Açores, desde os

7 Cf. a análise mais geral de David Schmitz, *Thank God They're On Our Side. The United States & Right-Wing Dictatorships, 1921-1965*, The University of North Carolina Press, 1999.

8 Effie Pedaliu “Human Rights and International Security: The International Community and the Greek Dictators”, *The International History Review*, 38:5, 2016, 1014-1039.

9 António Telo, *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*, Lisboa, Edições Cosmos, 1996.

10 Nuno Severiano Teixeira, “Da Neutralidade ao Alinhamento: Portugal na Fundação do Pacto do Atlântico”, in *Análise Social*, vol. XXVIII (120), 1993 (1º), pp. 55-80; Idem, “Portugal e a NATO: 1949-1989”, in *Análise Social*, vol. XXX (133), 1995, pp. 803-818.

11 Luís Nuno Rodrigues, *No Coração do Atlântico: os Estados Unidos e os Açores (1939-1948)*, Lisboa, Prefácio Editora, 2005.

anos iniciais da Guerra Fria. Pelo menos desde o final de 1945, os *Joint Chiefs of Staff* norte-americanos consideravam ser “da maior importância a aquisição pelos Estados Unidos do direito de utilizar, por um período de longa duração facilidades aéreas e navais nos Açores”¹². Este fator acabou por ser decisivo para a gradual integração de Portugal na esfera de influência norte-americana, primeiro através da assinatura de um conjunto de acordos bilaterais garantindo a permanência das forças americanas nos Açores, depois através da participação no Plano Marshall e, por fim, através do convite dirigido a Portugal para ser membro fundador da NATO. A razão deste convite, como notou o historiador Nuno Severiano Teixeira, foi “fundamentalmente de ordem geo-estratégica” e prendeu-se, acima de tudo, com a utilidade da base dos Açores para os norte-americanos. Os Estados Unidos consideravam que, no quadro da futura Aliança Atlântica, a sua presença nos Açores se pudesse materializar em bases mais sólidas e duradouras. No contexto da Guerra Fria, a base tinha-se tornado um “ponto estratégico fundamental para o reabastecimento económico e militar da Europa, assim como estação de controlo das rotas marítimas e aéreas do Atlântico Norte”¹³.

A integração de Portugal na NATO abriu caminho para a assinatura em 1951 de dois acordos fundamentais que regulariam nas décadas seguintes o essencial das relações bilaterais luso-americanas: o Acordo de Auxílio Mútuo para a Defesa¹⁴, assinado a 5 de Janeiro de 1951 e o Acordo de Defesa entre Portugal e os Estados Unidos, assinado a 6 de Setembro de 1951. Mediante este último acordo, Portugal assumia o compromisso de conceder ao governo dos Estados Unidos “em caso de guerra na qual estejam envolvidos durante a vigência do Tratado do Atlântico Norte e no quadro e em virtude das responsabilidades assumidas no mesmo, o uso de instalações nos Açores”¹⁵.

12 *Foreign Relations of the United States*, 1945, vol. IV, p. 212.

13 Nuno Severiano Teixeira, “Da Neutralidade ao Alinhamento: Portugal na Fundação do Pacto do Atlântico”, pp. 64-65.

14 *Acordo de auxílio mútuo para a defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1953, pp. 4-5.

15 *Acordo de defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1953, pp. 3-5.

Quando nos anos 1960 se colocou a questão colonial e quando Portugal iniciou as guerras em África, à exceção do breve período da administração Kennedy que será abordado mais à frente, os Estados Unidos nunca afrontaram diretamente os interesses portugueses. Este facto deveu-se, em grande medida, à importância estratégica da base norte-americana nas Lajes, que as autoridades militares norte-americanas continuavam a considerar imprescindível, não apenas no caso de eclodir uma deflagração mundial, como também em tempo de paz. Como reconheceu o secretário de Estado adjunto para os assuntos africanos da administração Kennedy, Mennen Williams, os Estados Unidos estavam de facto dispostos a trocar “human rights” por “base rights”¹⁶.

O caso de Espanha é também bastante significativo. Mais do que Portugal, a Espanha e o regime franquista enfrentaram no imediato pós-guerra sérias dificuldades quanto à sua inserção internacional. Afinal de contas, a proximidade à Alemanha e à Itália, quer durante o período da Guerra Civil de Espanha, quer durante a segunda Guerra Mundial, tinha sido evidente e conduzira a uma relativa “ostracização” no imediato pós-guerra¹⁷. No seu recente livro *Truman, Franco's Spain, and the Cold War*, o historiador Wayne Bowen argumenta que a administração Truman tinha inicialmente sérias reservas relativamente ao regime franquista, o que acabou por se tornar num obstáculo decisivo a qualquer reaproximação entre os dois países, levando mesmo à exclusão da Espanha não apenas da ONU, mas também do Plano Marshall e da NATO¹⁸.

No entanto, no seio da própria administração norte-americana existiram sectores que defenderam a reaproximação entre os dois países, sobretudo a partir do momento em que se começou a desenhar o cenário da Guerra Fria. Nos meios militares, o grupo que o historiador Calvo-

16 “Report on Portuguese Territories in Africa”, de Mennen Williams para Dean Rusk, 3 de Julho de 1961. National Archives and Record Administration, State Department Central Files, 1960-63, Caixa 1816.

17 Oscar Calvo-Gonzalez, “American military interests and economic confidence in Spain under the Franco dictatorship”, *The Journal of Economic History*, Vol. 67, No. 3, 2007.

18 Wayne H. Bowen, *Truman, Franco's Spain, and the Cold War*, University of Missouri Press, 2017.

-Gonzalez definiu como “American military planners” considerava que a Península Ibérica seria um local privilegiado para o estabelecimento de bases navais e aéreas. As aeronaves norte-americanas estacionadas em Espanha, argumentavam, poderiam atingir os seus alvos na União Soviética e ainda assim manter-se a uma distância suficientemente segura daqueles que se poderiam vir a tornar os mais importantes “teatros de operações” na Europa Ocidental. Gradualmente, não apenas as autoridades militares, mas também sectores ligados ao Departamento de Estado e ao mundo dos negócios e segmentos da opinião pública norte-americana de pendor fortemente anticomunista, acabaram por convencer o presidente Truman a abandonar a sua forte oposição a qualquer tipo de colaboração com o regime franquista¹⁹. Conforme salientou Neils Lachmann, poucos anos depois da criação da NATO o agravamento das tensões da Guerra Fria e a progressiva divisão do mundo em dois blocos distintos acabou por criar uma oportunidade para a Espanha ficar menos “isolada” internacionalmente²⁰.

Assim, em novembro de 1950, os Estados Unidos apoiaram nas Nações Unidas o fim da recomendação para a retirada de embaixadores acreditados junto do governo espanhol, bem como a proibição da Espanha ser parte integrante das agências especializadas da ONU. Em meados de julho de 1951, as autoridades militares americanas receberam permissão para enviar um emissário especial para conversações exploratórias com o governo de Franco sobre a possibilidade de estabelecer bases militares na Espanha. Dois anos depois, em 1953, os Estados Unidos e a Espanha assinaram um acordo militar bilateral através do qual a Espanha acabou por ser integrada no “complexo estratégico do Atlântico Norte” tanto quanto era possível para um país que não fosse membro da NATO. Calvo-Gonzalez concluiu também que foi a “localização” geográfica da Espanha que a tornou verdadeiramente “atraente” para

19 Oscar Calvo-Gonzalez, “American military interests and economic confidence in Spain under the Franco dictatorship”, *The Journal of Economic History*, Vol. 67, No. 3, 2007.

20 Niels Lachmann, “From excluded to excluder: Spain in the transatlantic security community”, *Journal of International Relations and Development*, vol 9, nº 2, 2006, 170-195.

os Estados Unidos, enquanto local para o estabelecimento de bases militares e que esta foi a razão principal que levou os norte-americanos a procurarem assinar o acordo bilateral de 1953²¹.

3. “O guarda-chuva protetor”

Quando chegamos a 1953 os países da Europa do Sul, desde Portugal até à Turquia, tinham sido integrados na esfera de influência norte-americana, no seu sistema de segurança, quer através da participação na NATO, quer através de tratados bilaterais, como foi o caso específico da Espanha. Como consequência, consolidava-se um vasto sistema de bases militares norte-americanas nos vários países da Europa do Sul. No contexto da Guerra Fria, esta presença militar dos Estados Unidos tornou-se uma componente importante do sistema global de bases norte-americanas, os pontos estratégicos daquilo que foi já definido como um “império de bases”. Tratava-se de uma importante componente da defesa ocidental contra o bloco soviético e, além disso, uma prova simbólica da “parceria de segurança transatlântica, com a NATO no seu centro” e com o sul da Europa plenamente integrado²².

Para os próprios países da Europa do Sul, a integração na esfera de influência norte-americana e a pertença à NATO foi encarada como um fator muito positivo no contexto da Guerra Fria, com consequências no plano externo e no plano interno. Desde logo, assegurou a defesa externa de Portugal e Itália desde 1949, da Grécia a partir de 1952 e da Espanha a partir dos acordos bilaterais de 1953. Para o caso português, António Telo demonstrou como a participação na NATO foi importante para a inserção do país do novo sistema internacional e também para a modernização das forças armadas portuguesas, através do fornecimento

21 Oscar Calvo-Gonzalez, “American military interests and economic confidence in Spain under the Franco dictatorship”, *The Journal of Economic History*, Vol. 67, No. 3, 2007.

22 Simon Duke, “Under paid, under sexed and on the way out? The past, present and future of U.S. basing in Europe”, in Luis Nuno Rodrigues e Segii Glebov (eds.), *Military Bases: Historical Perspectives, Contemporary Challenges*, Amsterdam, IOS Press, p. 3.

de equipamento militar. Mais recentemente, Jorge Rocha utilizou a expressão “guarda-chuva protetor”, salientando a reconversão dos planos de defesa portugueses após a entrada naquela organização²³.

Chourchoulis e Kourkouvelas, por seu turno, demonstraram como a adesão da Grécia à NATO em fevereiro de 1952 foi saudada no país como uma “grande conquista”, uma vez que para o governo e para a opinião pública grega a participação na NATO vinha oferecer um “escudo contra a agressão do bloco soviético”, possibilitar mais ajuda militar e financeira e consolidar a ligação da Grécia ao Ocidente, “proporcionando assim uma nova orientação a longo prazo do país”²⁴. Conforme explicou Evanthis Hatzivassiliou, mesmo que a participação na NATO não oferecesse à Grécia “segurança militar em sentido estrito”, ou seja, capacidade militar para responder a um ataque vindo do bloco soviético, acabou por funcionar como um importante mecanismo de “dissuasão”, garantindo que esse eventual ataque se tornaria mais do que um simples “conflito localizado”²⁵.

Mais importante ainda, a aliança com os Estados Unidos e a pertença à NATO funcionaram em todos estes casos como um importante mecanismo de legitimação dos regimes e governos nacionais. Na Grécia, recorda ainda Hatzivassiliou, a participação na NATO significava para o governo grego uma “aliança com as mais importantes potências ocidentais” e o conseqüente “fortalecimento da sua posição internacional”²⁶. No caso das duas ditaduras ibéricas esta dimensão foi ainda mais determinante. Quando a II Guerra terminou, a visão que os Estados Unidos tinham do regime salazarista, sob o ponto de vista político, não era ne-

23 Jorge Rocha, “Defence planning and alliances: Portugal in the early years of the Cold War (1945–59)”, *Portuguese Journal of Social Science*, 17:1, 2018, pp. 63–77.

24 Dionysios Chourchoulis e Lykourgos Kourkouvelas, “Greek perceptions of NATO during the Cold War”, *Southeast European and Black Sea Studies*, Vol. 12, No. 4, December 2012, 497–514.

25 Evanthis Hatzivassiliou, “Revisiting NATO’s stabilizing role in south-eastern Europe: the Cold War experience and the *longue durée*”, *Southeast European and Black Sea Studies*, 12(4), 2012, 515–531.

26 Evanthis Hatzivassiliou, “Revisiting NATO’s stabilizing role in south-eastern Europe: the Cold War experience and the *longue durée*”, *Southeast European and Black Sea Studies*, 12(4), 2012, 515–531.

cessariamente a melhor. Mas com a emergência da Guerra Fria, os americanos passaram a considerar que existiam mais vantagens na manutenção de Salazar no poder do que no seu derrube. Por um lado, como foi referido, vão conseguir manter a sua presença militar nos Açores através da assinatura de vários acordos com o governo português; por outro lado, à medida que se desenhava a nova ordem internacional marcada pela bipolaridade e pela rivalidade com a União Soviética, as “credenciais” anti-comunistas do Estado Novo tornavam-se um fator relevante na ponderação dos norte-americanos. Assim, no imediato pós-guerra e nos anos iniciais da Guerra Fria, o regime salazarista, ao invés de ser “derrubado” pelas democracias triunfantes ou “proscrito” da nova ordem internacional, acabou por se integrar de forma gradual na esfera de influência norte-americana. Disso foram bons exemplos acordos bilaterais luso-americanos relativos aos Açores, assinados em 1946 e 1948, e a já referida participação de Portugal no Plano Marshall e na NATO.

Conforme escreveu Nuno Severiano Teixeira, a adesão à NATO representou “a aceitação internacional do governo de Lisboa”, com as “próprias democracias ocidentais” a legitimarem o regime de Salazar²⁷. Mais recentemente Daniel Marcos salientou também que a participação na NATO, “mais por necessidade do que por convicção”, acabou por trazer “importantes vantagens” para Portugal, nomeadamente o “reconhecimento internacional do regime autoritário do Estado Novo e sua inclusão no bloco ocidental”. Durante os primeiros anos da aliança atlântica, Portugal soube ser um “aliado empenhado”, aceitando a ideia da Comunidade Europeia de Defesa, o primeiro alargamento da NATO e a reforma institucional da Aliança Atlântica²⁸.

No que diz respeito a Espanha, os acordos bilaterais com os Estados Unidos, assinados em 1953, contribuíram decisivamente para a sobrevivência do regime franquista. Logo em agosto desse ano, o *The New York Times*, jornal frequentemente crítico da reaproximação dos Estados Uni-

27 Nuno Severiano Teixeira, “Da Neutralidade ao Alinhamento: Portugal na Fundação do Pacto do Atlântico”, pp. 80-81.

28 Daniel Marcos, “Between the Atlantic and the Empire: NATO as a framework for Portuguese-American relations in early Cold War (1949-1957)”, *Journal of Transatlantic Studies*, Vol. 12, No. 3, 2014, pp. 324-341.

dos a Espanha, escrevia que o apoio norte-americano iria ajudar Franco a “perpetuar-se” no poder. Completava-se, no dizer do historiador Calvo-Gonzalez, uma verdadeira viragem no posicionamento internacional do regime franquista, desde o “ostracismo” a que fora vetado após a segunda Guerra Mundial, para a posição de “parceiro militar” dos Estados Unidos na década de 1950. É certo que o regime poderia ter “sobrevivido” sem o apoio dos EUA, mas o verdadeiro “endosso americano” que os acordos de 1953 representaram ajudou, sem dúvida, a “reforçar o regime de Franco” e promover a sua aceitação internacional²⁹.

Por outro lado, a aliança atlântica teve também, como escreveu Hatzivassiliou, uma influência “estabilizadora”. Apesar de a sua análise tomar como quadro regional a chamada “Southeastern Europe” e, por conseguinte, abarcar Grécia, Turquia e os Balcãs, este autor salienta o modo como a NATO teve no sudeste europeu “um efeito profundamente moderador no comportamento das potências regionais”, nomeadamente na disputa entre a Grécia e a Turquia. A NATO fez saber desde cedo que, em caso de conflito entre a Grécia e a Turquia, a aliança não assumiria uma posição de apoio a qualquer uma das partes e não ativaria a garantia prevista no artigo 5 do Tratado de Washington. Esta foi a posição que a NATO manteve nas décadas seguintes, num esforço, afirma Hatzivassiliou, para “exercer uma influência moderadora sobre os dois países” e para evitar que a Grécia e a Turquia acabassem por envolver a própria NATO num conflito³⁰.

Uma área a merecer investigação mais aprofundada é o modo como os Estados Unidos e a NATO exerceram também esta “influência estabilizadora” a nível regional na Península Ibérica. Neste caso, apesar de não existir nenhum conflito direto entre os dois países, foi sempre evidente que a estabilidade política dos dois regimes ditatoriais se encontrava interligada e que os Estados Unidos pensavam a Península Ibérica

29 Oscar Calvo-Gonzalez, “American military interests and economic confidence in Spain under the Franco dictatorship”, *The Journal of Economic History*, Vol. 67, No. 3, 2007.

30 Evanthis Hatzivassiliou, “Revisiting NATO’s stabilizing role in south-eastern Europe: the Cold War experience and the *longue durée*”, *Southeast European and Black Sea Studies*, 12(4), 515–531.

como um todo, em termos da sua estabilidade interna e do seu alinhamento externo. Estas preocupações foram reveladas de forma clara em meados dos anos 1970, aquando da queda das ditaduras em ambos os países. A perspetiva norte-americana sobre estes desenvolvimentos encontrava-se claramente dominada pela preocupação com o crescimento do comunismo no sul da Europa e com uma eventual crise no flanco sul da NATO. Apesar de os países da Europa Ocidental terem sido os mais importantes atores internacionais no contexto da transição para a democracia em Portugal e em Espanha, os Estados Unidos desempenharam por certo um papel “estabilizador” no período de consolidação dos regimes democráticos em ambos os países³¹.

4. “Notas discordantes”

Convém também referir que nenhum dos processos atrás descrito foi linear nem esteve isento de conflitos ou dissensões. A participação dos países da Europa do Sul governados por regimes não-democráticos na aliança ocidental foi frequentemente alvo de críticas por parte de países membros da NATO e, por vezes, gerou desconforto e desconfiança entre as sociedades dos próprios países da Europa do Sul.

No caso da Grécia, Chourchoulis e Kourkouvelas consideram os anos de 1954 e 1955 como um “ponto de viragem” no que diz respeito às perceções gregas relativamente à NATO e aos Estados Unidos. Esta mudança deveu-se à ausência de apoio por parte dos membros da NATO aos pedidos da Grécia para que fosse aplicado o princípio da auto-determinação na questão de Chipre e para que este assunto fosse inscrito na agenda da Assembleia Geral da ONU. Neste último caso, todos os países do Ocidente, incluindo os EUA voltaram contra. Esta posição causou grande indignação na opinião pública grega. Chegava ao fim a “era dourada” das relações entre os Estados Unidos e a Grécia e surgiam aqui as origens do “anti-americanismo” no país. As consequências foram imediatas: em 1958 e 1959, enfrentando a pressão dos partidos de

31 Tiago Moreira de Sá, *Os Estados Unidos da América e a Democracia Portuguesa (1974-1976)*, Edição Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2010.

esquerda e de uma opinião pública crescentemente “neutralista”, o governo grego recusou o pedido americano para a instalação de mísseis balísticos de alcance intermédio em território grego. Em 1962, os Estados Unidos acabariam por reduzir muito significativamente os programas de ajuda militar bilateral à Grécia³².

Effie Pedaliu examinou as tensões que emergiram no seio da aliança atlântica durante o regime dos coronéis, quando se tornou evidente que a Grécia violava “os direitos humanos e as liberdades civis” dos seus cidadãos. Todos os membros da NATO, à exceção de Portugal, se mostraram unidos na sua “repulsa” para com a nova realidade política na Grécia, mas a verdade é que a NATO, enquanto organização coletiva, acabou por demonstrar “relutância em exercer uma pressão efetiva sobre o regime grego”. Esta relutância derivava, em grande medida, das posições diferentes entre os Estados Unidos, mais preocupados com os equilíbrios gerais da Guerra Fria e da *Détente*, e países como a Dinamarca, a Noruega e a Holanda, com uma “nota discordante” e com uma postura bastante mais crítica para com o governo dos coronéis³³.

No que diz respeito a Portugal é possível detetar tensões análogas, sobretudo quando a política colonial portuguesa começou a ser alvo das atenções internacionais. Em 1954, depois de a União Indiana ocupar os enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli e proibir a passagem pelo seu território de forças militares, armas e munições com destino aos referidos enclaves, Portugal procurou o apoio e a solidariedade internacional dos Estados Unidos. Em julho de 1954, o embaixador de Portugal em Washington encontrou-se com o secretário de estado adjunto para os assuntos europeus a quem solicitou “uma declaração oficial dos Estados Unidos condenando a agressão da Índia”, afirmando ser do interesse dos americanos “como grande potência e nosso aliado na NATO”,

32 Dionysios Chourchoulis e Lykourgos Kourkouvelas, “Greek perceptions of NATO during the Cold War”, *Southeast European and Black Sea Studies*, Vol. 12, No. 4, December 2012, 497–514.

33 Effie Pedaliu, “A Discordant Note”: NATO and the Greek Junta, 1967–1974”, *Diplomacy & Statecraft*, 22, pp. 101–120, 2011.

exercer “toda a sua possível influência para levar a União Indiana a modificar a sua atitude”³⁴.

Portugal deparou-se aqui, pela primeira vez desde a segunda Guerra Mundial, com uma posição de reserva por parte dos Estados Unidos em relação aos seus problemas coloniais, uma vez que os americanos se recusaram a fazer qualquer declaração pública condenando a ação do governo indiano. Desta recusa, o governo português tirou prontamente as suas conclusões e a partir desta altura, instalou-se nas relações luso-americanas um clima de desconfiança por parte do governo português em relação à atitude americana para com o colonialismo. Logo a 9 de Agosto, quando se encontrou com o embaixador americano em Lisboa, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Cunha, comunicou-lhe com “grande amargura” que se encontrava “tremendamente desapontado” pelo facto de os Estados Unidos não terem tomado uma posição pública sobre a agressão da União Indiana. O ministro português acrescentou ainda que o “povo português era incapaz de compreender o silêncio” norte-americano e referiu que este episódio teria certamente consequências importantes para o futuro do relacionamento luso-americano, sobretudo nas áreas cruciais da NATO e dos Açores³⁵.

Alguns anos depois, com o início das guerras coloniais, os Estados Unidos assumiram uma postura fortemente crítica para com a política colonial portuguesa, tornada pública no contexto da Organização das Nações Unidas, onde a 15 de Março de 1961, os EUA votaram favoravelmente uma resolução do Conselho de Segurança sobre a situação em Angola. Desde esta altura, os norte-americanos passaram a votar favoravelmente as resoluções mais críticas para com a política colonial portuguesa. Depois, o governo português teve também conhecimento dos estreitos contactos mantidos entre a administração Kennedy e os movimentos nacionalistas angolanos – em especial a UPA de Holden Roberto. Para além disso, Washington comunicou a Lisboa, em Agosto de 1961, a adoção de uma nova política de venda de armas, recusando, a

34 *Vinte Anos de Defesa do Estado Português da Índia (1947-1967)*, Vol. II, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1967, pp. 35-36.

35 *Foreign Relations of the United States, 1952-1954*, Volume VI, pp. 1744-1745.

partir de então, a venda de equipamento militar que Portugal pudesse vir a utilizar fora da área geográfica do Tratado do Atlântico Norte. Finalmente, uma outra questão que se refletiu diretamente na evolução das relações luso-americanas, ainda em 1961, foi a ocupação militar de Goa, Damão e Diu pela União Indiana. Este episódio foi interpretado pelo governo português como resultante, em grande parte, da falta de firmeza por parte dos responsáveis políticos norte-americanos³⁶.

No âmbito da NATO, se é verdade que, como apontou António Costa Pinto, a pertença à organização “diminui o isolamento internacional” de Portugal e lhe “permitiu um apoio militar importante”, também é certo que alguns dos membros da aliança atlântica expressaram desde cedo reservas e oposição à política colonial portuguesa. Em 1961, a Noruega “bloqueou qualquer venda de armas a Portugal”, sendo mesmo avançada a possibilidade de “expulsão do país da própria NATO”³⁷. No início dos anos 1970, Rui Lopes registou este dilema entre “acomodação” e “confronto” nos debates no seio da NATO sobre a ditadura portuguesa e sobre a questão colonial. Este autor encontrou uma verdadeira “linha de fratura” entre países-membros como a Dinamarca, a Noruega e a Holanda, que procuraram repetidamente utilizar a NATO como um “fórum” para confrontar Portugal com a sua política interna e a sua política colonial, e outros como os Estados Unidos, o Reino Unido, a França e a Alemanha Ocidental que conseguiram, com sucesso, frustrar essas tentativas, mostrando-se bem mais preocupados em preservar os interesses da NATO e a sua “coesão institucional” tendo em conta os “desafios colocados pela Détente”³⁸.

Por fim, para o caso espanhol, León-Aguinaga e Gómez-Escalonilla notaram evolução idêntica, ao considerar que no final da década de 1950 o relacionamento entre a Espanha e os Estados Unidos chegou ao

36 Sobre a crise das relações entre Portugal e os Estados Unidos em 1961 ver Luis Nuno Rodrigues, *Kennedy-Salazar: a crise de uma aliança. As relações luso-americanas entre 1961 e 1963*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002, pp. 35-157.

37 António Costa Pinto, *O Fim do Império Português. A Cena Internacional, a Guerra Colonial e a Descolonização 1961 -1975*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 30.

38 Rui Lopes, “Accommodating and Confronting the Portuguese Dictatorship within NATO, 1970-4”, *The International History Review*, 38:3, 2016, 505-526.

fim da sua “idade da inocência”, à medida que se foi acentuando “a disparidade nos objetivos de ambos os lados”, bem como “as limitações logísticas e organizacionais das Forças Armadas espanholas para assimilar a ajuda americana”. Gradualmente, as autoridades espanholas entenderam que o interesse norte-americano por Espanha era meramente instrumental e motivado por objetivos estratégicos, não querendo significar qualquer tipo de simpatia especial para com o regime político franquista. Os norte-americanos recusar-se-iam a apoiar os planos mais maximalistas para a reorganização e modernização da Força Aérea espanhola e, além disso, à semelhança do caso português, colocaram fortes limitações à utilização discricionária do material fornecido à força aérea espanhola no Sahara ocidental. Quando o governo espanhol propôs aos seus aliados americanos a utilização do material militar disponível e proveniente do Mutual Defense Assistance Program, os americanos, “pouco dispostos a pôr em risco as relações com Rabat” recomendaram “máxima contenção”, salientando “a natureza condicional da assistência militar” e evocando prováveis críticas nos Estados Unidos relativamente ao apoio militar norte-americano ao regime franquista³⁹.

5. Conclusões

Ainda que provisória, esta aproximação comparativa à historiografia sobre a Guerra Fria na Europa do Sul permite retirar algumas conclusões. Desde logo, conforme referido no início deste texto, existe ainda uma evidente escassez de estudos sobre a Guerra Fria que tomem o conceito de Europa do Sul como um todo. Foram avançadas algumas hipóteses explicativas, mas o que sobressai, pelo contraste, é a existência de numerosos trabalhos que consideram individualmente os vários países da Europa do Sul e que nos permitem estabelecer comparações, detetar semelhanças e diferenças, ruturas e continuidades.

39 Pablo León-Aguinaga e Lorenzo Delgado Gómez-Escalonilla, “The deployment of US military assistance to Spain in the 1950s: limited modernisation and strategic dependence”, *Cold War History*, publicado online, julho de 2018.

Ficou também claro que uma das questões fundamentais sobre a qual a historiografia da Guerra Fria se tem debruçado é a procura de uma explicação para a integração dos regimes ditatoriais da Europa do Sul na esfera de influência norte-americana, cujos valores apontavam para a defesa de uma ordem internacional assente em princípios liberais e democráticos e com respeito pelos direitos humanos. Aqui, como vimos, a resposta, para os casos de Portugal, Espanha e Grécia aponta sobretudo para as razões de índole estratégica e para a importância destes países no confronto global que opunha as duas super-potências. Por conseguinte, retomando as palavras de Effie Pedaliu, os Estados Unidos resolveram com facilidade este dilema entre direitos humanos e segurança internacional frequentemente a favor deste último termo.

Analisámos igualmente a importância de que se revestiu a presença militar norte-americana na Europa do Sul. Por um lado, permitiu aos Estados Unidos a integração da região no seu “império de bases”; por outro, significou a participação de Portugal, Espanha e Grécia no sistema ocidental de segurança contra a ameaça soviética, bem como a garantia, para estes países, do chamado “guarda-chuva protetor” dos Estados Unidos e da NATO. A aliança com os Estados Unidos e a pertença à NATO funcionaram também para estes países e para os seus governos e regimes políticos como importantes mecanismos de legitimação dos regimes e governos nacionais. Além disso, a aliança atlântica teve também uma importante influência “estabilizadora” na região, desde a Península Ibérica aos Balcãs, particularmente evidente no caso dos diferendos entre a Grécia e a Turquia.

Por fim, procurou-se neste texto verificar que, quer a participação na NATO, quer as relações bilaterais com os Estados Unidos, não estiveram, para os países da Europa do Sul, isentas de contradições. Essas “notas dissonantes” foram provenientes quer de determinados países membros da NATO que criticaram os regimes políticos e as políticas coloniais dos governos da Europa do Sul, quer das sociedades sul-europeias que, nalguns momentos, viram crescer as dúvidas quanto à utilidade, a legitimidade e os benefícios dessa integração.

(Página deixada propositadamente em branco)

OS IMPACTOS DO FIM DA SEGUNDA GUERRA NO BRASIL. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Maria Emilia Prado

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0520-442X>

Resumo

O objetivo deste artigo é fazer algumas considerações sobre o significado das mudanças produzidas na América Latina e em especial no Brasil pós segunda guerra mundial. Será dada atenção especial à criação de instituições como CEPAL na América Latina e ISEB no Brasil. Em seguida será importante também no caso brasileiro tratar das mudanças culturais mais amplas nas artes, letras e música.

Palavras-Chave: Crescimento; Intelectuais; Cultura; Nação.

Abstract

The objective of this paper is to make some considerations about the significance of the changes produced in Latin America and especially in Brazil after World War II. Special attention will be given to the establishment of institutions such as ECLAC in Latin America and ISEB in Brazil. Then it will also be important in the Brazilian case to address the broader cultural changes in the arts, letters and music.

Keywords: Growth; Intellectuals; Culture; Nation.

A América Latina diante da implementação pelos Estados Unidos do plano Marshall destinado a ajudar na recuperação da Europa pós 1945, sentiu-se excluída e reivindicou que o mesmo tipo de auxílio fosse disponibilizado para que pudesse haver a reposição dos desgastados aparelhos produtivos da região. Foi, portanto, no interior desse contexto que foi constituída em 1948, por decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas, a Comissão Econômica para a América Latina- CEPAL. Tendo por secretário geral o argentino Raul Prebisch. A CEPAL foi então uma das cinco Comissões Econômicas criadas em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico da América Latina, mediante a coordenação de ações econômicas destinadas a promover esse desenvolvimento, além de reforçar as relações dos países da região entre si e com os demais países do mundo.

Essa missão inscreve-se no ideário mais amplo que orientou a criação das Nações Unidas, responsável pela consolidação do espaço supranacional em um espaço multilateral de governança política e, sobretudo, econômica.

Em princípio a CEPAL¹ tinha por tema principal de seus estudos a questão dos problemas teóricos e práticos do desenvolvimento econômico, à semelhança do que o plano Marshall, recomendava para a Europa, no tocante à reconstrução dos países atingidos pela guerra e que se aliavam aos Estados Unidos opondo-se, a um só tempo à União Soviética. Desenvolvimento era, portanto, o conceito central com o qual a CEPAL trabalhava.

A CEPAL se constituiu como uma escola de pensamento destinada a analisar as tendências econômicas e sociais dos países latino-americanos. E para isto desenvolveu um método analítico próprio. O denominado método "histórico-estrutural". Através dele foi possível perceber como as instituições bem como as estruturas produtivas herdadas condicionaram a dinâmica dos países em desenvolvimento. Para os cepalinos não é possível se falar em "estágios de desenvolvimento" uniformes. O

1 Sobre a CEPAL ver. BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 1ª ed. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1988.

chamado “desenvolvimento tardio” dos países latino-americanos possuía uma dinâmica bem diferenciada das nações já desenvolvidas. Nesse momento inicial foi fundamental a influência do pensamento keynesiano.

A CEPAL foi durante os anos 1950 e até os anos 1970, uma Escola do Pensamento responsável por uma interpretação do desenvolvimento econômico da América Latina que confrontava aspectos fundamentais da visão então dominante acerca do desenvolvimento. Acreditava-se que as diferenças no desenvolvimento seriam resultantes das condições históricas de cada país e que seriam superadas ao se superar as fases do desenvolvimento econômico, fases essas já ultrapassadas pelos Estados Unidos - EUA. Dessa forma, acreditava-se que as economias nacionais deviam expandir suas atividades produtivas tradicionais e incrementar o comércio internacional para que se alcançasse o desenvolvimento econômico.

A CEPAL afirmou, porém, que a divisão internacional do trabalho que se apresentava no pós-guerra não permitiria que os países mais pobres (subdesenvolvidos) alcançassem o nível do desenvolvimento dos EUA, por exemplo. Afirmava ainda que a especialização produtiva da América Latina contribuía para aprofundar as disparidades dos níveis de desenvolvimento.

Um dos princípios fundamentais com os quais a CEPAL trabalhava era o da necessidade de que o Estado contribuísse para o desenvolvimento econômico de áreas periféricas como a América Latina. Era o chamado paradigma “desenvolvimentista”. Dessa forma o sistema de ideias construído pela Cepal tinha também a característica de não ser apenas de natureza acadêmico. Ou seja, os cepalinos não apenas construíam uma escola de pensamento latino-americana, mas, seguindo a tradição intelectual da região para além da formulação teórica eles também foram responsáveis por formular políticas econômicas. Dessa forma a CEPAL precisou conectar seus princípios teóricos com a história real e ao mesmo tempo dialogar com a produção intelectual do restante do mundo.

Foi no interior desse movimento liderado pela CEPAL que foi criado no Brasil em 1955 o Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB, cujo objetivo era a elaboração teórica de um projeto desenvolvimentis-

ta, posto que com fim da segunda guerra mundial a palavra de ordem passava cada vez mais a ser mudança, então entendida como produzida pelo processo de industrialização. A ideia de progresso era substituída pela de desenvolvimento e este era sinônimo de atividade industrial.

A década de 1930 assinalou o primeiro momento significativo de inflexão na economia brasileira, já que a lógica urbano-industrial ia, lentamente, sendo introduzida no país. Nos domínios da política tinha início, então, o populismo como recurso de poder utilizado tanto por políticos adeptos do modelo democrata quanto por adeptos do autoritarismo. Vargas em seus diferentes momentos à frente da chefia do Estado, como ditador ou como presidente eleito tratou de construir as bases para que fosse possível ao Brasil implantar um parque industrial. É bem verdade que essa política industrial era orientada pelo Estado que procurava, também, cuidar do controle social e sindical. Dessa forma, quando se encerra o segundo governo de Vargas (1951-1954), o Brasil já se encontrava bastante transformado. Caminhava, a passos largos, para o fim da predominância do mundo rural, pois a urbanização crescia de modo acelerado, ainda que a ocupação dos espaços urbanos ocorresse de modo extremamente desordenado. O Brasil passava por um intenso processo de modernização nos planos, político e econômico².

Ao final do segundo governo Vargas e no momento de seu suicídio em 1954, o Brasil era regido por uma constituição liberal, eleições livres, liberdade de imprensa e valorização do poder legislativo. É bem verdade que as liberdades políticas encontravam-se limitadas no tocante ao sindicalismo e as organizações de esquerda. O Partido Comunista Brasileiro, por exemplo, foi posto na clandestinidade desde 1948. Isto não impediu, no entanto, que seus integrantes continuassem na cena política mediante ligações com outros partidos. O suicídio de Vargas em agosto de 1954 tornou-se o ponto referência para as forças políticas que se encontravam envolvidas no processo eleitoral. De um lado o varguismo, que com o suicídio de Getúlio ganhou uma nova expressão. De outro a

2 Sobre as políticas do período de Juscelino ver, por exemplo, BENEVIDES, Maria Vitória Benevides. *O governo Kubitschek: desenvolvimentismo econômico e estabilidade política, 1956-1961*. 1ª ed., São Paulo:Paz e Terra 1979.

oposição representada pela UDN (União Democrática Nacional). A aliança política se fez, então, entre o Partido Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) que recebia o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Essa aliança possibilitou a eleição de Juscelino Kubitschek (conhecido como JK) e a derrota do antigetulismo. Mas, para os opositores era imprescindível a eliminação da herança de Vargas e o lançamento de uma candidatura que reunisse a UDN e o PSD. O grupo tinha no jornalista Carlos Lacerda, um dos seus líderes. Juscelino sabia que sua eleição dependia da consolidação de uma aliança forte e dessa maneira costurou com o PTB o acordo político que levou a indicação de João Goulart para a vice-presidência. Essa aliança recebeu também o apoio do PCB, fato que desagradou os meios militares, de modo que o quadro eleitoral se tornou mais complexo com a entrada de novas candidaturas. A eleição afinal ocorreu a 03 de outubro de 1955 e Juscelino ganhou com uma percentagem de 33,82% dos votos válidos.

Juscelino procurou, então, traçar os rumos de seu governo oferecendo ao país uma agenda destinada a acelerar o processo de transformação pelo qual o Brasil passava desde o decênio de 1930. O clima de liberdade, então reinante, facilitava a Juscelino a aceitação por parte da população do “Plano de Metas” - programa econômico e de planejamento voltado para acelerar o desenvolvimento do país. Tendo recebido de Getúlio um conjunto de instituições e agências, dentre elas o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (depois transformado em BNDES), a Petrobrás e outros, de caráter setorial ou regional, tais como: o Banco do Nordeste, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, destinados a promover o desenvolvimento econômico a partir da orientação do Estado, tinha facilitada sua ação política no sentido de acelerar o processo industrial.

Seguindo parte do modelo de governo testado por Vargas, JK tratou de incentivar as comissões técnicas destinadas à realização de estudos bem como formulação de políticas de planejamento econômico e social. Este corpo institucional e burocrático lhe permitia agir e decidir mesmo se em meio a uma conjuntura de crise política. JK exercia

com exímio a artes da política, e isto facilitou bastante a que pudesse agir como negociador.

Estabelecendo a tolerância política, JK procurou concentrar seus esforços de modo a adicionar ao desenvolvimentismo a ótica do otimismo. Ao longo do seu governo cuidou de manter em alta o prestígio do legislativo, domesticou os descontentamentos dos militares e procurou maximizar os recursos existentes no país. A política econômica de JK pode contar com uma base de apoio significativa, que incluía empresários, trabalhadores e militares. Apesar disso, havia setores fortemente opostos a esta política e eles se encontravam em alguns organismos internacionais e nos setores internos que não se identificavam com a proposta de desenvolvimento industrial para o Brasil.

A junção da política econômica desenvolvimentista com a argúcia política fez com que a imagem de JK ao final de seu governo fosse de um presidente que soube quebrar os obstáculos que ainda existiam para o estabelecimento do capitalismo no Brasil. A economia brasileira crescera numa média de 3% ao ano, mas passou também a conviver com o descontrole das contas externas e com taxas altas de inflação. A representação mais emblemática de seu governo pode ser encontrada na construção de Brasília, cuja formulação arquitetônica saía da pena de Oscar Niemayer como símbolo de um Brasil moderno, mas também distante do povo. Uma vez que Brasília com suas superquadras, construída no meio do território brasileiro estava não apenas distante dos grandes centros como Rio de Janeiro e São Paulo, mas também do povo.

A Criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) originou-se no conjunto de intelectuais, dentre os quais antigos assessores do governo Vargas, que decidiram se reunir com a finalidade de estudar a realidade brasileira. Essas reuniões eram realizadas na cidade fluminense de Itatiaia, o que fez com que fossem conhecidos pela denominação de “Grupo de Itatiaia”. Sob a liderança de Hélio Jaguaribe, foi fundado o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) que fun-

cionava na Rua do Ouvidor no então escritório de Jaguaribe. O IBESP oferecia diversos cursos sobre História, Sociologia e Política nacionais e estes eram ministrados no auditório do Ministério da Educação.

Em de 14 de julho de 1955, pelo Decreto nº 37.608 era então criado o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)³ como órgão do Ministério da Educação e Cultura. O grupo de intelectuais que estava à sua frente, oriundo do IBESP, tinha por objetivo: o estudo, ensino e divulgação das ciências sociais. Objetivava-se, também, que os dados e as categorias aí formuladas servissem para análise e compreensão crítica do Brasil e pudessem contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional. A partir de 1956 o ISEB passaria a ter por sede o prédio localizado à Rua das Palmeiras, 55 em Botafogo. Os principais intelectuais ligados ao ISEB eram os filósofos R. Corbusier, Michel Debrun e Álvaro Vieira Pinto; o sociólogo Guerreira Ramos; os economistas Ignácio Rangel, Rômulo de Almeida e Ewaldo Correia Lima; o historiador Nelson Werneck Sodré e os cientistas políticos Hélio Jaguaribe e Cândido Mendes de Almeida. Esses intelectuais se caracterizavam por seu papel como intelectuais públicos⁴ e também por seguirem a marca da intelectualidade latino-americana e brasileira em especial, qual seja a preocupação com identificar e apontar caminhos capazes de levarem a resolução da questão nacional. Além disso, comungavam, também, daquela outra característica própria dos intelectuais latino-americanos: a proximidade com o poder e por vezes o exercício de cargos no Estado⁵.

Logo após sua fundação o ISEB passou também como o IBESP, a organizar cursos destinados, principalmente, à formação da elite brasileira. Nesses cursos era oferecida uma visão ampla e geral da História do Brasil e do ponto de vista econômico as ideias aí apresentadas conjugavam-se com algumas propostas defendidas pela CEPAL bem como por

3 Sobre o ISEB ver, por exemplo, TOLEDO, Caio Navarro (org) *Intelectuais e Política no Brasil: a experiência do ISEB*. 1ª ed. Rio de Janeiro: REVAN, 2005.

4 Para o conceito de intelectual público ver JACOBY, Russel. *Os últimos intelectuais*. Trad. São Paulo: Edusp 1990.

5 Esta questão foi desenvolvida por mim em artigos e livros publicados. Ver, em especial: PRADO, Maria Emília. Joaquim Nabuco. *A Política como Moral e como História*. 1ª ed. Rio de Janeiro: ed. Museu da República, 2006.

Celso Furtado, que apesar de não integrar os quadros do ISEB era próximo do Instituto e de alguns de seus intelectuais. Os integrantes do ISEB viram no governo Juscelino o meio pelo qual seria possível que suas ideias fossem postas em prática e dessa forma a instituição funcionou como aliada do projeto desenvolvimentista implantado por JK.

Em suas declarações públicas, Juscelino prestigiou o ISEB, definindo-o como sendo um centro de cultura, estudos e pesquisa. Diferenciava-os dos demais órgãos universitários ao realçar a vocação do ISEB para o estudo dos problemas brasileiros. Ressalte-se, no entanto, o fato de JK não ter transformado os intelectuais do ISEB em seus assessores na orientação nem na implantação do Plano de Metas para o desenvolvimento. Para isto ele criou o Conselho de Desenvolvimento, que tinha esta missão.

Em março de 1957 a direção do ISEB organizou, na cidade de São Paulo, um ciclo de conferências sob o patrocínio do Centro e da Federação das Indústrias. O ISEB estendia a São Paulo seu raio de ação. A instituição ganhava mais prestígio, mas começava a incomodar a vários segmentos políticos nacionais. E, na medida em que não havia consenso entre os intelectuais que integravam o ISEB a crise também ocorreu internamente. A publicação do livro de Hélio Jaguaribe, *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*⁶, onde defendia a tese de que os investimentos estrangeiros estavam se dirigindo para a indústria foi o estopim para a crise interna, que resultou na saída de Jaguaribe do ISEB. Isto ocorreu na medida em que a instituição defendia que o capital estrangeiro aliado ao setor agrário-mercantil era o principal obstáculo à industrialização brasileira.

No final de 1950 o ISEB viu-se na situação de estar privado da verba orçamentária estatal. O ISEB chegou, então, ao ano de 1960, reformulado em seus quadros. Não apenas Hélio Jaguaribe saiu, mas, logo a seguir também saíram Guerreiro Ramos, Roberto Campos, Anísio Teixeira e Hélio Cabal. O Conselho Consultivo foi extinto e o Conselho Curador passou a ter apenas poderes administrativos. Ao iniciar o ano de 1961

6 JAGUARIBE, Hélio. *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*. 1ª ed. Rio de Janeiro: ISEB/MEC, 1958.

o ISEB não dispunha de verba para suas atividades e dessa forma o curso regular teve que ser suspenso sendo mantidos, apenas, os seminários, as conferências e os cursos extraordinários. Não havia mais o governo Juscelino e o novo presidente Jânio Quadros não tinha nenhum interesse no ISEB. Em 1964 a instituição foi fechada pelo governo ditatorial. O prédio do ISEB foi invadido, as instalações quebradas e sua biblioteca destruída. Abriu-se então um IPM (inquérito policial militar) de enormes proporções. O ISEB foi considerado braço de Moscou, uma vez que oferecia cursos, conferências e seminários assistidos por estudantes, professores, advogados, jornalistas etc.

Do ponto de vista intelectual, o ISEB não conseguiu impor-se diante dos grupos mais representativos das ciências sociais ligados a Universidade de São Paulo - USP e a antiga Universidade do Brasil, atual UFRJ. Sociólogos e cientistas políticos desses dois centros universitários viam os intelectuais do ISEB como carentes dos instrumentos teóricos e metodológicos necessários para o exame científico da sociedade brasileira. Essa mesma desconfiança pode ser encontrada em alguns segmentos da imprensa e das associações empresariais, esses últimos associavam o ISEB com a esquerda e mais especificamente o PCB.

O clima de liberdade do governo JK possibilitou, também, que o incremento cultural não ficasse restrito às Universidades e aos institutos como o ISEB. Havia certo ar de renovação cultural na música, na dança e nas artes em geral. Uma vez mais o próprio JK incentivou essa eferescência que possibilitou a que ficasse conhecido como: “presidente bossa nova”.

A Bossa Nova e o CPC da UNE

A bossa nova teve sua origem na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade dos anos de 1950. E teve seu começo em reuniões casuais em apartamentos da zona sul do Rio de Janeiro, como o de Nara Leão localizado na Av. Atlântica em Copacabana. O movimento associado, então a fase desenvolvimentista de JK, teve seu início oficial, para muitos dos críticos musicais, datado de agosto de 1958 quando João Gilberto lança um compacto com as canções *Chega de Saudade* de Tom Jobim e Viní-

cius de Moraes e *Bim Bom*, do próprio cantor. Em pouco tempo o movimento foi ocupando bares em Copacabana no chamado *Beco das Garrafas*. Em 1959, foi lançado, então o primeiro LP de João Gilberto contendo a faixa-título, *Chega de saudade*. A partir deste momento a Bossa Nova se impunha como um novo ritmo e um novo movimento musical⁷.

Já no começo da década de 1960 este estilo musical chegou aos Estados Unidos, onde obteve enorme destaque. As principais influências da bossa nova foram o jazz norte-americano e o samba. Mas, alguns especialistas em música também atribuem ao blues e ao choro influências importantes para este estilo musical. A bossa nova se constituiu num movimento caracterizado por cantar temas mais ligados à vida cotidiana da denominada classe média urbana. Exaltava também os elementos da natureza, tais como: praias, vento, chuva, sol, etc. além dos amores. E dessa forma as letras eram poetizadas, não por acaso um dos seus compositores foi o poeta Vinícius de Moraes e a melodia suave e calma. Entre seus fundadores encontramos João Gilberto e Antonio Carlos Jobim. Foi a parceria entre Tom Jobim e Vinícius de Moraes que possibilitou a criação de *Garota de Ipanema*, que se tornou, muito possivelmente, a mais conhecida canção brasileira em todo o mundo como mais de 169 gravações, dentre elas as feitas por: Sarah Vaughan, Stan Getz, Ella Fitzgerald e Frank Sinatra (esta juntamente com Tom Jobim).

Já em meados da década de 1960 por influência do Centro Popular da UNE (União nacional dos Estudantes) o movimento passou a sofrer certa cisão ideológica. O CPC criticava a influência do Jazz norte-americano, propondo uma maior aproximação com os sambistas do morro. Carlos Lyra, por exemplo, aderiu a esta mudança aproximando-se de sambistas como Cartola e Nelson Cavaquinho. Dentre os compositores e cantores dessa segunda fase da bossa nova, encontramos: Paulo Sérgio Valle, Edu Logo, Dori Caymmi, Nelson Motta, Francis Hime, dentre outros.

Pouco a pouco o movimento foi sendo penetrado e substituído pelo que ficou conhecido como a MPB (Música Popular Brasileira). Esta nasceu com músicos como: Geraldo Vandré, Edu Lobo e Chico Buarque de

7 CASTRO, Ruy. *Chega de saudade: a história e as histórias da bossa nova*. 1ª São Paulo, Cia das Letras, 1990.

Holanda, que despontavam em festivais de música então promovidos. *Disparada* de Geraldo Vandré e *A Banda* de Chico Buarque representam este momento de transição e ruptura da bossa nova. Mas no mundo, o estilo musical permaneceu e influenciou gerações posteriores principalmente do jazz a partir do sucesso da versão instrumental de *Desafinado* pela dupla Getz e Byrd. E mesmo no Brasil essa influência se fez presente nos compositores da chamada MPB.

O *Centro Popular de Cultura* (CPC)⁸ nasceu em 1961 no interior da UNE – União Nacional de Estudantes⁹ por proposta de integrantes do Teatro de Arena, que vieram ao Rio de Janeiro trazer a peça *Eles não usam black-tie*, de Gianfrancesco Guarnieri. Para entender o CPC, é importante entender a mobilização e a participação dos estudantes na política nacional no período, especialmente por meio da UNE.

O clima de euforia, liberdade, crescimento, desenvolvimento e tolerância política implantada por JK contribuiu para que o movimento estudantil ganhasse fôlego e maior organicidade. De tal forma que nos momentos de agitação que se seguiram ao fim do governo JK e ao tumultuado governo Jânio Quadros, os estudantes eram já uma força política e social bastante significativa. Toda essa agitação possibilitou engajamento político de intelectuais e artistas em projetos sociais. É necessário não esquecer que este momento foi caracterizado também pela crença nos grupos de esquerda, principalmente o Partido Comunista Brasileiro, na luta revolucionária. A Revolução Cubana em 1959 representou a primeira experiência socialista em terreno americano e serviu de estímulo a entidades político-ideológicas que visavam romper com a hegemonia das classes mais abastadas do país.

8 BARCELOS, Jalusa. *CPC da UNE; uma História de Paixão e Consciência*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. HOLANDA, Heloisa Buarque de, GONÇALVES, Marcos Augusto. *Cultura e participação nos anos 60*, 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. RIDENTE, Marcelo. *Em Busca do povo brasileiro. Artistas da revolução, do CPC a era da TV*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

9 Sobre a UNE ver: FORACCHI, Maria Alice. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. 1ª ed. São Paulo: ed. Nacional, 1965. MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar, 1964-1968*. 1ª ed., Campinas: Papyrus, 1987. POERNER, José Artur. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

O primeiro momento a ser destacado foi marcado pela encenação no Rio de Janeiro da peça teatral escrita por Vianinha intitulada *A mais-valia vai acabar, seu Edgar*. Essa peça ao questionar o capitalismo procurou oferecer ao público uma compreensão sobre a origem do lucro bem como sobre o significado do conceito de mais-valia. É possível perceber através dessa dramaturgia a intenção de instruir os espectadores acerca das questões econômicas. Dessa forma, nascia o Centro Popular de Cultura, que mais tarde ficaria conhecido como CPC da UNE, em razão de sua estreita ligação com os projetos criados pela entidade estudantil, na finalidade de politizar o público universitário acerca dos problemas que atingiam a educação brasileira.

Uma renovação na concepção de arte já se fazia presente no Anteprojeto do *Manifesto*, documento redigido pela diretoria do CPC onde se fazia a defesa de uma arte popular engajada e revolucionária, que se identificasse com a aspiração do povo brasileiro. Essa forma teatral, também conhecida como agitprop, foi utilizada pelos revolucionários russos após a vitória bolchevique em 1917, para difundir e propagar suas ideias sócio-políticas.

O CPC no seu curto período de atividades realizou um trabalho que consistia na busca pelo povo com a finalidade de instruí-lo, no que diz respeito à realidade brasileira. A entidade acreditava que só através dessa nova consciência o homem poderia lutar por uma organização social diferenciada da então existente. Assim, o teatro, a música, a literatura e outros meios artísticos foram utilizados para realizar essa mobilização popular. A arte não tinha a capacidade de romper diretamente com a hegemonia das classes economicamente superiores, mas, poderia provocar no ser humano uma mentalidade revolucionária, rompendo assim toda e qualquer forma de dominação.

A proposta teórica original foi escrita por Carlos Estevam, primeiro presidente do CPC e publicada no livro *A questão da cultura popular*¹⁰, do qual se destaca o Manifesto do Centro Popular de Cultura. Essa con-

10 ESTEVAM, Carlos. *A questão da cultura popular*. 1ª Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1963.

cepção foi discutida a seguir por Ferreira Gullar, segundo presidente do CPC, em *A cultura popular posta em questão*¹¹.

A historiografia da cultura em geral centra suas análises no CPC da UNE sediado no Rio de Janeiro, por este ter tido maior liderança e projeção. Mas, por meio da UNE foram criados CPCs estaduais, alguns nas próprias uniões estaduais de estudantes e menos comum mas também existiam nas próprias faculdades. O CPC da UNE e a maioria dos CPCs criados nos diversos estados e faculdades definem-se expressamente como de cultura popular. Nesse sentido, a designação “material didático” para sua produção – música, peças de teatro, filmes, folheto de cordel, poesia – é utilizada em sentido lato. No entanto, em alguns estados, como em Goiás e Minas Gerais, as equipes produziram material didático destinado à alfabetização como cartilhas e livros de leitura. Essa publicação fazia parte da série Cadernos do Povo, da Editora Civilização Brasileira, cujos exemplares, segundo Ênio da Silveira, seu diretor, eram vendidos pelo CPC para financiar suas atividades.

O CPC produziu peças de teatro, como *Brasil, versão brasileira* de Oduvaldo Viana Filho e o *Auto dos 99%*, que introduzia, no período, a discussão sobre a reforma universitária. E músicas como: *Canção do subdesenvolvido*, de Carlos Lyra e Francisco de Assis; *João da Silva de Billy Blanco*; *Canção do trilhõeszinho*, Carlos Lyra e Francisco de Assis; *Zé da Silva*, de Geni Marcondes e Augusto Boal. Quanto à produção cinematográfica essa foi extremamente pobre e o único filme produzido pelo CPC da UNE foi *Cinco vezes favela*, de Joaquim Pedro considerado um dos marcos do Cinema Novo brasileiro.

Os CPCs da UNE podem ser considerados celeiros de jovens artistas que se projetaram no cenário artístico e cultural brasileiro, dentre eles cabe destacar: Carlos Estevam Martins, Gianfrancesco Guarnieri, Luís Werneck Vianna, Ferreira Gullar, Oduvaldo Vianna Filho (Vianinha), Cacá Diegues, Eduardo Coutinho, Joaquim Pedro de Andrade, Leon Hirszman, Affonso Romano de Sant’Anna, Ferreira Gullar, Carlos Lyra dentre outros.

11 GULLAR, Ferreira. *A Cultura Popular posta em questão*. 1ª Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

Após o desmonte do CPC da UNE, parte do grupo criou o Teatro Opinião, no Rio de Janeiro, cujas primeiras realizações foram o musical *Opinião*, que estreou em dezembro de 1964, com texto de Armando Costa, Oduvaldo Vianna Filho, Paulo Pontes e músicas de Zé Keti e João do Vale, com a participação de Nara Leão, Zé Keti e João do Vale; e *Liberdade, liberdade*, de Flávio Rangel e Millôr Fernandes, que estreou em abril de 1965, com Paulo Autran.

A mensagem política foi priorizada, pois o importante era transformar o público, o leitor e o ouvinte num sujeito politizado. As peças teatrais, por exemplo, dramatizavam questões como o imperialismo norte-americano, a elitização do ensino superior e o subdesenvolvimento, enfatizando um discurso revolucionário de engajamento político e de ação social. Apesar do posicionamento burguês da intelectualidade cepecista sua função seria se aproximar do povo e conhecer suas aspirações, criando um projeto capaz de atender as necessidades das diversas classes sociais.

É importante ressaltar que os artistas e intelectuais que se engajaram nesse projeto já possuíam uma atuação política, é o caso, por exemplo, de Oduvaldo Vianna Filho, que além de dramaturgo era também um militante da esquerda e de Carlos Estevam Martins que realizava um trabalho na área de pesquisa no ISEB.

Considerações finais

O pós-guerra na América Latina e em especial no Brasil foi um tempo marcado por grandes transformações em diversos setores. Da economia à cultura, da sociedade à política. Assistiu-se à criação de uma nova escola de pensamento: a CEPAL, que foi capaz de construir um novo paradigma no tocante à temática do desenvolvimentismo. Paradigma esse que se opôs frontalmente ao que até então vigorava no campo do pensamento econômico e propôs uma forma bastante diferenciada de compreender a questão do atraso dos países ora conhecidos como em desenvolvimento.

No Brasil o decênio de 1950 foi marcado pela temática do desenvolvimentismo e da aceleração histórica destinada a romper, definitivamente, o agrarismo e introduzir o país no caminho da industrialização. Havia certo grau de euforia no ar, a indústria automobilística talvez fosse a representação maior desta mudança econômica. Assim como a construção de Brasília, a nova capital da república que saía da pena genial de Oscar Niemayer com um plano de arquitetura inteiramente novo era a concretização do sonho no já tão distante século XIX de uma capital no meio do planalto central e tão distante do povo que circulava e atuava politicamente no Rio de Janeiro. Brasília era uma capital asséptica, imune à doença oriunda da participação política do povo.

Mas o clima de otimismo não se realizava apenas à economia ou a política. As letras, as artes e a cultura no geral vivia essa euforia da transformação. Uma vez mais os intelectuais sentiam-se a vanguarda e como tal agiam como condutores de novas construções sociais e políticas. O teatro, o cinema, a música, a literatura seriam meios utilizados para conscientizar o povo de seus direitos. Os anos de 1960 foram o palco onde essas ações se aprofundavam ante a perspectiva de quebrar os poderes do latifúndio, ampliar o acesso a terra, educação, cultura e tomada de consciência do povo da necessidade de se fazer ouvir na defesa de seus direitos civis, políticos e sociais.

Todo esse clima de otimismo marcado por intensas transformações foi, no entanto, abruptamente quebrado em 1964 pelo movimento militar, que com apoio de parte significativo da sociedade civil instaurou o governo ditatorial.

Bibliografia

BARBOSA, Francisco de Assis. *Jk: revisão na política brasileira*. 1ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1960.

BARCELOS, Jalusa. *CPC da UNE: uma História de Paixão e Consciência*. 1ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

BASTOS, Elide Rugai; REGO, Walquíria Leão Rego (org). *Intelectuais e política: a moralidade do compromisso*. 1ª ed. São Paulo: Olho d'Água, 1999.

BENEVIDES, Maria Vitória. *O governo Kubitschek: desenvolvimentismo econômico e estabilidade política, 1956-1961*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 1ªed. Rio de Janeiro: IPEA/INPES,1988.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. Trad. 1ª ed. São Paulo: Unesp, 1997. ISBN 8571391440

CORBISIER, Roland. *JK e a luta pela presidência: campanha civilista*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1976.

DEBERT, G. G. *A política do significado no início dos anos 60: O nacionalismo no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e na Escola Superior de Guerra (ESG)*. Tese de Doutorado. 2 Vols. São Paulo: FLCH/USP,1986.

ESTEVAM, Carlos. *A questão da cultura popular*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1963.

FORACCHI, Maria Alice. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. 1ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1965.

GOMES, Ângela de Castro (org). *O Brasil de JK*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002. ISBN 8522501610

GULLAR, Ferreira. *A Cultura Popular em questão*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

HOLANDA, Heloisa Buarque de; GONÇALVES, Marcos Augusto. *Cultura e participação nos anos 60*. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

JACOBY, Russel. *Os últimos intelectuais*. Trad. 1ª ed. São Paulo: Edusp, 1990. ISBN 8585232110

JAGUARIBE, H. "ISEB - Um breve depoimento e uma reapreciação crítica". *Cadernos de Opinião*, Rio de Janeiro: v14, out./nov. 1979, p. 94-110.

KUBITSCHKEK, Juscelino. *Meu caminho para Brasília*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bloch ed., 1975. 3v.

LAMOUNIER, Bolívar. "O ISEB: notas à margem de um debate". *Discursos*. São Paulo: v.9, 1979, p.153-158.

LIMA, Nisia Trindade. *Um Sertão chamado Brasil. Intelectuais e representações da identidade nacional*. 1ªed. Rio de Janeiro: Iuperj/Revan, 1999.

MANHEIM, k. "El pensamiento conservador". *Ensayos sobre sociologia y psicologia social*. Trad. 1ª ed. México: Fondo de Cultura Econômica 1953.

MARANHÃO, Ricardo. *O governo Juscelino Kubitschek*. 5ªed. São Paulo: Brasiliense, 1988. ISBN 9788511020144

MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar, 1964-1968*. 1ª ed. Campinas: Papirus, 1987.

MICELLI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. 1ª ed. São Paulo: Difel, 1979.

NAPOLEÃO, Aluizio. *Juscelino Kubitschek, audácia, energia, confiança*. 1ª ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Ática, 1979.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. “Os Três Momentos de Hélio Jaguaribe”. In VENÂNCIO FILHO, Alberto; KLABIN, Israel; BARRETO, Vicente (orgs). *Estudos em Homenagem a Hélio Jaguaribe*. 1ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000, p. 237-246.

POERNER, José Artur. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. ISBN 2312879948506

PRADO, Maria Emilia. *Joaquim Nabuco. A Política como Moral e como História*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Museu da República, 2006. CDD.920.71.

RIDENTE, Marcelo. *Em Busca do povo brasileiro. Artistas da revolução-do CPC a era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SCWARTZMAN, Simon. *Introdução ao Pensamento nacionalista e os cadernos de nosso tempo*. 1ª ed. Brasília: Ed. UNB, 1981.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A verdade sobre o ISEB*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.

TOLEDO, Caio Navarro (org). *Intelectuais e Política no Brasil: a experiência do ISEB*. 1ª ed. Rio de Janeiro: REVAN, 2005. ISBN 9788571063273

WINOCK, Michel. *O Século dos Intelectuais*. Trad. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. ISBN 97888528607963

**UMA MIRAGEM NA DISTÂNCIA. O EXÍLIO
PORTUGUÊS NO BRASIL E NOS ESTADOS
UNIDOS E A CAMPANHA A FAVOR DE NORTON
DE MATOS**

Heloisa Paulo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9990-088X>

Alberto Pena-Rodríguez

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8667-6287>

Resumo

O final da Segunda Guerra Mundial significou, para os opositores de regimes ditatoriais na Europa e América Latina, a esperança do retorno aos seus países do sistema democrático. Em Portugal, no Brasil e nos Estados Unidos, opositores do salazarismo reúnem forças para iniciar mais um novo combate contra a ditadura salazarista. Para distanciar-se dos derrotados, Salazar convoca eleições. A proposta da candidatura de Norton de Matos pelos opositoristas surge como a possibilidade de vitória da luta de muitos exilados e resistentes antissalazaristas.

Palavras-Chave: Exílio Português; Brazil; Estados Unidos; Salazarismo; Propaganda.

Abstract

The end of World War II meant, for opponents of dictatorial regimes in Europe and Latin America, the hope of returning to their countries

from the democratic system. In Portugal, Brazil and the United States, opponents of Salazarism join forces to start another fight against the Salazarist dictatorship. To distance himself from the defeated, Salazar calls elections. Norton de Mato's candidacy proposal by the oppositionists emerges as the possibility of winning the struggle of many exiled and resistant anti-Salazarists.

Keywords: Portuguese Exile; Brazil; United States; Salazarism; Advertisement.

Introdução geral: a vitória das forças aliadas e o combate ao salazarismo

No final da Segunda Guerra, a oposição antissalazarista vê a derrota do nazi-fascismo como uma esperança de mudança em Portugal, já que Salazar assumiu sempre a sua simpatia pelo regime de Mussolini¹, tendo decretado luto oficial pela morte do ditador alemão. Um facto que foi publicado na capa do *New York Times* e causou um profundo malestar na sociedade americana², em quanto Salazar reagia explicando que o assunto tinha sido “malévolamente explorado”³.

No entanto, o regime de Salazar tenta fugir a esta comparação com os regimes autoritários com a convocatória de eleições para a Assembleia Nacional e eleições presidenciais em 1949. A oposição aposta então na candidatura do General Norton de Matos à presidência da República contra o Presidente Óscar Carmona. As manifestações públicas de

1 Sobre o regime salazarista a bibliografia tem crescido nos últimos anos. Entre as publicações mais atuais temos, entre outros, ROSAS, Fernando - *Salazar e o poder. A arte de saber durar*. Lisboa: Tinta da China, 2012; e TORRALBA, Luís Reis - *Estado Novo, Estados Novos*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009, 2 volumes. Ver também PENA-RODRÍGUEZ, Alberto e PAULO, Heloisa (eds.) - *A cultura do poder. A propaganda nos estados autoritários*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2016.

2 Arquivos Nacionais Torre do Tombo. Arquivo Oliveira Salazar (ANTT/AOS). CO/NE/2C, caixa nº 426. Telegrama sem numerar do 6 de maio de 1945 enviado por Olga Sarmento, presidente de la Cruz Vermelha Americana ao ministro de Negócios Estrangeiros, António de Oliveira Salazar. Ver também o telegrama de Olga Sarmento nº 75, del 9 de mayo de 1945.

3 ANTT/AOS. CO/NE/2C, caja nº 426. Telegrama sem numerar de António de Oliveira Salazar a Olga Sarmento, 10 de maio de 1945.

apoio conseguiram reunir multidões no Porto, Lisboa e Coimbra. Antigos republicanos e democratas, como o então jovem comunista vinculado ao Movimento de Unidade Democrática, Mário Soares, ocupam as tribunas aquando dos comícios. No exterior, os exilados ajudaram com financiamentos uma campanha fadada a cair na armadilha engendrada pelo regime que não permite sequer o uso de um mesmo boletim de voto para ambos os candidatos⁴.

A perspetiva metodológica deste trabalho está concentrada na abordagem das atividades dos opositores da ditadura salazarista, no Brasil e nos Estados Unidos, entre os emigrantes portugueses, no período entre o final da Segunda Guerra Mundial e a campanha eleitoral de Norton de Matos. Através da utilização de várias fontes documentais e hemerográficas, este artigo pretende estudar os passos que foram seguidos por tais segmentos da oposição nos dois principais destinos do exílio português na América e o implicado mecanismo de mobilização internacional contra o regime de Salazar, que, no entanto, não conseguiu ultrapassar os ditames impostos pela realidade pós-1945. Embora os exiliados portugueses nunca perdessem a esperança de alcançar a desejada liberdade⁵.

A mobilização da oposição portuguesa exilada no Brasil e nos Estados Unidos

A década de quarenta assinala mudanças significativas nas colónias de emigração, nomeadamente no Brasil e nos Estados Unidos⁶. A parti-

4 Sobre o tema, ver, entre outros, PAULO, Heloisa e JANEIRO, Helena P. (coord.) - *Norton de Matos e as Eleições Presidenciais de 1949, 60 anos depois*. Lisboa: Edições Colibri, 2010.

5 As publicações sobre a oposição antisalazarista têm aumentado no presente século. A obras clássicas como RABY, Dawn Linda - *A Resistência antifascista em Portugal. 1941-1974*. Lisboa: Salamandra, 1988, acrescentamos compilações de textos, como PAULO, Heloisa (org.) - *Memórias da Oposição*. Coimbra: Minerva, 2010; e trabalhos temáticos, já voltados para a questão do exílio como o de CLÍMACO, Cristina - *Republicanos, Anarquistas e Comunistas no Exílio (1927-1936)*. Lisboa: Colibri, 2017, ou MARTINS, Susana - *Exilados Portugueses em Argel. A FPLN das Origens à Ruptura com Humberto Delgado*. Lisboa: Afrontamento, 2018.

6 Sobre o Brasil, ver PAULO, Heloisa - *'Aqui também é Portugal'. A colónia portuguesa do Brasil e o Salazarismo*. Coimbra: Minerva, 2000; TORGAL, Luís Reis e

cipação ativa de ambos os países no combate ao lado dos aliados, realinham obrigatoriamente as opiniões dos emigrantes favoráveis ao posicionamento de neutralidade assumido por Salazar⁷. Enquanto os elementos mais tradicionais e salazaristas dessas colónias demonstrem o apoio incondicional aos países de acolhimento, os exilados antissalazaristas aproveitam para reorganizarem o movimento de oposição⁸.

No Brasil, a chegada dos “Budás”, Alberto Moura Pinto, Jaime de Moraes e Jaime Cortesão, o grande grupo de oposição forjado no revirahismo⁹, fornece um novo fôlego aos oposicionistas radicados naquele país. São eles que articulam a fundação da “União dos Democratas Portugueses”, UDP, cujo objetivo é ser o “porta-voz” dos exilados antissalazaristas, apesar dos sinais de dissidências já existentes nos meios oposicionistas do exílio português.

PAULO, Heloisa - «Cidadania, Nacionalismo e Propaganda Política». In PEIXINHO, Ana [et al.] (coord.) - *20 Anos de Jornalismo contra a Indiferença*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2015. 169-188; PAULO, Heloisa - «Portugal is here too! Salazarism and the Portuguese Community in Brazil». In LARSEN, Stein (ed.) - *Fascism Outside Europe: The Europe Impulse against Domestic Conditions in the Diffusion of Global Fascism*. New York: Columbia University Press, 2001. 153-182. Sobre os Estados Unidos: CORREIA, Rui Antunes - «Salazar in New Bedford: Political Readings of *Diário de Notícias*, the only Portuguese daily newspaper in the United States». In HOLTON, Kimberly Dacosta e KLIMT, Andrea (eds.) - *Community, Culture and The Makings of Identity. Portuguese-Americans along Eastern Seaboard*. North Dartmouth: Tagus Press, 2009. 227-247.

⁷ Sobre o clima da Europa na Guerra Fria ver, entre outros, JUDT, Tony - *Pós-guerra. História da Europa desde 1945*. Lisboa: Edições 70, 2007. Sobre as mudanças do regime de Salazar, ver, entre outros, ROSAS, Fernando - *Salazar e os Fascismos*. Lisboa: Tinta da China, 2019.

⁸ PAULO, Heloisa - «Exilados e imigrantes: exílio, sobrevivência e luta política». In GOMES, Ângela Castro e MOURÃO, Alda. (org.) - *A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012. 455-477; idem - «O exílio português no Brasil: Os 'Budás' e a oposição antissalazarista». In *Portuguese Studies Review (Portuguese Migrations in Comparison: Historical Patterns and Transnational Communities)*. Peterborough, Ontario. Vol. 14, No. 2, Junho de 2009, 125-142; idem - «A identificação do inimigo: a propaganda oposicionista e os ataques ao salazarismo (1930-1974)». In PAULO, Heloisa, e PENA-RODRÍGUEZ, Alberto (eds.) - *A cultura do poder. A propaganda nos estados autoritários*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2016. 437-454.

⁹ Sobre o tema ver, entre outros, FARINHA, Luís - *O Revirahismo. As Revoltas Republicanas contra a Ditadura Militar (1926-1932)*. Lisboa: Estampa, 1998.

Mas, o aparecimento de uma representação da Frente de Unidade Antifascista no Rio de Janeiro altera o equilíbrio de forças na oposição exilada com a entrada em cena de uma organização que se define como pró-comunista. Lúcio Pinheiro dos Santos e o recém-chegado Aniceto Monteiro¹⁰ são nomes de destaque nesta nova associação que pretende, como a anterior, representar a oposição exilada. No entanto, apesar dos diferendos internos, à medida que o conflito mundial se aproxima do fim, aumenta a condenação a Salazar e à posição neutral de Portugal, favorecendo o movimento dos opositores antissalazaristas no Brasil.

Nos Estados Unidos, do outro lado do Atlântico, uma maior interação política com periódicos influentes e a maior presença do corpo diplomático português (com a embaixada de Washington e os consulados gerais de Boston e Nova York), levou a um maior envolvimento dos membros da colônia nos Estados da Costa Leste na vida política de Portugal. A Califórnia não viveu fora das campanhas de propaganda do Estado Novo, mas a ação dos oponentes foi quase nula, devido à sua situação remota e à falta de exilados políticos, como aconteceu nos Estados de Massachusetts e Nova York. Entre todas as cidades em que algum tipo de atividade de propaganda política foi registado, New Bedford (Massachusetts) possui um lugar de destaque. No grupo dos emigrantes portugueses, é difícil apontar os que se instalaram nos Estados Unidos como exilados políticos. Sabe-se, em todo caso, que o território dos EUA não era o lugar favorito para aqueles que fugiam de Portugal por razões puramente ideológicas. Alguns dos que emigraram por razões económicas também assumiram a condição de emigrados políticos quando começaram a colaborar com ações de oposição à ditadura no exterior ou a identificar-se com propaganda antissalarista¹¹.

10 "Portugueses Anti-fascistas do Brasil apoiarão o movimento de resistência", *Diário Carioca* (17 de Agosto de 1945), p. 3.

11 PENA-RODRÍGUEZ, Alberto - «Manipulaciones del fascismo portugués: diplomacia, censura y propaganda salazarista en la comunidad lusa de Estados Unidos». In *Revista Brasileira de História da Mídia*. Ponta Grossa. Vol. 7, Nº 1, 2018, 31-51. DOI: <https://doi.org/10.26664/issn.2238-5126.7120186934>; idem - «A ditadura portuguesa nos Estados Unidos. A comunidade imigrante luso-americana e a instauração do Estado Novo: propaganda e contrapropaganda». In RÊGO, Ana Regina, e EUGÊNIO,

Com o desejo de converter a ação dos opositores ao salazarismo mais visível e de estruturar a sua atividade política, em 1945, foi criado o Comitê Luso-Americano pela Democracia (PACD), cujo objetivo principal era tornar-se a instituição pública que os representava nos Estados Unidos. O PACD foi presidido por João Camoesas, acompanhado no Comitê Diretivo pelo popular escritor José Rodrigues Miguéis e pelo ex-cônsul de Portugal em Providence, Abílio de Oliveira Águas, primeiro e segundo Vice-Presidentes, respetivamente.

A oposição exilada e as esperanças de redemocratização: a atuação dos exilados no Brasil

Com o anúncio da convocatória de eleições, os exilados e emigrados em ambos os países iniciam uma campanha de mobilização da opinião pública dos emigrantes e também da sociedade de acolhimento. No dia 20 de Outubro de 1945, ocorre uma manifestação sobre as eleições portuguesas, realizada na Associação Brasileira de Imprensa, bastião do pensamento democrático brasileiro, localizada no Rio de Janeiro. O evento foi organizado pelo sector republicano exilado que comunica ao público presente a “mistificação eleitoral, com que, de afogadilho, o ditador Salazar procurou iludir as nações democráticas e manter escravizado o povo português” e “pede o apoio moral e a solidariedade dos democratas brasileiros e das demais nações civilizadas” para o combate e o derrube do Presidente do Conselho¹². Em nome da “Colónia Democrata Portuguesa” são denunciadas as atitudes do “ditador Salazar”, a “parcialidade da ditadura”, a manipulação das votações, que visam a “fraudulenta” vitória da União Nacional e, por fim, delata a “impotência do Chefe de Estado” frente ao poder de Salazar. O protesto formalmente apresentado é assinado pelo Diretório da União dos Democratas Portugueses e as suas representações estaduais. No final do evento

João Kennedy (eds.) - *Regimes Ditatoriais: Comunicação, Cultura e Memórias*. Teresina: Edufpi, 2016. 121-150.

12 Arquivo Moura Pinto. Nota de protesto datada de 20 de Outubro de 1945, Rio de Janeiro.

é apresentada a proposta do envio de um telegrama ao grupo da *Seara Nova*, um reduto do republicanismo e da democracia reunido em torno de uma revista literária, afirmando a solidariedade pela campanha eleitoral desenvolvida pelos seus membros e pela decisão final que tomam em não participarem no “simulacro das eleições”¹³.

No dia marcado para a realização do pleito eleitoral para a Assembleia Nacional em Portugal, o 18 de novembro, os dois sectores da oposição, a UDP e o grupo comunista, estão reunidos num grande comício público, realizado novamente na sede da União Nacional dos Estudantes. A responsabilidade da manifestação é do Comité Central da Frente Portuguesa de Unidade Antifascista e conta com o apoio da Sociedade Brasileira dos Amigos da Democracia Portuguesa. Os organizadores pretendem fazer uma demonstração pública da “unidade oposicionista” contra a farsa eleitoral montada pelo regime salazarista.

No entanto, as notícias das condições impostas pelo regime para a realização do pleito e da atitude de “abstenção eleitoral”, assumida pelos candidatos da Oposição, desmobilizam o movimento em termos de manifestações públicas, ainda que não diminuam os contactos com os oposicionistas no território português e com os demais emigrados e exilados políticos dispersos na Europa e nos Estados Unidos.

Em 1948, a perspectiva de um novo ato eleitoral, desta vez para a Presidência da República, renova a atuação dos oposicionistas no Brasil. Ambos os setores oposicionistas, comunista e republicano, apoiam a candidatura de Norton de Matos¹⁴. Para tal, contam com a propaganda levada a cabo por alguns jornais brasileiros que darão “cobertura” ao processo eleitoral português. Apesar da mobilização e da aparente esperança apresentada por aqueles que continuam em Portugal, o pleito é visto com reservas pelos exilados no Brasil. Na verdade, estes reconhecem que são imensos os obstáculos no processo de escolha pre-

13 Arquivo Moura Pinto. Como resultado é enviado um telegrama ao MUD em 27 de Outubro de 1945.

14 Ver, entre outros, PAULO, Heloisa. «A Oposição exilada e as eleições de Norton de Matos: entre o apoio e a esperança». In PAULO, Heloisa e JANEIRO, Helena Pinto (coord.) - *Op. Cit.* 85-94.

sidencial, a começar pela apresentação do candidato, o General Norton de Matos, republicano, maçom e já com uma idade avançada. Desde a propaganda até à preparação do ato eleitoral, é extenso o caminho a percorrer pelos opositoristas; e a falta de garantias para o pleito permanece como o grande obstáculo a ser transposto.

O primeiro entrave a superar é o do financiamento da candidatura. A oposição nunca obteve grandes ajudas económicas em regimes ditatoriais. Os opositoristas só podem contar com a colaboração das figuras da oposição que possuíam fortuna pessoal. No caso da candidatura de Norton de Matos, para além dos apoios conseguidos em Portugal, a busca de auxílio financeiro entre os exilados incide em três áreas distintas: na França, através do grupo de José Domingos dos Santos; nos Estados Unidos, em especial graças ao trabalho e apoio de Abílio Águas e João Camoesas; e no Brasil, que tem, na altura da candidatura do velho general, o maior grupo de opositoristas portugueses fora da Europa, reunindo nomes do republicanismo, como Jaime de Moraes, Moura Pinto, Cortesão, os *Budas*, para além de outros, como Sarmento de Beires ou Sarmento Pimentel, este último estabelecido definitivamente no Brasil desde a década de 30, e figuras que acabavam de entrar para a luta oposicionista, como o matemático Aniceto Monteiro.

Assim sendo, no Brasil, a grande mobilização em torno da campanha é iniciada com a publicitação no *Diário Carioca* de um telegrama de saudação dos “democratas portugueses residentes no Brasil” ao General, afirmando o apoio à sua candidatura¹⁵. Entre os que assinam o telegrama está Moura Pinto, encarregado da arrecadar fundos para auxiliar a campanha. Para tal, ele escolhe 3 grandes empresários portugueses radicados no Brasil e apoiantes da oposição: Ricardo Seabra de Moura, Ventura Brenha e Lúcio Thomé Feteira. O entusiasmo dos escolhidos acaba por ser tolhido pelos limites da própria capacidade de financiamento e da duvidosa eficácia do investimento, por sinal, vultoso se considerarmos o número de envolvidos.

15 “Os Republicanos Portugueses saúdam o general Norton de Matos”, *Correio da Manhã* (7 de Outubro de 1948), p. 3.

O apoio oficial dos exilados republicanos ao novo candidato oposicionista gera reações por parte do regime. Na propaganda eleitoral desencadeada contra o candidato oposicionista, apresentado em trajes maçônicos, e do seu propalado “comunismo” apontado nos comícios da União Nacional, o telegrama de apoio dos “exilados” ao General Norton de Matos é apontado como mais um ponto negativo nesta candidatura.

Apesar das acusações e do clima de temor da oposição, é enviada do Brasil a ajuda de 20 mil contos para a campanha de Norton, tendo sido arrecadada entre os opositores radicados em solo brasileiro cerca de 5 mil contos, uma soma significativa para a época, ainda mais se levarmos em conta as condições financeiras da maioria dos exilados, incluindo Moura Pinto, Cortesão e Moraes. Os restantes 15 mil contos foram doados por Feteira, Ventura Brenha, um empresário do ramo bancário, e Ricardo Seabra de Moura. O dinheiro estaria destinado a financiar a propaganda e as deslocações do candidato.

Mas, o auxílio dado pelos exilados não se limita ao envio de telegramas e de capital. Graças ao apoio dos jornais locais que são afetos aos opositores no exílio, a campanha oposicionista e a repressão do regime chega ao conhecimento da sociedade brasileira. Um exemplo é a matéria publicada na edição do *Correio da Manhã*, de 12 de janeiro de 1949, sobre a candidatura de Norton de Matos, apresentada como um “desafio” ao “poder de Salazar” e uma verdadeira união do povo “contra a censura prévia e o arbítrio policial”. O periódico denuncia as prisões de membros da Oposição, como Rodrigues Lapa, e o “entusiasmo” da participação popular nos comícios de Norton¹⁶. Um editorial do seu redator principal, Dalton Jobim, intitulado “A Farsa Portuguesa”, é alvo de louvores por parte dos opositores. Numa carta assinada por Francisco Doris Gonçalves, a oposição no exílio agradece as manifestações de solidariedade dos jornalistas brasileiros na luta que empreende contra os “tentáculos torturantes e letais de um governo totalitário”¹⁷.

16 “Desafia o General Norton de Matos o poder Salazarista”, *Correio da Manhã* (12 de janeiro de 1949), p.5.

17 “A Opinião dos nossos leitores”, *Correio da Manhã* (29 de janeiro de 1949), p.2. Dalton Jobim é um jornalista brasileiro e deputado do Partido Republicano.

Em Fevereiro de 1949, o cenário mais temido pela oposição é confirmado. Os procedimentos eleitorais não permitem que o pleito eleitoral ocorra sem fraudes. Norton retira a sua candidatura, alegando falta de condições para a oposição concorrer de forma justa contra o candidato oficial do regime.

No Brasil, entre os exilados, a consciência do clima favorável à continuidade do regime, criado pela Guerra Fria, há muito já os fizera desacreditar na eficácia de um processo eleitoral como forma de pôr fim ao Estado Novo português. No entanto, a convicção política da necessidade de uma mudança dava força para a continuidade da batalha em prol da democracia:

"O nosso Norton, embriagado com o "Porto" estava tentado a cair na ratoeira e creio que o meus angustiosos apelos a nossa gente contribuíram "um mínimo" para o fazer baixar das regiões dos sonhos. [...] Sinto que não se perdeu o tempo e que o governo se mostra preocupado."¹⁸

No rescaldo da falhada eleição, os jornais brasileiros que apoiam os opositores denunciam as arbitrariedades do regime. Lúcio Pinheiro dos Santos, em entrevista ao *Diário Carioca*, afirma que o “trabalho de Norton foi desmascarar a farsa da ditadura”¹⁹. Os exilados transformam o fracasso eleitoral em argumento de combate contra o fascismo português. O trabalho de propaganda na sociedade brasileira não cessa e prosseguirá nas eleições seguintes.

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/danton-pinheiro-jobim>.

¹⁸ Arquivo Moura Pinto. Carta de Moura Pinto a Jaime de Morais. 27 de Fevereiro de 1949.

¹⁹ “O trabalho de Norton de Matos”, entrevista de Lúcio Pinheiro dos Santos, *Diário Carioca* (12 de Fevereiro de 1949), p. 3.

A esperança como horizonte político. Propaganda e mobilização nos Estados Unidos em torno da candidatura de Norton de Matos

O Comitê Luso-Americano para a Democracia ganha um papel relevante quando assume simbolicamente a representação política do general Norton de Matos nos Estados Unidos. João Camoesas confirma o seu apoio público ao candidato da oposição, descrevendo-o como “(...) modelo de virtudes republicanas capaz de restaurar Portugal a um prestígio internacional e unidade interna, uma ordem democrática e um regime de opinião (...)”. O presidente do PACD viu nas eleições para Chefe de Estado uma oportunidade definitiva para mobilizar a comunidade luso-americana contra a ditadura. Em 30 de dezembro de 1948, ele assinou um artigo impactante, publicado na capa do jornal *Diario de Noticias*, intitulado "E Nós", no qual reivindica um papel maior para os emigrantes portugueses na campanha do candidato democrata. No contexto de luta estabelecido no campo da percepção pública, ele sugere a organização de uma exposição itinerante, uma espécie de caravana da liberdade, instalando em vários camiões uma “exposição gráfica expressiva” sobre a vida em liberdade dos portugueses nos Estados Unidos. Concomitantemente, o PACD envia numerosos telegramas a políticos e autoridades de imprensa americanos, incluindo o Secretário de Estado, Dean Acheson, e o Secretário Geral das Nações Unidas, Trygvie Lie, nos quais protestam fortemente contra a censura e restrições à liberdade de imprensa que Norton de Matos estava sofrendo.

A cobertura noticiosa do jornal favorável à nomeação de Norton de Matos, foi o objetivo principal de João Camoesas, que passou a sofrer a censura do próprio jornal devido à pressão do governo salazarista para com seu antigo proprietário, Guilherme Machado Luiz. A grande popularidade do *Diario de Noticias* entre os emigrantes, com tiragens de mais de 20.000 exemplares, foi uma garantia de sucesso para vender a imagem de Norton de Matos como militar democrata capaz de transformar Portugal numa democracia homóloga à americana. O próprio candidato enviou uma carta manuscrita de agradecimento e uma mensa-

gem elogiando o combate pela liberdade empreendido por seus compatriotas na América do Norte.

O jornal fez uma ampla cobertura jornalística das eleições, que o embaixador de Portugal em Washington, Pedro Teotónio Pereira, descreveu como uma "campanha virulenta", vista com inquietude e preocupação. Tal facto contribuiu para criar um clima preocupante de agitação entre a comunidade luso-americana. Num de seus editoriais, em 4 de fevereiro de 1946, o jornal *New Bedford* atacou diretamente a administração parcial e cínica do governo salazarista no processo eleitoral:

"(...) O governo do Sr. Dr. Oliveira Salazar prometeu liberdade de propaganda eleitoral — e que fez depois? Tirando com a mão esquerda o que oferece com a direita, dificulta a vida dos jornais, corta e suprime artigos, impede a publicação de livros e folhetos, manda paginar artigos consoante os caprichos da Censura; prende, persegue e processa os escritores e jornalistas que tomaram a sério as suas promessas; manda fechar escolas, liceus, clubes e campos de desporto aos porta-vozes da Oposição; condiciona ou proíbe reuniões; sujeita a Oposição a toda a sorte de vexames policiais; recusa a instalação de altifalantes no exterior dos raros e acanhados edifícios onde a Oposição realiza as suas sessões de propaganda, e onde não cabem as dezenas de milhar de pessoas que afluem a escutá-la; nega-lhe acesso à Emissora Nacional de Rádio — paga com o suor do Povo contribuinte — onde todos os dias e a todas as horas jorra de bica aberta o louvor do Estado Novo. (...)"²⁰

Para o embaixador de Portugal, o tratamento dado pela imprensa e pelas agências de referência norte-americanas na campanha eleitoral foi "parcial" e "tendencioso". A maioria da média norte-americana fez uma cobertura marcada pela "má fé", de acordo com as suas apreciações. Para ele, os relatos da revista *Time* foram "grosserias", o que motivou a não renovação do visto do seu representante em Lisboa, o jornalista Lester Harley Geiss, e posteriormente da expulsão de Portugal de um outro correspondente, P. Kauth, e que culminou na proibição da circulação da revista no país, após a publicação de um artigo em 22 de julho de 1945. Neste número, a imagem de capa apresentava uma ale-

²⁰ "As eleições de 13 de Fevereiro", *Diario de Noticias*, Nº 9038 (30 de dezembro de 1948), p. 1.

goria iconográfica que tentava resumir a visão que Salazar tinha da opinião pública americana, mostrando o seu retrato junto a uma maçã podre e a seguinte manchete: "Portugal de Salazar, o Deão dos Ditadores". O texto de apresentação deste número fez uma descrição devastadora do país, apresentando-o como uma nação atrasada, onde a corrupção é institucionalizada e a pobreza generalizada.

Pedro T. Pereira ficou particularmente irritado com expressões que prejudicavam a imagem do regime frente ao povo português (sic), como "ditadura", "ditador", "partido único", "censura" ou "totalitarismo". Ele considerava tal discurso como uma possível manobra, pelo menos tácita, de jornalistas com o mesmo ideário, cuja crítica ao Estado Novo estava concentrada num momento de crise econômica vivenciado após o final da Segunda Guerra, mas que fora antecedido de um período de crescimento, graças à sua posição neutral durante o conflito, que lhe possibilitou vender armamento aos intervenientes e volfrâmio aos alemães. Em numerosas ocasiões, durante a campanha eleitoral, o embaixador português ou os seus colaboradores apresentaram as suas queixas formais aos editores, solicitando a "correção" de alguns artigos, ainda que com pouco sucesso.

Apesar do clima favorável dos médios norte-americanos aos opositores, o que vinha de encontro ao desejo de uma mobilização da opinião pública local contra o regime, e a intensidade da campanha de mobilização entre os emigrantes com o objetivo de tornar visível a imagem repressora da ditadura salazarista, a conquista da democracia tornou-se mais uma ilusão do que uma realidade atingível a curto prazo. O fim da ditadura baseado na crença de que um país de inspiração e métodos fascistas como Portugal não seria tolerado na nova ordem internacional, acabou por se tornar uma miragem.

Conclusão

O final da Segunda Guerra e a derrota das potências do Eixo significaram para aqueles que combateram as ditaduras ibéricas a possibilidade de um retorno ao sistema democrático. Diante da nova ordem es-

tabelecida, Salazar sentiu a necessidade de abrir novos espaços de diálogo com o governo dos EUA, buscando alcançar uma aprovação internacional do regime estabelecido. No imediato pós-guerra, as ditaduras portuguesa e espanhola precisavam de se posicionar estrategicamente no novo contexto mundial para permanecer no poder. Depois do acordo que deu origem ao Bloco Ibérico em 1942²¹, Portugal e Espanha queriam ser vistos como dois regimes que, embora autoritários, não representavam uma ameaça na nova ordem internacional. Mas apenas os Estados Unidos poderiam validar sua posição como atores legítimos na geopolítica mundial. Após um período de isolamento com relação aos demais países, as ditaduras de Portugal e Espanha não seriam admitidas como membros da ONU até 14 de dezembro de 1955.

Por outro lado, na nova ordem internacional também há mudanças de rumo de antigos aliados, como o Brasil. O fim da ditadura de Getúlio Vargas, em 1945, inaugura no país um novo período democrático, onde a classe política e intelectual, que combatera a ditadura de Getúlio Vargas, aparece como a maior aliada de velhos e novos inimigos do salazarismo.

É preciso articular posições no cenário internacional no jogo de forças com o qual Salazar não se encontra em melhor posição. Em primeiro lugar, envia para o cargo de Embaixador no Brasil, onde o antissalazarismo crescera desde 1942, Pedro Teotónio Pereira, antigo Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, entre 1933 e 1936, deputado pela União Nacional entre 1934 e 1938, e Ministro do Comércio e Indústria, de 1936 a 1937. Na verdade, apesar de toda a trajectória política desenvolvida no interior do regime, a partir da Guerra Civil, Teotónio Pereira passa a agir como uma espécie de agente de intervenção de Salazar no estrangeiro, sendo para isto colocado em postos-chaves da diplomacia portuguesa nos momentos mais cruciais. Esteve em Espanha, como representante consular português junto às tropas de Franco durante a Guerra Civil e, após o término da Segunda Guer-

21 PENA-RODRÍGUEZ, Alberto – «Salazar y Franco en el panorama internacional: estrategia diplomática y propaganda (1936-1945)». In *Espacio, Tiempo y Forma. Historia contemporánea*. Serie V, Nº 25, 2013, pp. 23-47.

ra, vai para o Brasil, onde é apresentado pela oposição como “o Rudolf Hess Português”²².

No que respeita aos Estados Unidos, a partir de 1947, e frente às necessidades impostas de aproximação com o regime norte-americano, Salazar também utiliza Pedro T. Pereira como o seu representante de confiança. Desde 1933, o embaixador João António de Bianchi²³ havia introduzido mudanças no estilo pomposo e distante até então comum entre os representantes diplomáticos portugueses naquele país. Ele vai buscar uma aproximação com a comunidade lusa, através de visitas às associações de emigrantes, afirmando a presença e o interesse do regime nas suas atividades, tendo assim um lugar de destaque na imprensa emigrante²⁴. Tal tática contribuiu para a popularização do Estado Novo na colónia²⁵. Já Pedro T. Pereira, tal como fizera no Brasil, vai procurar estreitar mais os laços com a colónia. A sua visita à Califórnia, em Abril de 1948, é anunciada no *Jornal Português* como uma “viagem triunfal”²⁶. Em contrapartida, Pereira informava periodicamente Lisboa sobre as diretrizes editoriais do *Diario de Noticias*, considerado um órgão da oposição²⁷. O novo embaixador de Salazar atribuía aos seus leitores a publicação de críticas e acusações ao Estado Novo.

Nos dois países, Brasil e Estados Unidos, a oposição vai fortalecer o seu combate. No entanto, as esperanças criadas com o final da Segunda Guerra logo se mostraram frustradas. A Guerra Fria, cujo cená-

22 “Quem é o novo embaixador de Salazar, considerado o Rodolf Hess português”, *Diretrizes*, Rio de Janeiro, (31 de Outubro de 1945), p. 2.

23 João António de Bianchi. A sua carreira diplomática inclui cargos na Embaixada de Portugal em Londres e, como Ministro Plenipotenciário, na delegação portuguesa que participou da Conferência de Paz. Em Setembro de 1933 foi nomeado Embaixador em Washington.

24 Ver, por exemplo, *Diario de Noticias*, nº 4621, 20 de julho de 1934, p. 2.

25 Ver, entre outros: “Dr. João A. de Bianchi”, de António C. Teixeira, *Jornal Português*, Nº 781 (15 de agosto de 1947), p. 1.

26 “A Viagem Triunfal do Embaixador de Portugal”, *Jornal Português*, Nº 817 (30 de abril de 1948), p. 1. Ou também: “O Senhor Embaixador de Portugal de visita à Califórnia”, *Jornal Português*, Nº 815 (16 de abril de 1948), p. 1.

27 Arquivo Histórico Diplomático. Embaixada de Portugal em Washington, cota Nº 134, processo nº 37-3 ofício Nº 569 de Pedro Teotónio Pereira ao Ministro de Negócios Estrangeiros, 27 de Setembro de 1948.

rio é estabelecido ainda nos primeiros meses de 1945, passa a ser determinante para o apoio dos antigos aliados ao regime português, graças ao seu posicionamento de combate ao comunismo da URSS como o seu principal agente.

Referências Bibliográficas

CLÍMACO, Cristina - *Republicanos, Anarquistas e Comunistas no Exílio (1927-1936)*. Lisboa: Colibri, 2017.

CORREIA, Rui Antunes - «Salazar in New Bedford: Political Readings of Diarrio de Noticias, the only Portuguese daily newspaper in the United States». In HOLTON, Kimberly Dacosta e KLIMT, Andrea (eds.) - *Community, Culture and The Makings of Identity. Portuguese-Americans along Eastern Seaboard*. North Dartmouth: Tagus Press, 2009. 227-247.

FARINHA, Luís - *O Revivalho. As Revoltas Republicanas contra a Ditadura Militar (1926-1932)*. Lisboa: Estampa, 1998.

JUDT, Tony - *Pós-guerra. História da Europa desde 1945*. Lisboa: Edições 70, 2007.

MARTINS, Susana. *Exilados Portugueses em Argel. A FPLN das Origens à Ruptura com Humberto Delgado*. Lisboa: Afrontamento, 2018.

PAULO, Heloisa - '*Aqui também é Portugal*'. *A colónia portuguesa do Brasil e o Salazarismo*. Coimbra: Minerva, 2000. [Nova edição revista e aumentada na Amazon em 2019 sob o título *Salazar no Brasil. A colónia portuguesa no Brasil e o salazarismo (1928-1960)*].

--- (org.) - *Memórias da Oposição*. Coimbra: Minerva, 2010.

--- «Portugal is here too! Salazarism and the Portuguese Community in Brazil». In LARSEN, Stein (ed.) - *Fascism Outside Europe: The Europe Impulse against Domestic Conditions in the Diffusion of Global Fascism*. New York: Columbia University Press, 2001. 153-182.

--- «Exilados e imigrantes: exílio, sobrevivência e luta política». In GOMES, Ângela Castro e MOURÃO, Alda. (org.) - *A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012. 455-477.

--- «O exílio português no Brasil: Os 'Budás' e a oposição antissalazarista». In *Portuguese Studies Review (Portuguese Migrations in Comparison: Historical Patterns and Transnational Communities)*. Peterborough, Ontario. Vol. 14, No. 2, Junho de 2009, 125-142.

PAULO, Heloisa, e JANEIRO, Helena Pinto (coord.) - *Norton de Matos e as Eleições Presidenciais de 1949, 60 anos depois*. Lisboa: Edições Colibri, 2010.

PENA-RODRÍGUEZ, Alberto - «Salazar y Franco en el panorama internacional: estrategia diplomática y propaganda (1936-1945)». In *Espacio, Tiempo y Forma. Historia contemporánea*. Serie V, Nº 25, 2013, pp. 23-47.

--- «Manipulaciones del fascismo portugués: diplomacia, censura y propaganda salazarista en la comunidad lusa de Estados Unidos». In *Revista Brasileira de História da Mídia*. Ponta Grossa. Vol. 7, Nº 1, 2018, 31-51. DOI: <https://doi.org/10.26664/issn.2238-5126.7120186934>

--- «A ditadura portuguesa nos Estados Unidos. A comunidade imigrante luso-americana e a instauração do Estado Novo: propaganda e contra-propaganda». In RÊGO, Ana Regina, e EUGÉNIO, João Kennedy (eds.) - *Regimes Ditatoriais: Comunicação, Cultura e Memórias*. Teresina: Edufpi, 2016. 121-150.

PENA-RODRÍGUEZ, Alberto e PAULO, Heloisa (eds.) - *A Cultura do Poder. A Propaganda nos Estados Autoritários*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2016.

RABY, Dawn Linda - *A Resistência antifascista em Portugal. 1941-1974*. Lisboa: Salamandra, 1988.

ROSAS, Fernando - *Salazar e o poder. A arte de saber durar*. Lisboa: Tinta da China, 2012.

--- *Salazar e os Fascismos*. Lisboa: Tinta da China, 2019.

TORGAL, Luís Reis - *Estado Novo, Estados Novos*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009, 2 volumes.

TORGAL, Luís Reis; PAULO, Heloisa - «Cidadania, Nacionalismo e Propaganda Política». In PEIXINHO, Ana [et al.] (coord.) - *20 Anos de Jornalismo contra a Indiferença*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2015. 169-188.

(Página deixada propositadamente em branco)

DA RELAÇÃO DA ARTE COM A SUA ÉPOCA, NA EUROPA PÓS 1945

António Pedro Pita

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2666-1440>

Resumo

O artigo ocupa-se de uma questão: interrogar a centralidade política e cultural reconhecida à Arte no contexto controverso do segundo pós-guerra, tal como esse contexto é pensado na Europa que se revê na posição assim caracterizada por Georges Bataille: “compete à Europa tornar consciente o que está em jogo entre a América e a Rússia”. Na segunda metade dos anos 40 do século passado, a Arte é considerada como lugar privilegiado para uma compreensão ontológica do presente. O “Debate sobre a Arte Contemporânea” (Encontros Internacionais de Genebra, 1948), a fundação da Associação Internacional de Críticos de Arte (1948-9) e a criação da Sociedade Internacional de Educação pela Arte (preparação: 1948) definem uma constelação concetual e política. Entendido como microcosmos, o mundo da Arte é a expressão a) das tensões em que a Europa está a pensar-se (Encontros de Genebra), b) do pleno reconhecimento da pluralidade do universo estético, que é a força subterrânea que percorre a “ideologia inclusiva” da Unesco (AICA) e c) de uma releitura que pretende libertar a proposta de F. Schiller dos constrangimentos sociais que a limitavam (na Sociedade Internacional de Educação pela Arte). O artigo pretende ser um pequeno guia condensado dessa constelação.

Palavras-chave: Europa; Arte; 1948; Encontros Internacionais de Genebra.

Abstract

This paper focuses on questioning the recognized political and cultural centrality of Art in the controversial second post-war era, in the way that context is thought in Europe thus portrayed by Georges Bataille: "it is up to Europe to make aware what is at stake between America and Russia". By the 40's second half of last century, Art is considered a privileged environment for an ontological understanding of present. "Debate on Contemporary Art" (International Meetings in Geneva, 1948), the foundation of the International Association of Art Critics (1948-9) and the creation of International Society for Education through Art (preparation: 1948) define a political and conceptual constellation. Regarded as a microcosm the world of Art expresses a) the tensions in which Europe is being thought (Meetings in Geneva), b) recognition of plurality in the aesthetic universe, the invisible strength which inspires the Unesco "inclusive ideology" (AICA) and e) a new reinterpretation aiming to free F. Schiller's proposal from its social constraints (at the International Society for Education through Art). This paper is intended to be a slightly condensed guideline for that constellation.

Keywords: Europe; Art; 1948; International Meetings in Geneva.

Numa entrevista em que apresentou a ambição da revista «Critique», cujo primeiro número apareceu em junho de 1946, Georges Bataille afirmou o seguinte: "É preciso que a consciência humana deixe de estar compartimentada. *Critique* procura as relações entre a economia e a literatura, entre a filosofia e a política". Mais precisamente, "*Critique* quer ser a interseção da filosofia, da literatura, da religião e da economia política". E ainda: "penso que há neste momento nos homens uma necessidade de viver os acontecimentos de maneira cada vez mais consciente. Penso que compete à Europa tornar consciente o que está em jogo entre a América e a Rússia. Para nós, não se trata de modo algum de agudizar os conflitos. Mas se a humanidade quer chegar a realizar

as promessas que traz em si mesma, só o pode fazer com a plena consciência dos conflitos que a dilaceram”¹.

Nesta ocasião, não pretendo aprofundar as relações entre a fundação da famosa revista e o trabalho teórico de Georges Bataille nem situar «Critique» no conjunto das iniciativas culturais a que o filósofo esteve ligado.

Vou, unicamente, valorizar um passo dessas declarações, particularmente adequado ao sentido do presente artigo. O passo é este: “compete à Europa tornar consciente o que está em jogo entre a América e a Rússia”. Notemos, de caminho, mas sem nela ficar presa, a opção por “Rússia” e não “União Soviética”.

Fixemo-nos na afirmação de que, entre a América e a Rússia, há um dissenso cujo sentido não é acessível nem a um nem a outro mas unicamente a um terceiro. Georges Bataille junta a sua voz a todos aqueles que consideram ser vocação da Europa esse papel de mediação consciencializadora. Está implícita a convicção de que essa mediação é possível, isto é, que para pensar o que está em jogo entre a América e a Rússia há um ponto arquimédico sobre o qual pode construir-se um pensamento (ou uma atitude) que, melhor do que o fazem os meios em prática na América e na Rússia, realize as finalidades (Bataille chama-lhe “promessas”) que a humanidade traz em si mesma. Na exata medida em que nela se identifica a vocação de realizar as promessas que a humanidade traz em si mesma, a Europa pode aspirar a ser resolução prática da guerra fria que, de certo modo, no momento em que a entrevista é concedida, já eclodiu.

Esta autoconsciência europeia não é, evidentemente, uma descoberta ou uma invenção de Georges Bataille. Traduz um propósito ou uma interrogação ou uma vontade: percorre, de modo mais ou menos difuso, os escombros morais e materiais de “uma Europa em farrapos” (como

1 A entrevista, publicada em «Le Figaro Littéraire» (17. julho. 1947), foi citada e valorizada por Denis Hollier, num artigo intitulado “La fin des sommations”, que acompanha, no número 591-592 (agosto-setembro. 1996), comemorativo do cinqüentenário de «Critique», a reedição do texto de Georges Bataille, “Le sens moral de la sociologie”, originariamente publicado no nº 1.

se lhe referiu o poeta Afonso Duarte) e fundamenta iniciativas e organizações, cuja configuração é conhecida e já foi estudada.

O presente artigo ocupa-se de uma questão precisa: interroga a centralidade política e cultural da Arte no contexto múltiplo e controverso do segundo pós guerra. De facto, dá que pensar a circunstância de, nos finais da década de 40, a Arte ser designada como lugar privilegiado para uma compreensão ontológica do presente.

Neste sentido, o "Debate sobre a Arte Contemporânea" promovido pelos Encontros Internacionais de Genebra, a fundação da Associação Internacional de Críticos de Arte e a criação da Sociedade Internacional de Educação pela Arte devem ser considerados como elementos de uma constelação concetual: o microcosmos do mundo da Arte é a expressão a) das tensões em que a Europa está a querer pensar-se (nos Encontros de Genebra), b) de uma efetiva descoberta da pluralidade do universo estético, que é a força subterrânea que percorre a ideologia da inclusão própria da Unesco (na AICA) e c) de uma releitura que pretende libertar a proposta de F. Schiller dos constrangimentos sociais que a limitavam (na Sociedade Internacional de Educação pela Arte).

Esta comunicação incide, de modo especial, no significado dos Encontros Internacionais de Genebra consagrados à arte contemporânea.

O debate sobre «O Espírito Europeu», que teve lugar em setembro de 1946, constituiu a apresentação pública dos Encontros Internacionais de Genebra. A instituição, nascida no imediato pós-guerra, assentava, se assim posso exprimir-me, num duplo pressuposto: a conferência e o debate constituíam o dispositivo adequado ao fortalecimento da opinião pública; quaisquer que fossem as conclusões, os conferencistas extraíam os seus argumentos do grande rio do Espírito. É a reafirmação dessa autoconsciência europeia que a carta de convite dirigida aos conferencistas claramente sintetiza: "Nos dias em que a Europa está incerta quanto ao seu futuro, parece-nos a todos os títulos desejável que ela tome consciência, fora de todo o pensamento político, do que constituiu no passado a sua razão de ser e do que constituirá no futuro a sua missão num mundo em plena metamorfose". Um dos promotores reco-

nhecerá mais tarde: “Não foi por acaso que escolhemos aquele tema. Queríamos, (...), procurar nos escombros da Europa os elementos vivos que poderiam subsistir”.

Os Encontros Internacionais de Genebra situaram o seu trabalho “unicamente no plano cultural e filosófico – com exclusão de todo o pensamento político –, e muito especialmente na linha do pensamento humanista europeu, considerada como a única via que permite responder, com validade, à desordem contemporânea e à ‘crise do espírito’ (P. Valéry)”.

Diga-se, embora sem aprofundamentos agora desnecessários, que o cumprimento do programa, que de certo modo constituía uma herança do célebre «La Trahison des Clercs» de Julien Benda, não foi isenta de esclarecedoras vicissitudes. As recusas de Albert Camus ou Jean-Paul Sartre, André Malraux, Louis Aragon, André Gide ou Bertrand Russell, sem esquecer T.S.Eliot, Boris Pasternak, Aldous Huxley ou Ilya Ehrenburg mostraram com nitidez que o fundamento onde assentava o projeto dos Encontros como acontecimento do espírito europeu estava a ser posto à prova, duramente, pela circunstância histórica².

Em 1948 – após a reunião de 1947 sobre «Progresso Técnico e Progresso Moral» – os Encontros Internacionais de Genebra resolveram consagrar-se a um «Debate sobre a Arte Contemporânea».

Os conferencistas foram convocados por um texto expressivo: “Numa época em que a cultura corre o risco de se degradar num saber imediatamente produtivo, poderá recenter-se que o homem – à exceção de uma ínfima minoria de iniciados e amadores, que em breve será difícil encontrar – se veja reduzido a não procurar no livro, na música, nas artes plásticas (ou no cinema), mais do que um mero divertimento, uma terapêutica útil ao serviço de uma ocupação dos lazeres ou de uma propaganda. É por isso que toda a visão da arte, das suas intenções e das

2 Para todas as informações que antecedem, cf.: Bruno Ackermann, “Les Rencontres Internationales de Geneve. 1946” in «Revue suisse d’histoire», 39 (1989). <http://www.e-periodica.ch> (Acesso: 17.outubro.2019). Em 1946, reunidos sob o tema “O Espírito Europeu”, os «Encontros» acolheram conferências de Julien Benda, Georges Bernanos, Francesco Flora, Karl Jaspers, Jean Guéhenno, Stephan Spender, Denis de Rougemont, Jean-R. de Salis e Georg Lukacs. Cf.: Isabel Baltazar, “O “Espírito Europeu”. Fundamentos para uma Europa Unida - O contributo dos Encontros Internacionais de Genebra (1946)” in «Lusiada. História», v. 2, n. 4 (2007), p. 101-117.

suas formas ditas ‘novas’ deve incluir um exame das relações entre o artista e a sociedade, da situação que à arte e ao artista é criada pela civilização moderna”.

A convocatória é tão clara quanto ao problema geral posto a debate como é cautelosa quanto às questões específicas em que o problema se desdobra. Ponto por ponto, os tópicos da convocatória coincidiam ou intersetavam controvérsias estéticas de iniludível recorte político.

Duas destas controvérsias eram particularmente relevantes. Uma, referia-se à captação dos objetos de cultura e das obras de arte pela indústria do divertimento. Vale a pena lembrar que a «Dialética do Esclarecimento» de Theodor Adorno e Max Horkheimer fora editada em 1947 e que nela encontramos o célebre capítulo sobre “a indústria cultural”. É muito significativa, para compreender, em profundidade, as transformações por que passou a produção e a compreensão da cultura, a circunstância de a “indústria cultural”, no trânsito destes setenta anos, se ter afirmado *positivamente*.

A outra questão relevante consistia no facto de as relações entre o artista e a sociedade se terem tornado difíceis, polémicas, opacas – no limiar da rutura; daí, a necessidade de proceder a um re-exame das relações entre o artista e a sociedade na sociedade moderna (e a expressão “sociedade moderna” também não era isenta de ambiguidade).

Os «Encontros» têm lugar entre 1 e 9 de setembro. Embora não tivesse sido colocada na abertura, a conferência do biólogo Adolphe Portmann foi particularmente relevante, a ponto de Gabriel Marcel, no debate, realçar que “foi ela que pôs a questão fundamental”³.

De facto, depois de sublinhar que “ignoramos tudo o que diz respeito à origem do espírito, do pensamento e da imaginação” e “Ignoramos tudo acerca da primeira atividade espiritual do homem”⁴, Portmann afirmava não pretender “derivar as manifestações artísticas de qualquer instinto animal [porque] estamos convencidos de que todas as particularidades que se tenta isolar no homem, seja o pensamento, a linguagem, a

3 “Quinto debate” in «Debate sobre a Arte Contemporânea». Lisboa: Publicações Europa-América, 1963, p. 329-330.

4 Adolphe Portmann, “A Arte na vida do Homem” in: o.c., p. 111.

imaginação ou qualquer outra atividade criadora, formam uma unidade, de que nenhuma componente, pelos métodos científicos, poderá ser reduzida a um facto animal de que seria a simples extensão ou a complicação”. Excede os limites desta conferência a possibilidade de acompanhar minuciosamente a apaixonante argumentação de Adolf Portmann, que nesse mesmo ano de 1948 publicou «A forma animal». É indispensável, no entanto, reter pontos axiais da sua argumentação.

Em primeiro lugar, “uma nova concepção do ser vivo está em plena formação: o estudo aprofundado do organismo tem-nos demonstrado que as estruturas com finalidade técnica, com utilidade compreensível, não constituem senão auxiliares para a manutenção de um conjunto, o qual ultrapassa qualquer utilidade e qualquer apreensão lógica”⁵. Portmann foi sensível às propostas de Henri Focillon, o grande historiador da Arte, em cuja obra a noção de “forma” foi central: “a forma orgânica, a aparência de um ser vivo, é sempre mais que um ‘saco fisiológico”.

Depois, na atividade desse organismo é possível distinguir (artificialmente!) uma *função teórica* (“um meio de conhecimento que utiliza (...) as possibilidades lógicas e racionais; opera (...) por meio da análise científica e dos processos matemáticos”⁶ e afasta o espírito cada vez mais dos dados dos sentidos) e uma *função estética*.

Em terceiro lugar, esta função estética “não somente aceita o dado sensorial como assenta nele; (...) é a via da qualidade, dos sons e das cores, das impressões palpáveis, dos cheiros que, a cada momento e espontaneamente constituem o conjunto do campo da consciência”⁷; a função estética constitui “a dominante [da] vida que nos comprazemos a chamar *primitiva*: vida muito simplesmente *diferente*.”

Finalmente, o equilíbrio entre a função teórica e a função estética foi desfeito pela escolha do Ocidente em favor da função teórica; “temos renunciado a fazer uma síntese frutuosa de todos os meios de conhecimento”⁸ e aceitado e aprofundado “uma discriminação, um juí-

5 Idem, ibidem, p. 114.

6 Idem, ibidem, p. 115.

7 Idem, ibidem, p. 116.

8 Idem, ibidem, p. 117.

zo de valor que conferiu uma dignidade superior à atitude teórica, à via científica”⁹.

Levar a exame, hoje, as condições e os resultados dessa escolha discriminatória equivale à compreensão geo-histórica dos diferentes percursos da função estética. Não é universal a hierarquização dos saberes e das práticas a partir da maior ou menor participação dos sentidos, do corpo, da mão, subjacente à oposição entre “artes liberais” e “artes mecânicas”; outras formações culturais (Portmann fala de outras “civilizações”¹⁰) conferiram ao exercício e ao resultado da função estética uma relevância social completamente diferente da que se tornou dominante no ocidente europeu. Compreende-se, por isso, que um movimento que se quis tão profundamente subversivo da herança de uma unicidade europeia como foi o surrealismo, fosse ao encontro, fora das fronteiras europeias, de modos de existência da função estética que não desempenhassem, nas respectivas formações culturais, o papel que o ocidente europeu atribuiu, sobretudo desde o século XV, ao que chamou “obra de arte”. O próprio Adolphe Portmann integra o surrealismo na sua argumentação: a revalorização da função estética e o reequilíbrio com a função teórica vão produzir, quando houver capacidade para concretizar uma e outra, o “renascimento” da “vida profunda”¹¹ profetizado e perseguido pelo surrealismo.

De um modo um pouco paradoxal, a “revolução espiritual” implícita no processo de autoconsciência europeia em que os Encontros Internacionais de Genebra quiseram ativamente inserir-se recebe inspiração do surrealismo, esse movimento tão cruel relativamente à chamada civilização europeia. É relevante, pois, a conclusão de Adolphe Portmann: “a arte contemporânea está comprometida nesta revolução”¹².

Os dados fundamentais estão lançados. No fundo, o que é que estava *em debate* naquilo que se designava por “arte contemporânea”? De que é que “arte contemporânea” é o nome? O que é que impôs a “arte

9 Idem, *ibidem*, p. 117.

10 Idem, *ibidem*, p. 120.

11 Idem, *ibidem*, p. 122.

12 Idem, *ibidem*, p. 127.

contemporânea” aos organizadores dos Encontros Internacionais de Genebra? De outro modo ainda, e talvez com mais rigor: o que é que, na arte contemporânea, constituía matéria relevante numa iniciativa vocacionada para o restabelecimento dos laços espirituais que a Guerra teria rompido?

A proposta de discutir a situação e a significação da arte contemporânea não foi estranha, decerto, às controvérsias que tumultuavam o campo das artes. E a tudo o que, no campo das artes, era expressão de dissensões e contradições que demarcavam orientações sociais e políticas.

As conferências e os debates bem o mostraram. O escritor e museólogo francês Jean Cassou, o compositor e maestro suíço Ernesto Ansermet, o dramaturgo Thierry Maulnier, o escritor Max-Pol Fouchet, o escritor italiano Elio Vittorini, o escritor britânico Charles Morgan e o filósofo francês Gabriel Marcel, além de Adolphe Portmann, foram os conferencistas convidados. E muitas outras personalidades de relevo enriqueceram a reflexão e participaram nos debates, frequentemente bastante vivos.

A fórmula que convocara os participantes – lembro: “um exame das relações entre o artista e a sociedade” – concentrava todas as questões que impunham um debate.

A centralidade política da Arte no pós 1945 é ao mesmo tempo uma figura e o sintoma da reconfiguração política e intelectual que a Europa pressupõe indispensável à manutenção da sua presença ativa num mundo que não seria europeu.

O pós guerra criou condições propícias para avaliar, com uma ponderação que não podia disfarçar a polémica, a profundidade das transformações por que passava o mundo da Arte desde as vanguardas do início do século. O eixo porventura mais radical dessa transformação (mesmo se não era o mais visível) traduzia-se na rutura com a herança que F. Schiller teorizara nas «Cartas sobre a Educação Estética do Homem», segundo a qual a Arte era a encarnação genuína da razão comunicacional, capaz de inserir a harmonia na sociedade. Vale a pena lembrar as palavras de F. Schiller: “Todas as outras formas de representação separam a sociedade porque se referem exclusivamente ou à sensi-

bilidade privada ou à perícia particular dos membros singulares, logo, ao que há de distinto entre os homens; só a comunicação bela unifica a sociedade, porque se refere ao que é comum a todos”¹³.

Estavam, pois, em causa o lugar e a função da Arte como elemento da sociogénese do mundo burguês. Nas transformações por que passava o mundo da Arte era possível ler os sinais de uma transformação social e política – e, por isso, sem deixarem de ser estritamente artísticos, os problemas da Arte eram também factos sociais e políticos.

Jean Cassou bem poderia defender, em Genebra, que “A arte moderna foi uma das mais vigorosas aventuras do espírito, uma aventura que com todos e contra todos se desenvolveu porque nela se exprime a própria essência da arte, a sua definição extrema, o seu caráter mais absoluto”¹⁴.

Estava condenado a incompreensões múltiplas.

Os intelectuais alinhados pelo humanismo burguês, em Genebra e nos outros espaços de debate que, nessa ocasião, proliferaram, tenderiam a reivindicar uma reativação das capacidades de universalidade e de transhistoricidade da Arte. E os intelectuais que se haviam comprometido numa viragem civilizacional de tendência comunista mostravam-se interpelados justamente pela rutura da comunicação fluida entre os artistas e as massas populares.

Foi um dos temas de debate no Congresso dos Intelectuais para a Defesa da Paz, realizado em Wroklaw, entre 22 e 25 de agosto desse mesmo ano de 1948, onde, entre muitas outras figuras de relevo do universo comunista e comunizante, marcou presença Elio Vittorini, antes de seguir para Genebra. (O que motivou uma observação de Max-

13 Para o que precede sobre a herança de F. Schiller, cf.: Jurgen Habermas, «O Discurso Filosófico da Modernidade». Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990, em especial o capítulo II, “O conceito hegeliano de modernidade”, com relevo para o “Excurso acerca das cartas de Schiller sobre a educação estética do homem”, p. 33-55. O passo de Schiller é citado na pág. 54.

14 Jean Cassou, “Situação da Arte Contemporânea” in «Debate sobre a Arte Contemporânea”, p. 27.

-Pol Fouchet: “Genebra não é Wroclaw; não escondemos aqui a política sob a cultura”¹⁵).

Na realidade, ao conceber-se como reinvenção, a aventura da arte moderna desligava-se dos pressupostos da “razão comunicacional” (expressão de J. Habermas) e afirmava-se portadora de um sentido só acessível a uma sensibilidade reconfigurada: o seu é um público por-vir.

A sobredeterminação política complexificava ainda mais a situação e converteu a Arte num dos campos privilegiados da guerra fria.

Acontecimento do Espírito que se descobre historicamente situado sem que isso queira dizer historicamente determinado, a Arte é sem dúvida, no imediato pós-guerra, o espaço de um conflito que traduziu para a ordem imediatamente política a grande transformação intelectual que estava em curso. A rutura consciente com a perspectiva anunciava uma nova forma simbólica que prefigurava, por sua vez, uma reconfiguração civilizacional por-vir? É possível. Mas já era mais arriscado querer que o tempo longo desta reconfiguração coubesse no tempo curto da ordem política.

Ao traçar um “Panorama da Arte Moderna”, Mário Pedrosa relacionou a dissolução do naturalismo com o que designou por “descoberta das pinturas primitivas e arcaicas”¹⁶. A descoberta *estética* (no sentido que lhe dava Adolphe Portmann) da arte negra foi a de fazer sentir “naquelas estatuetas e máscaras a presença concreta, real de ‘uma forma de sentimento, uma arquitetura do pensamento, uma expressão subtil das forças mais profundas da vida’, extraídas de uma civilização até então desprezada ou desconhecida”¹⁷.

Por isso, reduzir o alcance das transformações artísticas em curso ao debate entre figuração e abstração era ficar preso no elemento mais imediatamente reconhecível.

15 Max-Pol Fouchet, “Significado da Arte Contemporânea”, in o.c., p. 105.

16 Mário Pedrosa, «Modernidade Cá e Lá. Textos escolhidos - IV». Org.: Otilia Arantes. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p. 148.

17 Idem, p. 152. Pedrosa cita um passo da obra «Primitive Negro Sculpture» de Paul Guillaume e Thomas Munro.

Os intervenientes do «Debate sobre a Arte Contemporânea» concentram-se mais nas múltiplas perspetivas inerentes a esse debate, como sejam a polémica sobre o realismo ou o reconhecimento da historicidade da obra de arte, visível nestas palavras de Thierry Maulnier: “O artista parece pois aceitar ver a sua obra reconquistada pelo movimento da história, ao qual durante tanto tempo, consciente ou inconscientemente, teve tendência para escapar”¹⁸.

Este era, de facto, o eixo estruturante da guerra fria artística, como as preocupações que percorriam os trabalhos do Congresso de Wroclaw e as controvérsias teóricas em vários países, bem demonstravam.

Porém, no interior desse debate imediatamente visível e mobilizador, desenvolvia-se um fenómeno cultural novo: “da desintegração do naturalismo, do impacto das artes de culturas estranhas, arcaicas ou primitivas, sobre a velha cultura ocidental cujas raízes provinham do tronco greco-romano, resulta um fenómeno cultural novo: a internacionalização da arte”¹⁹.

Mas a internacionalização da arte não era unicamente uma transformação de escala. Significava, se quisermos retomar as propostas de Adolf Portmann, a recuperação das *possibilidades* do plano estético fora das condições (que são aqui constrangimentos) da produção artística “ocidental”.

As *possibilidades* que o plano estético fora capaz de gerar em horizontes geográficos e culturais que até aí se desconheciam culturalmente estão agora, pela primeira vez, mutuamente presentes. Mário Pedrosa afirmará, por isso, numa entrevista: “A arte moderna nasceu, hoje podemos dizer, em função do imperialismo, em função da expansão imperialista nos velhos países europeus. (...) Os naturalistas europeus – os antropólogos da época – descobriram nos países africanos atividades

18 Thierry Maulnier, “Situação da Arte Contemporânea” in «Debate sobre a Arte Contemporânea», p. 69.

19 M. Pedrosa, o.c., p. 154.

de ordem cultural de uma grande qualidade, de uma estranha qualidade (...) que eles não tinham coragem para dizer que eram obras de arte”²⁰.

A condição transnacional da Arte colocava sérios problemas de índole crítica, no sentido mais rigoroso da palavra – aquele em que a prática crítica se distingue da história da arte ou da filosofia da arte e era a ponderação fundamentada de objetos díspares e incomensuráveis para abrir para eles um lugar no mundo da arte.

Compreende-se, por isso, que fosse no âmbito da ideologia da inclusão subjacente à fundação da UNESCO que se tivesse desenvolvido o propósito de reunir os principais críticos de arte do mundo, o que aconteceu num primeiro Congresso, entre 21 e 28 de junho de 1948.

Sob a Presidência do belga Paul Fierens, reúnem-se personalidades como o italiano Lionello Venturi, o francês Jean Cassou, o checoslovaco Vaclav Nebsky, além de representantes de Marrocos, Egito, China, Austrália e África do Sul, sem esquecer o britânico Herbert Read, o famoso autor de «A Educação pela Arte» e que nesse mesmo ano de 1948 estava também envolvido na fundação da Sociedade Internacional de Educação pela Arte, de que não falarei agora.

A Associação Internacional de Críticos de Arte ganhou estatuto jurídico autónomo em 1949 e prossegue até hoje a sua atividade, fazendo de um paradoxo a sua identidade. Como escreveu Patrícia Reinheimer, “através da Associação Internacional de Críticos de Arte é possível acompanhar a tentativa de compreensão das delimitações nacionais da arte moderna, assim como o paulatino estabelecimento da arte contemporânea, em grande medida temporalmente definida, mas que teve como uma das suas características discursivas mais fortes a noção de internacionalidade. Paradoxalmente, o discurso internacionalista da arte contemporânea negava, implícita ou explicitamente, as delimitações culturais, territoriais e temporais presentes na própria noção de internacionalidade”²¹.

20 M. Pedrosa, «Encontros». Organização: César Oiticica Filho. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2013, p. 123.

21 Patrícia Reinheimer, «Cândido Portinari e Mário Pedrosa. Uma leitura antropológica do embate entre figuração e abstração no Brasil». Rio de Janeiro: Garamond, 2013, p. 169.

Como já sugeri, a formação sócio-cultural (que designei por “constelação”) gerada em 1948 a partir da Arte é sumamente expressiva, para além de todas as questões circunstanciais referidas no artigo, das transformações que a circunstância política europeia, a robustecer a consciência de si como autêntico novo renascimento, vai impor ao universo da cultura.

No limitado horizonte de um único ano – 1948 – a partir e em torno da Arte colocaram-se questões decisivas para a configuração *política* da Europa: uma delas, é o lugar que as políticas (que cada vez mais se ocupam das questões culturais) reservam à intransitividade da arte, quero dizer: às práticas artísticas desligadas de funcionalidades alheias ao dinamismo autotélico da obra; outra, é a generalização da indústria do divertimento como espaço por excelência dos processos de subjetivação; a tensão entre a internacionalização, as realidades nacionais e a inscrição da Europa num mundo que não será europeu, é uma terceira questão; finalmente, o propósito que segue no bojo da educação pela arte: libertar as capacidades de imaginar e de sentir das limitações da universalidade burguesa.

Concluimos:

1. Contributo fundamental de Adolfo Portmann foi colocar a função estética no longo processo de uma antropogénese. A arte é um modo da função estética que pode, aliás, concretizar-se por outros modos, que são, em suma, diferenças “civilizacionais”. Função estética designa, aliás, uma realidade mais ampla ou, se preferirmos, mais fundamental.
2. O contributo de Adolfo Portmann inscreve-se no rasto do pensamento de F. Schiller, uma longa e complexa herança que modela, afinal, a “civilização burguesa”, quer nos seus momentos de afirmação, quer também (o que complica sobremaneira as coisas) nos seus momentos de negação, de que foi exemplo o modo como o pensamento marxista a retoma, sob a forma de negação que quer ser superação.
3. O surrealismo não se apresenta como negação da civilização burguesa mas como *subversão*, isto é, como dissolução tendencialmente revolucionária da tríade afirmação/negação/negação da negação.

Quis ser, no plano estético e artístico, o que seria, no plano econômico e social, a rutura com o capitalismo, anunciada na Revolução Russa. Curiosamente, foi uma iluminação fantasmática que percorreu os Encontros Internacionais de Genebra.

4. Um ensaio de leitura transversal dos eventos intelectuais do ano de 1948 mostra à evidência que “cultura” e “Europa” são menos uma resposta que um problema: quer nos Encontros/Congressos que querem preservar-se da política (Genebra) ou proclamar a dependência da política relativamente à cultura (Haia) quer em Wroklaw, na esquemática noção de que a cultura e a Arte eram o espelho das contradições sociais. Uma interrogação persiste, no entanto, quer a reconhecamos no plano da afirmação explícita quer a reservemos para o plano da consideração implícita: a civilização burguesa é eterna, o que é um outro modo de subscrever a tese hegeliana da *realização* da História? E se a Cultura e a Arte estiverem já integradas *naturalmente* nas premissas ideológicas do capitalismo e da sociedade burguesa?

5. Relemos a afirmação inicial de Georges Bataille: “compete à Europa tornar consciente o que está em jogo entre a América e a Rússia”. O que Bataille designava por Rússia, já não há.

O jogo acabou.

Ou não: se (ou quando) a Europa tiver a improvável capacidade para não ser América.

(Página deixada propositadamente em branco)

NOTA BIOGRÁFICA DOS AUTORES

Alberto Pena-Rodríguez

Professor Titular de História da Propaganda na Universidade de Vigo e investigador colaborador do CEIS20. Doutor em Ciências da Informação pela Universidade Complutense de Madrid e em História pela UNED, trabalhou em diferentes períodos na Brown University, Harvard University, UC Berkeley e Massachusetts Dartmouth. Entre os seus últimos trabalhos, está *Salazar y el fascismo español. Propaganda franquista y salazarista en la colonia española en Portugal (1933-1940)* (Coimbra, 2017).

Alice Cunha

Doutorada em História Contemporânea pela Universidade Nova de Lisboa e investigadora no Instituto Português de Relações Internacionais. Os seus principais interesses de investigação estão relacionados com a história da integração europeia, os estudos sobre o alargamento e os fundos europeus.

António Pedro Pita

Professor Catedrático da FLUC. Doutorado em Filosofia Contemporânea ("A experiência estética como experiência do mundo") com interesses na área da cultura portuguesa dos séculos XIX e XX e tem-se ocupado das relações entre a arte e a política. Na sua permanência de seis anos como Diretor Regional de Cultura do Centro (2005-2011) foram especialmente importantes os problemas referentes ao ordenamento cultural do território e às relações entre a tradição e a modernidade como eixo da identidade cultural.

Cristina Robalo Cordeiro

Professora catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, de que foi Vice-Reitora de 2003 a 2011. Consagrou o seu trabalho e investigação ao estudo da Literatura, sobretudo na área dos estudos franceses (dos séculos XIX e XX) e francófonos. Cônsul Honorária de França em Coimbra, Presidente do Comité da Alliance Française de Coimbra, Secretária Geral do RESUFF, Rede francófona de Mulheres dirigentes universitárias, e vice-presidente da Associação Europeia de Estudos Francófonos, exerceu igualmente as funções de Directora do Bureau Magrebe da Agência universitária da Francofonia, com sede em Rabat, de 2012 a 2016. É autora de 10 livros, de 7 traduções de ensaios e romances e de numerosos artigos. Proferiu conferências em 20 países (Portugal, Espanha, França, Itália, Alemanha, Bélgica, Luxemburgo, Turquia, Marrocos, Costa do Marfim, Senegal, Burkina Faso, Moçambique, Estados- Unidos, Brasil, Abu-Dhabi, Canadá, Chipre, Argélia, Tunísia). É coordenadora do Plano Nacional de Leitura para a Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, PNL2027 – Ler+ Ciência. É membro da Comissão de Avaliação Institucional das Universidades Portuguesas (A3ES) e Membro da Comissão de Honra da Convenção sobre o Ensino Superior. Integra o Grupo de Trabalho da Candidatura da cidade de Coimbra a Capital Europeia da Cultura 2027.

Heloisa Paulo

Investigadora integrada do CEIS20, desde a sua criação. Lecionou em universidades federais no Brasil e universidades portuguesas. Obteve o doutoramento na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, a 17 de Dezembro de 1997, com a tese “Aqui também é Portugal: a colónia portuguesa do Brasil e o salazarismo”, publicada em Setembro de 2000, reeditada em 2019 com o título “Salazar no Brasil”. Entre 25 de Agosto de 2009 a 25 de Agosto de 2014 exerceu a função de Investigadora Auxiliar do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX Universidade de Coimbra. Participa com investigadora convidada em grupos de pesquisa em Portugal e no estrangeiro, entre os quais, “Impren-

sa e circulação de ideias: o papel dos periódicos nos séculos XIX e XX”.
Fundação Casa de Rui Barbosa – FCRB/ CAPES ; “Exilés portugais en Méditerranée au XXe siècle: Pôle Méditerranée da Université de Paris8.

Isabel Baltazar

Licenciada em Filosofia pela Universidade Católica Portuguesa (Lisboa, 1988), mestre em História Cultural e Política (1995), pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, e Doutorada em História e Teoria das Ideias, Especialidade de História das Ideias Políticas (2008), pela mesma Universidade, com uma tese intitulada *Portugal e a Ideia de Europa. Pensamento Contemporâneo*. É membro integrado do Instituto de História Contemporânea (IHC) da FCSH/NOVA e colaboradora do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS 20), da Universidade de Coimbra.

Isabel Maria Freitas Valente

Doutora em Altos Estudos Contemporâneos, Pós-Doutorada pela Universidade de Coimbra, Coordenadora Científica do Grupo de Investigação Europeísmo, Atlantacidade e Mundialização do CEIS20-UC, Coordenadora Científica da Rede de Investigação Internacional *Territórios Marítimos, Ilhas e Regiões Ultraperiféricas da União Europeia*. Auditora de Defesa Nacional (CDN18/19). Presidente e Co-coordenadora Científica da Rede de Investigação Internacional – Visões Cruzadas sobre a Contemporaneidade e Co-coordenadora da Network *Europe: Southern Perspectives. Between the Atlantic and the Mediterranean*. Directora da coleção Euro-Atlântico: Espaço de diálogos e Directora-Executiva da Revista Científica *Debater a Europa*. Curriculum e parte da produção científica disponíveis em: <https://www.cienciavita.pt/portal/6B13-B292-F64E>

José Blanes Sala

Possui graduação em Direito pela Universidade de São Paulo (1982), cursou dois anos na Facultat de Geografia e Hist6ria da Universitat de Barcelona (1977), mestrado em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo (1995) e doutorado em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo (2002). Foi pesquisador vinculado a projecto temático do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea - CEDEC e professor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP. Actualmente é professor adjunto da Universidade Federal do ABC - UFABC. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Internacional, Direito Constitucional e Direito Administrativo, actuando principalmente nos seguintes temas: Integração Regional, Mercosul, União Europeia, Licitações, Contractos Internacionais, Direitos Humanos, Migrações Internacionais. Trabalhou nas prefeituras de Santo André e de Diadema, bem como na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, sempre na área jurídica.

Luís Nuno Rodrigues

Professor Catedrático de História no ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa e diretor do Centro de Estudos Internacionais na mesma universidade. Doutorado em História Americana pela Universidade do Wisconsin-Madison, EUA, é autor e coordenador de vários livros e artigos sobre História de Portugal, da Política Externa Portuguesa e, em particular, das relações entre Portugal e os Estados Unidos da América.

Maria Emilia Prado

Professora Catedrática Aposentada de História do Brasil da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Líder do Grpesq/CNPq Intelectuais e Poder no Mundo Ibero-Americano. Professora Visitante da Universidade de Cádiz desde 2011 e colaboradora com o CEIS20 da Universidade de Coimbra desde 2004 e do Programa de Doutoramento em Estudos Contemporâneos/CEIS20 desde 2011. Professora Visitante da Uni-

versidade de Quilmes (Grupo de História Intelectual) desde 2009. Edita a revista eletrônica *Intellèctus*, Categoria A4 na Capes/Br. Possui livros e artigos publicados em Revistas na área de história Política e Intelectual.

Maria Fernanda Rollo

Historiadora. Doutorada e Agregada em História Contemporânea. Professora catedrática. Professora da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Coordenadora do Doutorado em História. Coordenadora da Pós-Graduação em Políticas e Gestão de Ciência e Tecnologia; Coordenadora do Centro República (2011-). Investigadora e coordenadora de História, Territórios e Comunidades – CFE NOVA FCSH. Membro do Research Council do Instituto Europeu de Florença. Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (2015-2018) Presidente do Instituto de História Contemporânea (2011-2015) Conceção e coordenação da infraestrutura ROSSIO (2011-2015) Comissária Nacional para as Comemorações do Centenário da República (2008-2011) Vice-presidente do Instituto de História Contemporânea (até 2011) Comendadora da Ordem Infante D. Henrique Áreas de investigação: Portugal no século XX; história da economia, da sociedade e da inovação; história da engenharia; cooperação económica europeia; história empresarial; políticas e organização da ciência em Portugal; ciência aberta, ciência cidadã – disseminação e democratização do conhecimento. Coordenação de principais programas e projetos de investigação em curso: Memória para Todos; DESIR WP6 - DARIAH (Digital Research Infrastructure for Arts and Humanities); História e Património da PSP – Polícia de Segurança Pública; Memória dos Seguros e das Seguradoras; Living Rivers - Erasmus+ Treasuring – Memórias da Gorongosa; Sines e o Complexo Industrial de Sines; Biografias dos Presidentes da Fundação Calouste Gulbenkian.

Maria Manuela Tavares Ribeiro

Professora Catedrática Aposentada de História Contemporânea da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Investigadora do Grupo Europeísmo, Atlânticidade e Mundialização do CEIS20, Membro da Academia Portuguesa de História, da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, da Academia das Ciências de Lisboa, da Associação Portuguesa de História das Relações Internacionais, do Centro de Estudos Ibéricos, da European Community Studies Association, da Rede de História Contemporânea, da ICHRPI. Directora da Revista Estudos Contemporâneos do Século XX (2004-2014), Directora da Revista Debater a Europa (online), foi Directora da Coleção Estudos sobre a Europa e da Coleção História Contemporânea. Directora do Curso de 3.º Ciclo em Estudos Contemporâneos CEIS20 (2011-2014). Coordenadora, et. al., da obra *Pela Paz 1849-1939*, Bruxelas, Peter Lang, 2014. Principais áreas de investigação: história das ideias, história cultural, história das ideias de Europa, história política, relações internacionais.